

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO & ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO

CRISTIANE MARIA DA SILVA

**A QUESTÃO RACIAL NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO
CIENTOMÉTRICO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE
MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2023

CRISTIANE MARIA DA SILVA

**A QUESTÃO RACIAL NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO
CIENTOMÉTRICO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE
MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão & Organização do Conhecimento, Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre, área de concentração Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Organização do Conhecimento (AOC)

Orientador: Marília de Abreu Martins de Paiva

BELO HORIZONTE

2023

S586q

Silva, Cristiane Maria da .

A questão racial nas pesquisas em Educação [recurso eletrônico] : um estudo cientométrico nas instituições federais de ensino superior de Minas Gerais / Cristiane Maria da Silva. - 2023.

1 recurso online (166 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Marília de Abreu Martins de Paiva.

Dissertação (mestrado) ĩ Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 123-136.

Apêndices: f. 137-166.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação ĩ Teses. 2. Comunicação na ciência ĩ Teses. 3. Racismo ĩ Teses. 4. Cientometria ĩ Teses. 5. Programas de ação afirmativa ĩ Teses. I. Paiva, Marília de Abreu Martins de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 002:311

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira ĩ CRB6: 2742

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGOC

FOLHA DE APROVAÇÃO

**A QUESTÃO RACIAL NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO CIENTOMÉTRICO NAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE MINAS GERAIS**

CRISTIANE MARIA DA SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Aprovada em 15 de junho de 2023, por videoconferência, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva (Orientadora)
ECI/UFMG

Prof(a). Adilson Pereira dos Santos
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira
ECI/UFMG

Prof(a). Lorena Tavares de Paula
ECI/UFMG

Belo Horizonte, 15 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marília de Abreu Martins de Paiva, Professora do Magistério Superior**, em 20/06/2023, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 20/06/2023, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Pereira dos Santos, Usuário Externo**, em 21/06/2023, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dalgiza Andrade Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 21/06/2023, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2335666** e o código CRC **759846A4**.

Referência: Processo nº 23072.231958/2023-05

SEI nº 2335666



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGOC

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA

CRISTIANE MARIA DA SILVA

Realizou-se, no dia 15 de junho de 2023, às 14:00 horas, por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *A QUESTÃO RACIAL NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO: UM ESTUDO CIENTOMÉTRICO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DE MINAS GERAIS*, apresentada por CRISTIANE MARIA DA SILVA, número de registro 2021651503, graduada no curso de BIBLIOTECONOMIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva - ECI/UFMG (Orientadora), Prof(a). Adilson Pereira dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto, Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira - ECI/UFMG, Prof(a). Lorena Tavares de Paula - ECI/UFMG.

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 15 de junho de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 20/06/2023, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília de Abreu Martins de Paiva, Professora do Magistério Superior**, em 21/06/2023, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adilson Pereira dos Santos, Usuário Externo**, em 21/06/2023, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dalgiza Andrade Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 21/06/2023, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2402251** e o código CRC **3E6589E9**.

Referência: Processo nº 23072.231958/2023-05

SEI nº 2402251

Esse trabalho é dedicado ao Sr. Benedito e Sra. Maria José (dona Piuca), que, com amor, dedicação e honestidade, indicaram os caminhos para viver com hombridade.

Aos meus irmãos, José, Cristina, Célio, Viviane (*in memoriam*), Paulo e Mônica, que me permitiram compartilhar os melhores momentos da minha vida, pela parceria, pelo apoio incondicional e, acima de tudo, pelo amor e amizade.

Alberto, amor presente ausente.

Às minhas sobrinhas, Maria Júlia, Isabela, Mariana; e sobrinhos, João, Davi, Daniel, Igor.

Aos cunhados e cunhadas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, princípio e fim de todo ser. Certeza do amor e esperança de futuro.

À Maria, Filha predileta de Deus, mãe de Jesus, esposa do Espírito Santos, que carinhosamente é por mim chamada de Mãe Aparecida, que tem me amparado em todos os momentos, direcionado meu olhar à Trindade, e colhido minhas lágrimas.

Aos meus amados familiares por entenderem as ausências nesse processo de buscar o sonho que é esse mestrado, também agradeço a Alberto, que, mesmo longe, esteve sempre presente, motivando e ajudando no que era possível.

Agradeço à minha orientadora, Marília Paiva, pelos ensinamentos e questionamentos precisos. Pela dedicação, paciência e tempo despendidos. E por ter acreditado neste trabalho.

Aos membros das bancas de qualificação e de defesa, Prof. Adilson Pereira dos Santos (UFOP), Prof.^a Dalgiza Andrade Oliveira, Prof.^a Lorena Tavares de Paula, Prof.^a Patrícia Nascimento, pela leitura atenta, pela generosidade e pelas contribuições que muito enriqueceram esta pesquisa.

Aos colegas de trabalhos do Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) da Universidade Federal de Ouro Preto, pelo incentivo, compreensão, paciência.

Aos TAEs que trabalham no PPGGOC, principalmente a Gil.

Aos amigos: Gracilene, Sônia, Daniela, Edson, Kelly e às Mulheres de oração (MORA), Nathalia, Wania, dona Rosa, Leninha, Lidiane, Adrileia, Jacyara.

Enfim, agradeço a todos que, diretamente ou não, contribuíram para a realização deste trabalho.

No dia 14 de maio, eu saí por aí
Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir
Levando a senzala na alma, eu subi a favela
Pensando em um dia descer, mas eu nunca desci
Zanzei zonzinho em todas as zonas da grande agonia
Um dia com fome, no outro sem o que comer
Sem nome, sem identidade, sem fotografia
O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver
No dia 14 de maio, ninguém me deu bola
Eu tive que ser bom de bola pra sobreviver
Nenhuma lição, não havia lugar na escola
Pensaram que poderiam me fazer perder.
Mas minha alma resiste, meu corpo é de luta
Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu
A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa
Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu.
Será que deu pra entender a mensagem?
Se ligue no Ilê Aiyê
Se ligue no Ilê Aiyê
Agora que você me vê
Repare como é belo
Êh, nosso povo lindo
Repare que é o maior prazer
Bom pra mim, bom pra você
Estou de olho aberto
Olha moço, fique esperto
Que eu não sou menino.
Lazzo Matumbi

RESUMO

Na perspectiva do racismo e das políticas de ação afirmativas, buscou-se conhecer quais são os pesquisadores brasileiros que tratam da questão racial e que são mais citados pelas pesquisas em educação realizadas pelos Programas de Pós-Graduações das Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo Federal em Minas Gerais, no período de 1988 a 2021, que estejam disponibilizados no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Trata-se de estudo cientométrico, que permite mensurar a comunicação científica por meio da análise de citações, admitindo medir a visibilidade e o impacto de autores dentro de uma comunidade científica. A pesquisa possui método de abordagem quantitativa, de natureza aplicada. O levantamento de dados foi realizado naquele catálogo da CAPES, utilizando os termos de busca “racismo”, “negros”, “negritude”; “movimento negro”; “relações raciais”; “ações afirmativas”; “lei de cotas”, “cotas raciais” e “cotas”. Também se pesquisou nos Repositórios Institucionais das universidades produtoras para acesso às comunicações científicas na íntegra. Para análise quantitativa, utilizou-se *Microsoft Excel®*, e para análise textual, o software de análise textual *Iramuteq*. Foram retirados fragmentos textuais que compõem: título, resumo e palavras-chave das teses e dissertações selecionadas. Identificaram-se as teses e dissertações que abordavam as palavras-chave citadas, e também os autores mais citados, sendo essa a professora/pesquisadora Nilma Lino Gomes. As fontes mais mencionadas foram elencadas, sendo a que possuiu maior quantidade de citações “Epistemologias do Sul”. As palavras-chave mais utilizadas nas teses e dissertações a respeito do tema proposto usadas foram: educação, relação racial; programas de ação afirmativa, discriminação na escola. Os subtemas de maior incidência na área de educação foram estruturados em quatro grandes *clusters*: negro, universidade, pesquisa, educação. A instituição que mais registrou pesquisa sobre o tema foi a Universidade Federal de Minas Gerais, a qual se vincula à professora/pesquisadora que mais orientou sobre esse conteúdo, que mais participou de bancas e que é a autora mais citada, Nilma Lino Gomes.

Palavras-chave: Comunicação científica; racismo; programas de ação afirmativa; cientometria.

ABSTRACT (obrigatório)

This study sought to identify the most influential Brazilian researchers in the fields of race and affirmative action policy as determined by citation in education research conducted by graduate programs of higher education institutions in Brazil. The study evaluated publications from scholars at institutions maintained by the Federal Government in Minas Gerais, from 1988 to 2021, which are available in the Catalog of Theses and Dissertations of Coordination for the Improvement of Higher Education. This scientometric study measures scientific communication through the analysis of citations, revealing the visibility and impact of authors within a specific scientific community. The research adopted a quantitative approach of an applied nature. Data collection was carried out in the catalogue of CAPES using the search terms "racism," "blacks," "negritude," "black movement," "race relations," "affirmative action," "quota law," "racial quotas" and "quotas." Institutional repositories of the producing universities were also searched to access the full documents. Microsoft Excel® was used for quantitative analysis and Iramuteq software was used for textual analysis. The following textual fragments were extracted from the selected theses and dissertations: title, abstract, and keywords. Theses and dissertations that included these keywords were identified, and the most cited authors, this being professor/researcher Nilma Lino Gomes. A list of the most cited works was compiled and the one with the highest number of citations was "Epistemologias do Sul". The most frequently used keywords in the theses and dissertations on the proposed topic were: education, race relations, affirmative action programs, school discrimination. The sub-themes with the highest frequency in the area of education were structured into four major clusters: black, university, research, education. The institution that registered the most research on the topic was the Federal University of Minas Gerais, and the most cited author was Nilma Lino Gomes, who produced ample research and participated in many thesis defense committees on the topic.

Keywords: Scientific communication; racism; affirmative action; scientometrics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Questões que permanecem na Constituição da República Federativa do Brasil	56
Figura 2 - Caracterização da pesquisa quanto à tipologia	82
Figura 3 - Instrumentos utilizados na pesquisa	84
Figura 4 - Caminho metodológico da pesquisa	85
Figura 5 - Procedimento metodológico.....	89
Figura 6 - Crescimento das produções ao longo do tempo	91
Figura 7 - Categorias analisadas.....	93
Figura 8 - Aba resumo do corpus no <i>Iramuteq</i>	96
Figura 9 - Parametrizando as classes gramaticais a serem analisadas no <i>Iramuteq</i>	97
Figura 10 - Parametrizando análise de similitude.....	99
Figura 11 - Nuvem de palavras construídas a partir das palavras-chave.....	106
Figura 12 - Grafo de similitude das palavras-chave	108
Figura 13 - Grafo de temas	109
Figura 14 - Grafo de comunidades temáticas.....	111
Figura 15 - Grafo Análise de Similitude.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação anual de teses e dissertações.....	84
Tabela 2 - Corpus final da pesquisa.....	90
Tabela 3 - Quantitativo de pesquisas em mestrado e doutorado a cada cinco anos	91
Tabela 4 - Frequências de formas ativas	98
Tabela 5 - Dez autores mais citados	100
Tabela 6 - Relação das dez fontes as mais citadas	102
Tabela 7 - Palavras-chave mais utilizadas	105
Tabela 8 - Universidades que mais pesquisam sobre o tema.....	114
Tabela 9 - Professores que mais orientam.....	115
Tabela 10 - Professores que mais participaram de bancas	116

LISTA DE ABREVIATURAS

AA	Ação Afirmativa
AIB	Ação Integralista Brasileira
AGU	Advocacia Geral da União
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação
AI-5	Ato Institucional n. 5
BDTC	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BN	Biblioteca Nacional
BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
CTD	Catálogo de Teses e Dissertações
CECAN	Centro de Cultura e Arte Negra
CEFE	Centro Federal de Educação Tecnológica
CI	Ciência da Informação
CCJR	Comissão Constituição, Justiça e Redação
CECD	Comissão de Educação, Cultura e Desporto
CFOAB	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
CNE/CP	Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação

CF/88	Constituição Federal de 1988
CSP	Coordenadoria de Processos Seletivos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DOU	Diário Oficial da União
ENBNA	Encontro Nacional de Bibliotecários/as negros/as e antirracistas
EUA	Estados Unidos da América
EIR	Estatuto da Igualdade Racial
EMI	Estudos Métricos da Informação
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNB	Frente Negra Brasileira
FCP	Fundação Cultural Palmares
IES	Instituições de Ensino Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IPCN-RJ	Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro
INN	Instituto Nacional do Negro
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MG	Minas Gerais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MN	Movimento Negro
MNU	Movimento Negro Unificado

MUCDR	Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial
NEPPaMCs	Núcleo de Estudos sobre Performances, Patrimônio e Mediações Culturais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
ONGs	Organizações Não-Governamentais
DEM	Partido Democratas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PT	Partido dos trabalhadores
PNAD contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do estado do Rio de Janeiro
PVNC	Pré-Vestibular para Negros e Carentes
PPG	Programa de Pós-graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PL	Projeto de Lei
RI	Repositórios Institucionais
RS	Rio Grande do Sul
SECAD	Secretaria de Alfabetização, Formação Continuada e Diversidade
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal

TEM	Teatro Experimental Negro
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFAL	Universidade Federal de Alfenas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Problema / Justificativas	19
1.2	Objetivos	24
1.2.1	Objetivo geral	24
1.2.2	Objetivos específicos	24
1.3	Estrutura da dissertação	25
2	RACISMO	
2.1	Movimento Negro (MN) no Brasil	35
2.1.1	Movimento Negro pós-abolição	35
2.1.2	Frente Negra Brasileira	36
2.1.3	Teatro Experimental Negro	38
2.1.4	Movimento negro durante a ditadura militar	40
2.1.5	Movimento negro na atualidade	44
2.2	Ações afirmativas	48
3	CONTEXTO LEGAL E POLÍTICO DAS RELAÇÕES RACIAIS: REMÉDIOS CONTRA O RACISMO	53
3.1	Constituição Federal de 1988	53
3.2	Lei n. 7.716	57
3.3	Lei n. 10.639	60
3.4	Lei n. 12.288	63
3.5	Lei n. 12.711	65
3.6	Lei n. 12.990	68
3.7	Portaria normativa e decretos	70
4	INDICADORES MÉTRICOS	71
4.1	Bibliometria	72
4.2	Cientometria	74
4.2.1	Leis de Lotka, Bradford, Zipf	76
4.2.2	Análise de citações	78
5	METODOLOGIA	82
5.1	Universo da pesquisa	84
5.1.1	CTD da CAPES	85
5.1.2	Repositórios institucionais	86
5.1.3	Iramuteq	87
5.1.4	Procedimento metodológico	88
5.2	Estruturação dos dados	92
5.3	Categorias	93
5.4	Análise de dados	94
5.4.1	Análise dos dados no <i>Iramuteq</i>	95
6	ANÁLISE DOS RESULTADOS	100
6.1	Evolução quantitativa	100
6.2	Perspectivas temáticas	108
6.3	Instituições que mais acolhem o tema	113
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS	123

APENDICE A – LEVANTAMENTO DAS TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO DAS IES MINEIRAS CONTIDAS NO CTD DA CAPES SOBRE QUESTÃO RACIAL	137
APÊNDICE B – AUTORES MAIS CITADOS.....	156
APENDICE C – FONTES MAIS CITADAS.....	159
APENDICE D - PASSO A PASSO NO IRAMUTEQ	163

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como temática central questão racial, sendo que o campo de aplicação é a produção acadêmica das Instituições de Ensino Superior (IES) administradas pelo Governo Federal no Estado de Minas Gerais (MG), com recorte nos cursos de mestrado e doutorado em Educação, disponibilizados por meio do Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da CAPES. Para tanto, utilizou-se a metodologia bibliométrica para trazer à tona informações métricas relacionadas ao racismo e a ações afirmativas no período a partir do ano 1988 até 2021.

Para Vanti (2002), Le Coadic (2004), Guedes e Borschiver (2005) e Araújo (2006), as técnicas da bibliometria corroboram decisivamente para a tomada de decisão, podendo indicar a importância dos cientistas e dos periódicos de uma determinada área e também a obsolescência científica, além de mapear os termos mais importantes usados em um documento.

Para efetivar essa pesquisa, realizou-se estudo exploratório e descritivo. Também houve uma pesquisa bibliográfica, utilizando a cientometria da produção acadêmica mineira das teses e dissertações contidas naquele catálogo na área da Educação sobre o tema proposto.

A inquietação quanto aos temas raciais faz parte da história de vida da pesquisadora e refletiu na proposição dessa pesquisa. A autora, branca, tinha um avô “preto” e lembra sempre quando encontrava seu “vô Paulão” corria e se jogava em seu abraço, pedia “bença” e sempre escutava um “Deus te abençoe, minha filha”, cheio de carinho. Num dia em que essa cena se repetiu, alguém que estava perto dele retrucou: “Paulão, como você pode ser avô dessa menina branca?”. Daquele momento consta sua primeira lembrança de como a cor da pele diferencia os corpos e, aos poucos, de como o povo negro é marginalizado e como o racismo se instaura dentro das relações, necessitando de coragem para romper essa marcha. A resposta naquele dia veio da menina pobre e atrevida que, sem medo de ser repreendida, disse: “a cor do meu sangue é da mesma cor do sangue do meu vô”.

Com o passar do tempo, os estudos e a oportunidade de fazer uma especialização em Sociologia do Trabalho e Inclusão Social a fizeram perceber que a sociedade precisa questionar-se e tentar desconstruir o processo de formação de pensamentos e situações que originaram o racismo brasileiro.

O interesse renasceu da observação das dissertações apresentadas pelo Programa de Pós-graduação (PPG) em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), depositadas na Biblioteca da Escola de Música e Artes Cênicas, que frequentemente abordavam a questão do negro nas artes. Dessa observação, surgiu o desejo de participar da “Comissão de Heteroverificação” da Coordenadoria de Processos Seletivos (CPS) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), como forma de contribuir para a efetivação da política de ação afirmativa (AA) que é um dos remédios contra o racismo.

Valério, Garcia (2013) relatam que há uma inquietação no âmbito da CI por parte de alguns intelectuais que se interessam por temas humanitários, como desigualdades, diversidades entre grupos, que demonstram uma preocupação em identificar e/ou desenvolver pesquisas que possuam como objeto as questões sociais que os afrodescendentes vivenciam. Porém, o grau de envolvimento da área com as questões que envolvem a sociedade brasileira tem se mostrado ainda reduzido. Pode-se perceber que há uma maior dedicação aos temas universais, distanciando das temáticas que envolvem a população afrodescendentes e demais grupos oprimidos. Assim, verifica-se que, nos programas de Pós-graduação em CI, alguns campos, como o social, ficam sub-representados nas quantidades de pesquisas (VALÉRIO, GARCIA, 2013, p. 823). É na perspectiva contrária a essa tendência que se insere a presente pesquisa.

Moura (2021) revela-nos que a legitimação do viés estrutural do racismo e suas reverberações na CI requerem uma compreensão de como as marcas coloniais de repressão, constantes no arranjo colonial, caracterizam o conhecimento produzido. A produção do discurso colonial é percebida na medida em que fixa certas narrativas como normatizadas por meio de discursos de dominação e poder. Já a epistemologia da ignorância é orientada para a manutenção da branquitude em seu local de poder, como quem produz e faz circular o conhecimento considerado de valor. Tanto o discurso colonial como a epistemologia da ignorância são projetos de conhecimento que justificam e naturalizam o apagamento de saberes, a desvalorização de signos e a priorização cultural em favor da branquitude (MOURA, 2021).

Costa e Melo (2021) questionam se o “racismo é (só) falta de informação?”, convidando-nos a retomar o que seria essa falta de informação, lembrando que comumente os acontecimentos racistas são justificados com falas do tipo “isso é falta

de informação". Nessa questão, há, inclusive, uma naturalização dessas ações que somente irão causar repúdio e envergonhar o sujeito que as praticou quando o ato é exposto e criticado, gerando comoção e assim descortinando a desumanidade do autor do ato.

Martins (2015) considera que a informação étnico-racial é estabelecida por meio de suas condições de produção, trazendo consigo intencionalidades e relação de poder, desconstruindo assim o véu de neutralidade e/ou imparcialidade.

Pensar o racismo dentro da revivificação do processo colonial coloca a perspectiva de descolonização como algo articulado e pensado no interior da Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI), fundamental para problematizar as práticas informacionais coletivas e individuais. Entende-se que esses campos devem ter condições epistemológicas para a busca de uma emancipação de diversos tipos de opressões e dominações, ao articular a interdisciplinaridade como uma política de construção de ações e de pensamentos libertadores (COSTA, MELO, 2021, p. 180)

A história oficial do Brasil foi escrita tendo como sustentação a desinformação quanto à representação de todo um povo, manipulando sua importância e seu papel social, de maneira a desacreditar e mascarar a necessidade de reparação histórica. Como consequência desse apagamento, a dominação desses sujeitos oprimidos pelo pensamento hegemônico perdeu a capacidade crítica em face ao mar de desinformação pelas quais foram atingidos, levando-os a uma crise identitária (COSTA, MELO, 2021).

Costa e Melo (2021) relatam que as contribuições da CI para a discussão sobre a desinformação em relação aos sujeitos negros passam desde a conceituação de informação étnico-racial (como dito anteriormente, informações que envolvem todos e qualquer material informacional produzido com objetivo à promoção da igualdade racial), perpassando pela produção acadêmica decolonial, dando voz aos pesquisadores e autores negros por meio da valorização de sua produção científica. Uma forma de exemplificar a questão é citando essa produção acadêmica e colocando-a em destaque nos espaços informacionais (bibliotecas, centro de informação e livrarias), que normalmente não seriam destinados a esses sujeitos.

Outra frente a ser defendida é a de se levar o conhecimento referente a questões étnico-raciais (como intolerância religiosa, racismo recreativo e estrutural, apropriação cultural, feminismo negro), para toda a sociedade (brancos e não

brancos), possibilitando que haja maior compreensão de que “o contexto social vivido não é mero capricho do destino, e sim resultado de uma série de ações orquestradas para estarmos em tal situação, em que os(as) negros(as) são constantemente silenciados(as) e subjugados(as)” (COSTA, MELO, 2021, p. 189).

Silva, Saldanha e Pizarro (2018) convidam ao debate urgente e necessário sobre a reflexão da branquitude como promotora do racismo na sala de aula para a formação de bibliotecários, advertindo-nos que há um longo caminho a ser trilhado, pois a discussão dentro do campo é recente. A formação do bibliotecário no Brasil possui raízes nas escolas francesas (cunho humanístico) e estadunidenses (mais voltada para o tecnicismo). Em seu primeiro ciclo formativo (1911), o curso de Biblioteconomia tinha maior influência da linha francesa, enveredando como prática humanística e não acadêmica. No segundo, possuía uma visão formativa com práticas racionalizadoras (tecnicista, funcionalista e academicista), que nortearam a formação bibliotecária.

Essas bases fundamentam o agir dos bibliotecários brasileiros, que foram moldados por meio da formação recebida pelos primeiros profissionais e repassadas aos demais. De igual maneira, também foram enviesados pelos projetos políticos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia que refletiam os perfis desses primeiros profissionais que se tornaram os primeiros professores. Assim, a escolha das bibliografias básicas e complementares podem ser percebidas como ato político e ético, sendo exemplo também desse ato as vertentes teóricas, saberes e autores apresentados durante o curso (SILVA, SALDANHA e PIZARRO, 2018).

Por meio desse conjunto é possível identificar o conhecimento predominante e o epistemicídio de correntes teóricas pertencentes a grupos etnico-raciais que não o branco, que podem ser percebidos como sem valor. Por exemplo, quando é relatado sobre a construção da área enfocando as vertentes tecnicista e humanistas, há um apagamento das questões transversais, nacionais e estrangeiras, que formaram a BCI, silenciando as abordagens críticas como a Biblioteconomia Negra Americana, *Black Librarianship*, que foi um movimento fronteiriço profundo, com caráter fundamentalmente pedagógico, crítico, social, político, histórico e epistêmico. Esse movimento tinha como objetivo desenvolver bibliotecas para afro-americanos quando ainda existia segregação. Visava à formação acadêmica para afro-americanos no curso de Biblioteconomia mediante o *Hampton Institute*, entre o período de 1925 a

1939. Porém, na influência norte-americana vista na constituição da BCI brasileira, as questões que envolveram o contexto epistêmico e de luta social foram completamente silenciados. Essa opção fragilizou a historiografia da BCI e consequentemente a formação crítica dos profissionais da área no Brasil (SILVA; SALDANHA e PIZARRO, 2018).

Black (2022) relata que a BCI necessita reconhecer o próprio racismo, pois mesmo se apresentando como neutra no tocante à questão racial, possui cumplicidade com estruturas opressivas, injustas e de exclusão. Se as instituições perpetuam a maneira como a realidade é percebida, para dismantelar o racismo sistêmico é necessário identificá-lo e eliminá-lo das práticas inconscientes que estruturam a sociedade, permitindo que ela funcione. Não é uma tarefa fácil descobrir esses processos inconscientes que resultam no racismo sistemático, e esses processos sutis, que, à primeira vista, parecem não demonstrar nada a ver com a questão da raça, resultam em coleções tendenciosas (BLACK, 2022).

A sociedade como um todo, atores e instituições estão de certa forma envolvidos no racismo por ser endêmico na sociedade global, devido ao legado compartilhado e à continuidade do colonialismo e do imperialismo. O racismo e o antirracismo constituem jogos de poder, e é preciso exigir justiça para que haja uma concessão (reparação). Ser antirracista vai muito além de se declarar como "não ser racista", precisa de ação nesse sentido (BLACK, 2022).

Black elaborou 3 dimensões antirracistas, que são:

- A teoria, o pensamento e a experiência vividas a partir de condições duradouras de opressão, sendo a resposta a essa condição a justiça;
- as histórias, mitos e narrativas, que não foram contadas, sendo importante conhecer mitologias e histórias para a construção de um passado. A história é um manancial de poder para o antirracismo, as bibliotecas possuem e podem influenciar nessa dimensão, quando se propõem a contar essas histórias e fazer conhecer a cultura silenciada;
- A ação, que se alcança por meio de medidas políticas para a construção de mudanças estruturais no mundo, de maneira a apoiar a liberdade e a justiça. Antes de tudo o antirracismo é: **ação que transforma** (destaque nosso). Para ser considerado um antirracista deve-se agir para criar mudanças e não somente professar frases de impacto (BLACK, 2022).

Também quanto à formação de bibliotecários, mesmo os cursos que possuem maioria de alunos negros, segundo Black (2022), geralmente reproduzem o mesmo tipo de bibliotecários tradicionais que se encaixam com facilidade na "conservadora profissão branca". Isso se deve também à estrutura de credenciamento dos cursos, pois a estrutura de credenciamento é tradicional e esse processo constitui-se como sustentação para a máquina do racismo sistêmico. Os estudantes devem se adequar às normas da profissão, sendo educados e socializados para a profissão que há atualmente (não para uma profissão que ainda não existe), com as ferramentas que estão disponíveis agora, enfim, para o fazer profissional como ele é, e não como deveria ser. Assim, a solução verificada por Black é lançar bases para a construção de uma profissão tida como a ideal, ainda não existente, e para um profissional que possa apoiar e criar justiça racial na sociedade imperfeita.

Considerando essas características, a BCI é essencial na construção de uma sociedade com justiça racial e antirracista a partir das comunidades.

Os bibliotecários possuem habilidades únicas e uma posição social singular que os torna agentes eficazes para a mudança estrutural antirracista nas comunidades. Os bibliotecários têm uma compreensão profunda da alfabetização – da contação de histórias, da cultura narrativa e expressiva que podem ser aproveitadas para apoiar a agenda antirracista. Os bibliotecários também ocupam uma posição única de confiança em suas comunidades; os bibliotecários são percebidos como conhecedores, prestativos e têm a confiança dos membros de suas comunidades. Finalmente, as bibliotecas contêm espaços (físicos e virtuais) que podem conter e apoiar diálogos comunitários construtivos sobre as dimensões de raça e poder na vida comunitária. As bibliotecas podem se tornar incubadoras para a compreensão da comunidade (BLACK, 2022, p. [9]).

Após essa breve introdução das motivações da pesquisa, de como tem sido realizada a formação de profissionais dentro da CI e da importância da atuação antirracista, explanamos o problema e a justificativa, logo após abordamos os objetivos e a estruturação da dissertação.

1.1 Problema / Justificativas

Nos últimos anos, o tema racismo tem sido muito discutido e alcançado maior visibilidade nos meios de comunicação, isso pode ser percebido mediante reportagens telejornalísticas, da ampliação da divulgação de situações nas quais as pessoas racializadas sofrem intimidações e vexamentos. O Diário do Litoral, por exemplo, no dia 19/04/2022 informa-nos que houve um crescimento de 736% nas denúncias de

crimes ligados ao racismo (injúria racial e preconceitos de raça ou cor). Segundo a reportagem, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo computou dados dos anos 2020 (com 30 processos abertos) e 2021 (251 casos), e, portanto, mesmo durante a Pandemia¹ da Covid-19², houve um aumento de denúncias no tribunal. Conforme Silva (2021), é fundamental e urgente o debate sobre a luta antirracista, não sendo possível neutralidade, ou se é racista ou se luta contra o racismo.

A universidade reflete o que socialmente está em pauta. A universidade demonstra sintonia com a sociedade em que ela está inserida. Por isso, essa instituição também vai manifestar as contradições, pensamentos e lutas presentes em tais sociedades (COELHO,1980).

Assim, o problema aqui proposto busca saber quais são os pesquisadores e obras que estão representados na produção de teses e dissertações em educação sobre a questão racial no Brasil, no âmbito das Instituições de Ensino Superior do Estado de Minas Gerais.

Segundo Werneck et al. ([2013]), o racismo é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos estados. Trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgou o estudo sobre “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça” no Brasil (2019), no qual se verificou que a população denominada branca era de 43,1%; enquanto os pretos de 9,3%, e pardos de 46,5%. Ressalta-se que, para fins de divulgação estatística do IBGE, pretos e pardos estão em uma mesma categoria. O mesmo estudo apontou que a população que mais sofre com a violência continua sendo a de pretos e pardos. Na taxa de homicídio, há uma discrepância histórica entre as populações preta e parda comparadas com a branca. No Brasil, no ano de 2017, em um grupo de 100 mil habitantes, a taxa de homicídio foi de 43,4 para pretos ou pardos, enquanto entre

¹ Em 11 de março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anuncia que a doença provocada pelo Covid-19 caracteriza-se como uma pandemia. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic> .

² Em 15 de março de 2020 a OMS divulga uma primeira série de medidas de prevenção e controle de infecção no contexto da doença causada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

brancos foi 16,0, ou seja, sendo preto ou pardo, as chances, chamaremos de risco, de homicídio intencional eram de 2,7 vezes a mais para a população negra. Se nos concentrarmos na população composta por jovens entre 15 e 29 anos, a taxa de homicídio é de 98,5 para pretos e pardos e 34,0 para brancos, no enfoque pelo sexo masculino nessa mesma idade, a taxa chegou a atingir **185,0** (destaque nosso).

Também segundo o IBGE (2019), no estudo citado, referente aos indicadores educacionais, os pretos ou pardos são ainda os que menos frequentam a escola e que mais têm índices de analfabetismo. Houve uma tímida melhora nos índices educacionais de 2016 a 2018, o percentual de analfabetismo diminuiu de 9,8% para 9,1%; as pessoas de 25 anos de idade ou mais que concluíram o ensino médio foi de 37,3% para 40,3%, sendo que também no ensino superior houve um pequeno avanço. Na população, composta entre 18 e 24 anos, que havia frequentado e concluído o ensino superior, os índices são de 18,3% para negros e pardos e 36,1 % para brancos, ou seja, a educação superior ainda é um grande desafio para essa parcela da população.

O estudo foi feito a partir de pesquisa no acervo registrado no CTD da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dentro do período de 1988 a 2021. O fato de o ano inicial ser 1988 foi pela questão de ser o ano da promulgação da Constituição Federal, conhecida como Constituição cidadã. A escolha por essa base de dados justifica-se por permitir pesquisar o conjunto de comunicações científicas defendidos desde 1987, desenvolvidos pelos programas de doutorado e mestrado brasileiros que depositam diretamente à CAPES, portanto, entende-se como verdadeiros e confiáveis (CAPES, 2010).

Outro fator pela escolha do CTD da CAPES deveu-se ao fato de contemplar mais de 430 instituições brasileiras produtoras de teses e dissertações, enquanto outra biblioteca digital que poderia ser opção desta pesquisa, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) possuir apenas 127 instituições, o que nos leva a crer que a representação do CTD seja mais fiel à realidade das produções de pesquisas. Trata-se de uma base de acesso aberto, reforçando a ideia de democratização do conhecimento e a valorização da ciência produzida nacionalmente. (CAPES, 2021).

A escolha pela área da Educação foi pela sugestão, durante a qualificação, da delimitação de uma área para a pesquisa. A área da educação é a mais impactada

por políticas de AA com foco na reparação histórica em favor dos negros, por isso entendemos que seja a área na qual potencialmente estariam os trabalhos mais relevantes para a temática proposta.

Segundo a Lei n. 10.639, tornou-se obrigatório o ensino de História das Populações Negras do Brasil, em todos os níveis de educação. Nesse sentido, o acolhimento do tema em um programa de pós-graduação na área da CI, é coerente com essa política pública de AA.

Aquino (2007) atenta que “compreender o papel social da CI ante o novo modelo de ciência na sociedade da informação e do conhecimento é dar visibilidade à natureza do conhecimento científico produzido em nível local e global”. Afirmar também que a informação é a matéria-prima do conhecimento, mas que na sociedade o preconceito, a exclusão social, o racismo, a discriminação, a xenofobia, a homofobia, que são a ordem do dia, passaram a adquirir o status de mercadoria de valor. No Brasil, as interações de sujeitos entre si e com o mundo demonstram haver uma imersão em desinformação ou pouca informação. Por outro lado, existem também a exposição a “superinformação”, ou universalização da informação,

[...] a universalização da informação só terá efeito democrático, se houver a participação efetiva de todos os cidadãos no espaço público. Ela agregará valor, quando os sujeitos puderem transformá-la em conhecimento crítico em uma ação partilhada com o outro, produzindo um conhecimento que sirva para libertar outros sujeitos, grupos humanos, comunidades e nações (AQUINO, 2007, p. 12).

É necessário lembrar que a CI assumiu seu fundamental papel no desenvolvimento da ciência e da tecnologia e que continua a desempenhar a sua função social. Além das questões referentes aos usuários e suas necessidades de informação, novas funções têm sido redesenhadas e ampliadas, centradas na informação e no conhecimento. Contudo, Aquino ressalta a “necessidade de intensificação das práticas sociais, de compromisso de seus atores sociais: pesquisadores, ensinantes e aprendentes’ (Aquino, 2007, p.11). Por isso, pesquisas que possuam foco em assuntos como racismo e políticas de ação afirmativas devem ser estimuladas na CI.

Quanto à importância dessa pesquisa para ser acolhida no Programa de Gestão e Organização do Conhecimento, também nos embasamos em Aquino (2007, p.15), ao defender que é importante conhecer e utilizar ferramentas tecnológicas, e

que os profissionais da CI não necessitam travar batalhas entre a área tecnológica e as áreas social da CI, mas saber quais possibilidades podem ser mais bem usadas e como usá-las

Esses enfrentamentos não significam a adesão incondicional ou a oposição radical ao ambiente eletrônico, mas, ao contrário, significa criticamente conhecê-los para saber de suas vantagens e desvantagens, de seus riscos e possibilidades, para, então, transformá-los em ferramentas e parceiros, em alguns momentos, e dispensá-los, em outros instantes.

Nesse sentido, utilizamos a cientometria para tratar de uma temática social utilizando recursos tecnológicos.

Trata-se de um tema transversal e seu estudo exige abordagem particularmente diversificada e ampla (GARCIA, 2007, p. 1).

[...] tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação a intervenção no âmbito social mais amplo quanto a atuação pessoal. São questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também de atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões.

Nesse sentido, o tema perpassa por todas as áreas do conhecimento, e a CI pode contribuir para ampliar o debate.

Algumas ações no sentido de lutar contra o racismo têm sido realizadas dentro da CI, uma delas se trata do Encontro Nacional de Bibliotecários/as negros/as e antirracistas (ENBNA). A primeira edição aconteceu na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e tinha como lema “O protagonismo de bibliotecários (as) negros (as) na Biblioteconomia e Ciência da Informação”. O objetivo era ser um espaço para discutir, propor e lutar por uma profissão bibliotecária e por ações direcionadas para a consolidação da identidade das populações de origem africana em unidades de informação e bibliotecas. Em 2021 ocorreu a segunda edição do ENBNA e, paralelamente, o “I Encontro Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas”, na Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o tema “Os desafios de bibliotecárias (os) negras (os) e antirracistas para a construção de uma sociedade antirracista, emancipada e comprometida com a diversidade”.

Outra iniciativa dentro do campo da CI é o grupo de estudo “Projeto Observatório do Racismo e da Informação”, do Núcleo de Estudos sobre Performances, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs), da ECI/UFMG. O projeto desse grupo tem como objetivo realizar monitoramento de notícias que envolvam práticas de racismo e demonstrações de intolerância à diversidade cultural e étnico-racial na contemporaneidade, assim como as diversas maneiras de enfrentamento dessa prática de violência social, seja ela, explícita ou dissimulada. Dentre as ações propostas, alternam entre o monitoramento de informação (sondagem e acompanhamento diário da circulação pela internet) e a divulgação pública desse material; também o desenvolvimento de ações de caráter informativo, educativo e reflexivo, relativos a esses problemas culturais e sociais e entre outras atividades afins (SILVA, PAULA, SILVA, 2019)

1.2 Objetivos

Para o presente trabalho propomos alguns objetivos, como elencamos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral dessa pesquisa é conhecer quais são os pesquisadores brasileiros que tratam da questão racial e do racismo e que são mais citados pelas pesquisas em educação realizadas pelos PPGs das IES mantidas pelo Governo Federal em MG.

1.2.2 Objetivos específicos

Nossos objetivos específicos são:

- a) realizar um levantamento das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em educação das IES federais em MG, defendidas nos anos de 1988-2021 na área da Educação que reflitam sobre o racismo;
- b) identificar, por meio de um estudo bibliométrico, quem são os autores e as respectivas obras mais citadas sobre a questão racial;

- c) mapear as subáreas de maior interesse na temática para verificar os principais assuntos pesquisados, utilizando o software Iramuteq para a realização de análises de assunto;
- d) identificar as palavras-chave mais utilizadas naquelas teses e dissertações a respeito do tema proposto.
- e) identificar quais as IES que pesquisam o tema, professores que mais participaram como orientadores e membros de banca.

1.3 Estrutura da dissertação

A dissertação estrutura-se em sete capítulos.

No primeiro capítulo, nomeado como Introdução, abordamos o problema, as motivações (pessoal, profissional, social e científica) e os objetivos da pesquisa. Apresentamos como o tema mostra-se na formação de profissionais da informação. Assim, buscamos uma maior compreensão da importância de dialogar sobre o racismo e como a Ciência da Informação pode ampliar sua ação nesse campo.

No segundo capítulo, Racismo, foi feito um levantamento conceitual e histórico sobre o racismo no Brasil e, a partir dessa revisão, adentramos no surgimento do Movimento Negro (MN), e como a sua luta tem sido importante para o cenário de garantia de direitos, e da implantação de políticas de ação afirmativas, do surgimento de debates entre integrantes sociais, as primeiras iniciativas de adoção de AA no Brasil.

No terceiro capítulo, Contexto legal e político das relações raciais: remédios contra o racismo, abordamos a Constituição de 1988, as leis criadas para combater o racismo e garantir direitos, como a Lei Caó; a Lei da obrigatoriedade do ensino da cultura e história dos afro-brasileiros e África em todos os níveis de ensino (públicos e privados); a lei que estabeleceu o Estatuto de Igualdade Racial; a lei de cotas para reservas de vagas para estudantes de escolas públicas em IES federais; a lei de cotas para reserva de vagas para a população negra em concursos públicos.

No capítulo quarto, Indicadores métricos, abordamos a utilização dos estudos métricos da informação, discutiremos sobre a bibliometria com metodologia nascida na CI, a primeira das metrias a se desenvolver, definindo-a, ressaltando sua importância, seguido da cientometria como as metrias do conhecimento científico, as

leis de Lotka, Brandford e Zipf, abordando também as análises de citações, que torna possível conhecer quais autores e fontes mais citados nas comunicações científicas que serão analisados.

No capítulo quinto, Metodologia, indicamos quais polimentos foram aplicados na amostra para definir o universo, em seguida, contextualizamos a base na qual a pesquisa foi realizada, passando por uma breve introdução sobre os repositórios institucionais, também abordando brevemente o software *Iramuteq*, que realizou a análise textual de fragmentos das teses e dissertações, a saber, título, resumo, palavras-chave. Também foram detalhadas a realização do procedimento metodológico, estruturação de dado, categorias analisadas e análises de dados.

No capítulo sexto, Análise dos resultados, apresentamos novamente os objetivos juntamente com as respostas alcançadas com a pesquisa, oportunidade em que foram apresentados gráficos sobre as análises textuais e algumas análises possíveis a partir dos resultados.

No capítulo sétimo, Considerações finais, retornamos alguns conceitos importantes expostos durante o estudo, apresentamos algumas lacunas para trabalhos futuros e, por fim, apresentamos as referências bibliográficas e os apêndices.

2 RACISMO

Para Hasenbalg (1982, p.69), a essência do racismo advém da “negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor”. Para Guimarães (2005), o racismo nasce da elaboração e de propagação de uma ideologia que justifica a desigualdade entre seres humanos

O racismo, origina-se da elaboração e da expansão de uma doutrina que justificava a desigualdade entre os seres humanos (seja em situação de cativeiro ou de conquista), não pela força ou pelo poder dos conquistadores (justificativa política que acompanhou toda as conquistas anteriores), mas pela desigualdade imanente entre raças humanas (inferioridade intelectual, moral, cultural e psíquica dos conquistadores ou escravizados) (GUIMARÃES, 2005, p. 214).

Wedderburn (2007) relata que o racismo, ao ferir a autoestima, o amor-próprio, o respeito de si, em outras palavras, a dignidade humana, atinge a essência e a singularidade do indivíduo, sendo configurado, assim, como crime contra a humanidade,

O racismo é um fator desestruturante na sociedade, pois gera patologias das quais ninguém escapa, tanto no segmento dominado quanto no segmento dominador. Na população-alvo, ele destrói a autoestima e conduz a uma desconexão psicológica com a sociedade como um todo, propiciando o surgimento de indivíduos cuja identidade destruída, os lança num terreno baldio onde podem frutificar atitudes antissociais. (...) No segmento dominador, o racismo cria uma complexa rede de atitudes de cumplicidade amoral, e de insensibilidade humana, que por sua vez propiciam um alto grau de permissividade diante de condutas patologicamente antissociais. (...) No contexto específico da América Latina, não se pode desvincular a amoralidade própria do racismo, da propensão das elites dirigentes, à malversação dos bens públicos; da permanente tentação de militarizar a vida civil; das condutas criminosas das instituições encarregadas de codificar e aplicar a lei; tudo isso faz parte do complexo nó produzido pelas estruturas racistas. O racismo cria inter-relações desestruturantes e desequilibrantes, que conduzem, inexoravelmente, à implosão de todo o conjunto da sociedade. (WEDDERBURN, 2007, p. 324-325).

Almeida (2018, p. 32) conceitua o racismo como uma “forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Souza (2021) diz que o reconhecimento social permite que sejam exercidas as faculdades e capacidades básicas dentro da sociedade, e esse reconhecimento é

fundamental para sermos considerados humanos, afinal o ser humano é essencialmente um ser social. Nesse sentido, o racismo impede o desenvolvimento da vida coletiva e também a vida pessoal daqueles que sofrem diretamente sua ação ao impedir que haja o respeito à liberdade e à autonomia entre grupos sociais e indivíduos, que são destituídos de humanidade por meio dele. O racismo, mais que nada, refere-se à "negação do reconhecimento social em suas múltiplas formas" (SOUZA, 2021, p. [130]). Souza define racismo como "toda forma de amesquinhar, humilhar e desprezar o oprimido, convencendo-o de sua própria inferioridade" (SOUZA, 2021, p. [131]).

Para compreendermos o racismo, precisamos primeiro saber um pouco sobre o conceito de raça. Aqui, entende-se que a categoria raça é "filha" do racismo, pois primeiramente houve o racismo expresso por meio da segregação e da desumanização dos povos explorados e a utilização da raça como justificativa para essa exploração. É um conceito de quando há uma valorização do colonizador ao subjugar os demais povos colonizados, sempre valorizando a cultura, a arquitetura, a sensibilidade, a razão, enfim, tudo o que é advindo do explorador é colocado como progresso produzido e próprio do branco, entenda-se, europeu explorador (FANON, 1983; RAMOS, 1995).

Quijano (2005) defende que o conceito de raça, conforme é conhecido contemporaneamente, não existia antes da colonização da América. Foi a primeira vez na história que surgiu um poder em escala mundial quando houve a codificação de diferenças entre conquistadores e conquistados, expostos na concepção de raça, numa suposta superioridade biológica de um grupo sobre outro. Essa ideologia foi assumida pelos conquistadores europeus como o principal elemento fundacional, constitutivo, das relações de dominação que a conquista demandava.

Conforme Gomes (2012), esse soçobramento sociológico, político e histórico, proposto por Quijano por meio de seus estudos pós-coloniais, focados nas Américas, coopera para o fortalecimento teórico da análise sobre a construção social da ideia de raça no Brasil. Usualmente nos referenciamos em textos produzidos sobre a Europa ocidental, ou na configuração das teorias raciais, ou ainda na migração conceitual das ciências naturais para as ciências sociais. Quijano nos faz perceber um viés mais profundo da invenção da raça, trazendo-nos para o contexto latino-americano e problematizando que, antes mesmo de se consolidar como um conceito da ciência,

ela foi sendo formulada como uma representação social e, portanto, uma forma de classificação social entrelaçada nas estratégias de poder colonial. Essa noção foi se tornando, progressivamente, um instrumento de poder político, econômico, cultural, epistemológico e até pedagógico. A empreitada colonial educativa e civilizadora esteve impregnada da ideia de raça.

No Brasil, a ligação entre “cor” e posição na sociedade é fundamental, sendo a “cor” uma construção racialista. O significado de “cor” como formulado pelas ciências sociais brasileiras atua como substituição à raça, significando muito mais que a pigmentação. Portanto, “o racismo” e o ‘preconceito de cor’ são formas racializadas de naturalizar a segmentação da hierarquia social” (GUIMARÃES, 2005, p. 127).

Por meio de relatos de viajantes, jornalistas, cientistas e políticos (norte-americanos e europeus) nos dão conta de que, no século XIX, havia certo assombro como a vivência pacífica se dava entre as raças e etnias no Brasil, comparada com países europeus e principalmente com os Estados Unidos da América (EUA). Essa imagem de um povo pacifista forjou uma concepção de que o Brasil era um “paraíso racial”, visão que se contrastava com as truculentas experiências norte-americanas (MAIO, 1999; MUNANGA, 2004; GUIMARÃES, 2005).

Podemos perceber que, desde a abolição da escravidão (ocorrida tardiamente), e da proclamação da República, as preocupações e medos da elite brasileira (que se ancoravam nas teorias racistas dessa época advindas da Europa), referiam-se à influência negra de forma pejorativa, para o que resultaria da herança do negro no processo para a formação de uma identidade étnica brasileira. A presença consolidada dos negros e a pujante miscigenação da sociedade brasileira, percebida por meio de aspectos visíveis no complexo quadro racial da nação em formação, representava entraves para a inserção brasileira na modernidade. Traços desses pensamentos refletem ainda hoje na identidade coletiva dos negros e seus descendentes (MAIO, 1999; MUNANGA, 2004; GUIMARÃES, 2005).

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se tratava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. Elaboraões especulativas e ideológicas vestidas de cientificismo dos intelectuais e pensadores dessa época ajudariam hoje, se bem interpretadas, a compreender as dificuldades que os negros e seus descendentes mestiços encontram para construir uma identidade coletiva politicamente mobilizadora (MUNANGA, 2004, p. 55).

Nas primeiras décadas do século XX, principalmente nas décadas de 1920 e 1940, houve uma mudança na forma como era vista a contribuição das raças que formaram a sociedade brasileira, mudança promovida pelos avanços econômicos, políticos e sociais, que corrobora uma busca de centralidade de debates intelectuais sobre a necessidade de construção de uma identidade nacional de tolerância e convivência pacífica (MAIO, 1999).

Houve a substituição da visão pessimista da contribuição das raças formadoras da sociedade brasileira por um enfoque positivo, no qual o intercuro racial transformou-se em indicador de tolerância e harmonia. A controvertida crença numa democracia racial à brasileira, que teve no sociólogo Gilberto Freyre a mais refinada interpretação, tornou-se assim um dos principais alicerces ideológicos da integração racial e do desenvolvimento do país e foi suficientemente substantiva para atrair a atenção internacional (MAIO, 1999, p. 144).

Guimarães (2005) afirma que o racismo no Brasil é considerado um tabu, sendo uma fonte de orgulho a formação social do nosso país quando comparada com outras nações, o que comprovaria o quão civilizada era a nação brasileira. Essa utopia ideológica possui origem nas entranhas da construção histórica do país, pois se criou uma pretensa democracia racial, que pregava não haver no Estado brasileiro segregação nem conflitos raciais, desde a abolição da escravidão (1888), a dita democracia racial tornava o Brasil um modelo de sociedade diante das outras nações.

Guimarães (2005) continua, ao dizer que esse discurso idealizado, que essa questão é percebida nos escritos das décadas iniciais do século XX até 1970, nas áreas de sociologia, antropologia e na literatura, pois defendiam e reafirmavam essa pretensa harmonia quanto às relações raciais na sociedade brasileira, como a obra mais conhecida e debatida nesse contexto, que é o livro “Casa grande & senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal”, de 1933, de Gilberto Freyre.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) foi criada no pós Segunda-Guerra, como enfrentamento aos horrores cometidos contra a humanidade e combatendo as ideologias racistas. Desejosa de conhecer com profundidade a questão racial no Brasil, e fazer propaganda de um país sem racismo e preconceitos, sendo um modelo para outras nações, encomendou um estudo amplo que englobasse todas as regiões brasileiras. Esse estudo ficou conhecido como Projeto Unesco e permitiu conhecer quão amplo e diversificado era

o cenário das relações raciais brasileiras, também favoreceu a manifestação de novas leituras sobre a nossa sociedade em face do acelerado processo capitalista de modernização (MAIO, 1999).

De outro modo, o Projeto Unesco permitiu a observação das trajetórias intelectuais e sociais dos pesquisadores envolvidos, desde os processos teórico-metodológicos, passando pelos colégios invisíveis (nacionais e internacionais) dos quais participavam esses pesquisadores, também do estado da arte de algumas disciplinas, principalmente a Sociologia e a Antropologia. Grosso modo, pode ser dito que o ciclo de investigações ratificado pela instituição legou uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento das ciências sociais brasileiras naqueles anos (MAIO, 1999).

Por meio dos resultados desse estudo, abrem-se novos caminhos para se conhecer a real situação da questão racial no Brasil. Conforme explicitado por Fernandes no prefácio da obra de Cardoso e Ianni (1960),

Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a "raças" distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada esta pode satisfazer às exigências do "bom-tom", de um discutível "espírito cristão" e da necessidade prática de "manter cada um em seu lugar". Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social, e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a, e justificando-a, acima dos princípios de integração da ordem social democrática. Se insistimos neste aspecto da questão é porque ele é essencial, quando se atenta para o futuro do Brasil como parte dos países integrados na órbita da civilização ocidental. O que está em jogo não é apenas a nossa possibilidade de imitar povos "mais adiantados" ou seja, de reproduzirmos o regime democrático com estilos de vida correlatos, tal como ele pode ser idealizado pela experiência histórica dos povos em questão, mas, a perspectiva de conseguirmos esse intento sem perdas culturais (FERNANDES, 1960, p. XIV).

De maneira geral os resultados desses estudos desenvolvidos pelos pesquisadores Wagley *et al.* (1952); Azevedo (1953); Costa Pinto (1953); Bastide e Fernandes (1955); Nogueira (1955) e Ribeiro (1956) demonstraram congruência sobre a existência do preconceito racial e de maior amplitude que se supunha existir no Brasil até então. Entre os pesquisadores brasileiros também havia o consenso quanto à natureza ludibriante da crença na democracia racial brasileira. Apesar de serem grandes as diferenças entre as regiões brasileiras, não eram tão grandes a ponto de negar a validade das conclusões mais gerais do estudo sobre a formação social do Brasil enquanto um só país (GUIMARÃES, 2005).

O que era, antes, visto como uma possível solução, no plano internacional, para o problema racial, tal como vivenciado em outros países, em especial nos Estados Unidos e na África do Sul, passou a ser visto como um problema para os negros e para a democracia no Brasil (GUIMARÃES, 2005, p. 100).

Munanga (2004), analisando o mito da democracia racial, tendo como base a mestiçagem cultural e biológica entre as raças que originaram o Brasil, relata que essa teoria teve grande inserção na sociedade brasileira ao exaltar a ideia de coexistência harmoniosa entre todos os sujeitos dos diversos grupos étnicos e camadas sociais, o que possibilitou, às elites brasileiras, mascarar as desigualdades e impedir aos integrantes de comunidades não-brancas de se conscientizarem desses mecanismos sutis de exclusão dos quais são vítimas na sociedade.

Encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes (MUNANGA, 2004, p. 89).

Nogueira (1985, p. 2), comentando seu artigo de 1942, que foi novamente publicado na edição de 1985, apesar da timidez, uma vez que ia de encontro ao que era propagado até então, formula uma hipótese sobre o racismo brasileiro comparado ao de outros países, como EUA e da África do Sul, mesmo delimitando sua observação a um espaço específico (Itapetinga-SP). Diz que o verificado lá é observado em todo o país, "a formulação da hipótese de ocorrência no Brasil e, mais especificamente, em São Paulo, de um preconceito de cor, diferente do preconceito racial tal como se apresentava nos EUA, África do Sul e outras regiões de colonização inglesa".

Enquanto nos Estados Unidos há uma linha de cor a separar os brancos dos não-brancos, no Brasil há uma zona intermediária, fluida, vaga, que flutua, até certo ponto, ao sabor do observador ou das circunstâncias. Enquanto nos Estados Unidos exclui-se da categoria "branco" todo indivíduo que se saiba ter ascendência não-branca, por mais remota e imperceptível que seja, no Brasil mesmo indivíduos com leves, porém inofensíveis traços negróides são incorporados ao grupo branco, principalmente quando portadores de atributos que implicam status médio ou elevado (riqueza, diploma de curso superior e outros) (NOGUEIRA, 1985, p. 6).

Também quanto a esse cenário, Munanga (2004) disserta mais profundamente, diferenciando o racismo nos três países (Brasil, EUA e a África do Sul). Nos EUA e na África do Sul existe o preconceito de origem, onde uma gota de sangue negro irá fazer

o descendente ser considerado negro, independentemente do fenótipo que ele apresente. Assim sendo, a herança genética irá definir quem sofre o racismo. No Brasil, temos o preconceito de marca, quando a cor da pele irá delimitar quais serão as pessoas alvo do racismo, independentemente da herança genética que o indivíduo possa carregar. Temos então que, no Brasil, pessoas de uma mesma família, a depender da branquitude e a negritude de seus integrantes, serão impactados de formas diferentes pelo racismo.

"A ideia de 'embranquecimento' foi elaborada por um orgulho nacional ferido, assaltado por dúvidas e desconfianças a respeito do seu gênio industrial, econômico e civilizatório" (GUIMARÃES, 2005, p. 53). Esse intento em embranquecer o Brasil revela-se como um processo de descomplexificar os sentimentos de inferioridades, tanto racial como cultural, advindos do "racismo científico e pelo determinismo geográfico do Século XIX" (GUIMARÃES, 2005, p. 53). Guimarães (2005) relata que a crença e divulgação do mito da democracia racial somados à política de embranquecimento são os motores que forjaram a ideia de uma identidade nacional.

Munanga (1996) dirá que preconceitos, sejam quais forem, social, racial, religioso, de gênero, econômico, existem em todas as culturas, em todas as sociedades e civilizações, entretanto, transformam-se em problema quando passam a atuar por meio de ideologias como armas para justificar e legitimar o genocídio, extermínio, exploração e exclusão de segmentos na sociedade.

Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 54), ao se referirem à ideologia do branqueamento como ferramenta ideológica somada ao mito da democracia racial, fontes do racismo à brasileira, que, internalizadas no subconsciente das pessoas negras, passam a negarem a si enquanto negros:

Vale recordar aqui um fato interessante, que se remete à ideologia do branqueamento. Como se sabe, ela consiste no fato de os aparelhos ideológicos (família, escola, igreja, meios de comunicação, etc.) veicularem valores que, juntamente com o mito da democracia racial, apontam para uma suposta superioridade racial e cultural branca. Vale notar que é justamente por aí, por essa articulação entre o mito e a ideologia, que se deve entender o caráter disfarçado do racismo à brasileira. Daí se segue que pessoas negras (pretas ou mulatas, porque dá no mesmo) internalizam tais valores e passam a se negar enquanto tais, de maneira mais ou menos consciente.

No Brasil, por exemplo, a discriminação racial estaria desmascarada por meio da ideologia racista que foi desenvolvida aqui, sendo a democracia racial a fonte de

onde nasceu o “preconceito de ter preconceito”, que é uma tendência nacional de negar os atos discriminatórios, esse racismo sutil, quase indecifrável

O silêncio, o implícito, a sutileza, o velado, o paternalismo são alguns aspectos dessa ideologia. O racismo brasileiro, na sua estratégia, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos. Essa ideologia é difundida no tecido social como um todo, e influencia o comportamento de todos - de todas as camadas sociais, e até mesmo as próprias vítimas da discriminação racial. (MUNANGA, 1996, p. 215).

Guimarães esboça quatro carismas que ajudam a compreender como o racismo afeta mais fortemente a população negra: raça, cor, etnia e classe. Raça é a crença de herança genética que define valores: intelectual, moral e psicológico de grupos e indivíduos. Cor, carisma que se refere à aparência física dos indivíduos e se faz perceptível por meio da aproximação ou da distância entre os grupos raciais. Está além de uma simples escala de valores estéticos, mas também está incutida em uma escala de valores intelectuais e morais. Etnia relaciona-se com as identidades: cultural, regional, nacional. No Brasil, de maneira geral, não se apresenta grande importância, aparece de maneira modificada, por meio de identidades regionais estigmatizadas, tais como “paraíba”, “nordestino”, “sulistas”. Classe está contido no domínio e posse de bens materiais e culturais, define uma qualidade intelectual e moral de indivíduos e grupos. No Brasil dos carismas apresentados, classe é o mais predominante, uma vez que são associados a condutas e atitude discriminatórias legitimadas e aceitas socialmente. (GUIMARÃES, 2005).

O racismo brasileiro expressou-se mediante dois meios: do empobrecimento, destituindo cultural e economicamente os negros, e também do abuso verbal, que utilizava principalmente dos carismas de classe e cor. O problema para combater o racismo no Brasil constitui na distinção de sua invisibilidade, pois é sempre negado e confunde-se com preconceito de classe, sendo um desafio dar visibilidade ao racismo como problema, esse é um desafio para o movimento negro (GUIMARÃES, 2005). Assim, para conhecermos um pouco o surgimento, os desafios e as conquistas desse movimento que busca quebrar essa invisibilidade serão abordados agora sua história e percurso.

2.1 Movimento Negro (MN) no Brasil

Podemos compreender MN como conceituado por Joel Rufino dos Santos (1985, p. 287)

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à auto-defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si). Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como "clubes de negros"), artísticas (como o Grupo de Dança Afro Olorum Baba Mi), culturais (como diversos "centros de pesquisa") e políticas (como o MNU); e ações de mobilização-política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e "folclóricos" - toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.

Gomes, (2017, p. 23-24), dirá que o movimento negro são

as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o objetivo explícito de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, de rompimento com as barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, a ancestralidade africana e o continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo. Postura essa, que não nega os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista.

Não pretendemos fazer uma análise histórica aprofundada sobre o tema, caso seja o objetivo do leitor uma imersão mais extensão, há trabalhos como SANTOS (2007); JESUS (2011), que podem ser consultados, a referência completa segue na lista ao final deste trabalho. Sigamos com algumas pontuações sobre o MN.

2.1.1 Movimento Negro pós-abolição

Na primeira fase, as lutas negras estavam ainda descobrindo em quais áreas deveriam focar. Como a República não construiu espaços de lazer, cultura e educação

para a população negra, muito menos lhes garantiu direitos básicos da cidadania (pois nessa época ser cidadão no Brasil estava diretamente ligado a exercer valores cívicos), como práticas religiosas, educação e uma vida longe de vícios. Aqueles que reivindicavam direitos para os negros, os articulistas, defendiam igualdade para a comunidade. No pensamento dos articulistas para a população negra edificar a raça, deveria se espelhar no modo de vida da população branca, abandonando os vícios. Porém, não buscavam essas alternativas por meio de políticas de Estado, já que a solução pleiteada por eles era a união da comunidade em espaços autônomos. Assim, foram criados clubes recreativos, grêmios, eventos, festas, jornais e outros espaços de socialização que ficaram conhecidos como associativismo negro (SILVA, 2022).

Gonzalez e Hasenbalg (1982) afirmam que essas associações, também chamadas de entidades negras recreativas, possuíam anseios e perspectivas ideológicas elitistas e também cultural de massa, sendo exemplos dessas entidades os afoxés, maracatus, cordões, ranchos, blocos e escolas de samba. Por mobilizarem grande contingente de pessoas, as escolas de samba sempre foram objetos de controle das autoridades, se submetendo às regras impostas.

Qualquer aglomeração de negros sempre é encarada como caso de polícia (um exemplo bem próximo de nós refere-se ao famoso bloco negro de Salvador, o Apaches; que se consulte os anais daquela cidade para ter uma ideia da violência e perseguição policial de que foi objeto, a ponto de ter sido completamente domesticado). Não esqueçamos, por exemplo, que os templos das religiões afro-brasileiras, como o candomblé, tinham que se registrar na polícia, para poderem funcionar legalmente (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, p. 22)

Mesmo com toda a repressão, as entidades culturais tiveram grande importância, pois possibilitaram ao mesmo tempo as práticas culturais e políticas que prepararam o nascimento do movimento negro ideológico (GONZALEZ e HASENBALG, 1982).

2.1.2 Frente Negra Brasileira

O primeiro grande movimento que possuía viés ideológico foi a Frente Negra Brasileira (FNB), 1931-1938. Após o golpe de 1930, que empossou Getúlio Vargas como mandatário do Brasil, houve uma polarização na política brasileira, com dois grandes partidos: Aliança Nacional Libertadora (ANL), partido com pensamento à esquerda; e Ação Integralista Brasileira (AIB), partido à direita. Porém, nenhum

partido, nem mesmo uma organização política, possuía plataformas que incluíssem os direitos dos negros. Nesse contexto de invisibilidade, e contando com a experiência de participação em grupos e entidades, os negros paulistas fundaram, em 16 de setembro de 1931, a FNB. Faziam parte dos fundadores Isaltino Veiga dos Santos, Francisco Costa Santos, David Soares, Horário Arruda, Alberto Orlando e Gervásio de Moraes (DOMINGUES, 2006).

A FNB conseguiu crescer rapidamente, o que também levou ao crescimento da auto valorização da população negra, que possuía como forma de arregimentação a afirmação racial. Cogita-se que, em seus melhores dias, tenha possuído (somando os efetivos de todas as federações) mais de 20 mil filiados. Contava, em 1936, com 60 delegações distribuídas por diversas localidades, interior de São Paulo e Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, mantendo também contatos com outras organizações que possuíam o mesmo nome nos Estados da Bahia e do Rio Grande do Sul. Destaca-se a participação das mulheres, que eram consideradas a maioria dos filiados, elas quem promoviam e movimentavam as lutas do FNB (DOMINGUES, 2006; SILVA 2022).

A FNB desenvolvia vários materiais de divulgação, como uniformes, carteiras de identidades contendo fotos, para dar visibilidade às suas ações gerando uma identidade para seus associados e, mais ainda, demonstrar credibilidade dentro da comunidade negra e de toda a sociedade. Todo o recurso era adquirido por meio de mensalidades dos associados, e o trabalho desenvolvido pela militância FNB era voluntário. Como a atuação possuía diversas áreas, para melhor organizá-las, foi dividida nos departamentos de Imprensa (publicação do jornal “Voz da Raça”, lançado em 1933, com tiragem entre 1 mil a 5 mil exemplares); Instrução ou de Cultura (envolvida as questões educacionais, incluindo uma escola e uma biblioteca, com a estruturação do FNB, a escola contou com o apoio do Estado que comissionou duas professoras negras); musical; dramático; esportivo; médico (que prestava atendimento médico e odontológico aos associados); jurídico-social; artes e ofícios; doutrinário; também havia o Departamento de Colocações Domésticas (DOMINGUES, 2006).

Na sede da FNB, era mantido um salão de beleza (com serviços de barbearia e cabeleireiro), oficina de costura, bar, salão de jogos, posto de alistamento eleitoral e uma caixa beneficente, que ajudava os associados, oferecendo-lhes auxílio médico, farmacêutico, hospitalar e funerário. (DOMINGUES, 2006; SILVA 2022).

Em 1936 a FNB oficializou-se como partido político, desejando disputar as eleições nos anos seguintes, sendo um partido a defender os interesses dos negros em nível nacional. Contudo, em 1937, o Governo Vargas fechou todos os partidos políticos (GONZALEZ e HASENBALG, 1982; DOMINGUES, 2006; SILVA 2022). “Após o seu fechamento enquanto partido político em 1937, acentuam-se os rachas internos e ela não ultrapassará o ano de 1938” (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, p. 23). “O fechamento da Frente Negra causou uma sensação de frustração no movimento negro em São Paulo” (DOMINGUES, 2006, p. 138). Conforme Gonzalez e Hansenbal (1982), a FNB foi importantíssima para o projeto político do negro brasileiro.

2.1.3 Teatro Experimental Negro

A melhor expressão das entidades culturais que possuía semelhança com aquelas recreativas, mas com uma prática cultural mais politizada foi apresentada durante o pós-Estado Novo. Por meio do grupo que trabalhava no Clarim da Alvorada, o mais importante órgão de imprensa negra, houve a reestruturação do Clube Negro de Cultura Social. No período compreendido de 1945-1948, houve uma efervescência das ações políticas e intelectuais dessas entidades, que passaram a tratar da re significação e implantação das reivindicações da população negra (GONZALEZ e HASENBALG, 1982).

O Teatro Experimental Negro (TEN), fundado por Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves, no final da ditadura de Vargas, surgiu no Rio de Janeiro, essa que foi a mais expressiva dessas entidades. Com posição crítica em face do racismo, seu objetivo era a formação de atrizes e atores negros para atuarem como protagonistas em peças, que, geralmente, abordavam a cultura e a história africana, mas também possuíam um trabalho de alfabetizar, informar. Tornou-se um propulsor para a organização da comunidade negra (GONZALEZ e HASENBALG, 1982; SILVA 2022).

TEN significou um ato de protesto pela ausência do negro nos palcos brasileiros. Havia uma tradição, nos espetáculos teatrais, de pintar o ator branco de preto para representar personagens negros. Assim, a proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, dedicado a encenar peças nas quais esses atores pudessem revelar todo seu potencial artístico (DOMINGUES, 2006, p. 138).

O Teatro Experimental do Negro (TEN) (1944-1968) nasceu para contestar a discriminação racial, formar atores e dramaturgos negros e resgatar a herança africana na sua expressão brasileira. O TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos, e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a indagar o espaço ocupado pela população negra no contexto nacional (GOMES, 2017).

Aos poucos, o TEN foi ampliando suas fronteiras e assumindo uma postura mais política e social. Foi inaugurado, em 1948, o jornal *Quilombo*, que promulgava as ideias do grupo. “Por isso, estampava em diversos números um programa que visava trabalhar pela valorização do negro brasileiro em todos os setores social, cultural, educacional, político, econômico e artístico” (DOMINGUES, 2006, p. 139).

O jornal também denunciava a discriminação racial, propunha-se a trabalhar para a formação da conscientização racial; mantinha correspondência com outras personalidades nacionais e internacionais, que lutavam pelos direitos dos negros. Propunha-se a esclarecer para os negros o fim da escravidão, e que era um processo superado, não devendo gerar sentimentos de revanchismo nem opressão motivados pela cor da pele; propunha também lutar por ensino gratuito em todos os graus para estudantes negros, e que o Estado deveria custear os gastos; combater a discriminação e os preconceitos de raça e cor; lutar para que seja considerado crime a discriminação racial e de cor (DOMINGUES, 2006).

Em 1949 o TEN também foi responsável por criar o Instituto Nacional do Negro (INN), responsável por realizar estudo e pesquisa, e estava sob a coordenação de Guerreiro Ramos. Já em 1950, foi efetivado no INN o Seminário de Grupoterapia, com o objetivo de diminuir problemas de fundo psicológico e emocional, como complexo de inferioridade. Essa entidade também foi responsável por lançar Abdias do Nascimento a candidato às eleições municipais no Rio de Janeiro e também pela fundação do Museu do Negro. O TEN promoveu ainda concursos de beleza para valorização das mulheres negras, concursos de artes plásticas com temáticas negras, tendo sido responsável pelo projeto pedagógico do Museu de Arte Negra (DOMINGUES, 2006).

A importância do TEN está além das comunidades negras, pois atuou no movimento de renovação do teatro brasileiro, nos anos 1950, sendo o primeiro movimento cultural a promover o desenvolvimento de uma estética dramática focada na vida do negro brasileiro. Também permitiu a ressonância com áreas progressistas

brancas, inclusive promovendo o 1º Congresso do Negro Brasileiro, em 1950, que tinha por objetivo inteirar intelectuais e cientistas sociais ao MN, promovendo associação entre a intervenção política e o fazer acadêmicos, para assim, promover alternativas que reduzissem as desigualdades sociais existentes entre negros e brancos (GONZALEZ e HASENBALG, 1982; MAIO, 1999; DOMINGUES, 2006).

O grande nome que representa o TEN foi o seu criador, Abdias do Nascimento, uma das grandes personalidades do MN brasileiro. Além de ativista, também foi poeta, dramaturgo, escritor, artista plástico, político e professor universitário. Perseguido pela Ditadura Militar de 1964, autoexilou-se nos EUA em 1968, antes da promulgação do Ato Institucional n. 5 (AI-5). Em 1981 retornou ao Brasil, tendo sido eleito deputado federal e senador. São alguns projetos seus: punir o racismo como crime por meio de lei; tornar o dia 20 de novembro o Dia Nacional da Consciência Negra; incluir a cultura e a história afro-brasileira e africana nos currículos escolares (DOMINGUES, 2006; SILVA 2022).

Desde dezembro de 2021, o Instituto Inhotim³, juntamente com o Ipeafro⁴, recebeu o “Programa Abdias Nascimento e o Museu de Arte Negra”, que está na Galeria Mata em quatro atos (2021-2023). A partir de março de 2023, está exposta o “Terceiro Ato: Sortilégio”, que apresenta ao público mais de 180 fontes entre documentos, livros e trabalhos de Abdias e outros artistas negros (INHOTIM, 2023).

2.1.4 Movimento negro durante a ditadura militar

Entre 1964 e 1985, o Brasil vivenciou um dos momentos mais infelizes de sua história recente, a Ditadura Militar, ação violenta que cassou direitos políticos, perseguiu movimentos sociais, violou direitos humanos. Em um contexto de mundo polarizado entre: capitalismo (EUA) e comunismo (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), muitas lutas foram travadas em todos os continentes, seja por processos de independências (principalmente no continente africano), como também de guerras promovidas entre as duas potências (GONZALEZ e HASENBALG, 1982; SILVA, 2022).

³ Museu de Arte Contemporânea e Jardim Botânico, localizado em Brumadinho (MG).

⁴ Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros é uma associação sem fins lucrativos com sede no Rio de Janeiro que exerce sua ação em quatro áreas: ensino, pesquisa, cultura e documentação. Dedicar-se ao trabalho de preservação e difusão do acervo museológico e documental de Abdias Nascimento e das organizações que ele criou.

A repressão desmobilizou o MN também, que viu suas lideranças serem lançadas em uma espécie de semiclandestinidade. Assim, os encontros passaram a ter caráter recreativo novamente. Os jovens negros estavam em sintonia com as lutas de independência que aconteciam na África. Na década de 1970, iniciou-se a retomada, em São Paulo, do Teatro Negro por meio do Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN). No Rio de Janeiro, iniciou-se um movimento das comunidades negras respondendo à exclusão imposta pelo regime, estava nascendo o movimento “*soul*”, que mais tarde veio a ser chamado de *Black* Rio. Esse movimento também se estenderia a São Paulo. O movimento gestou o MN no Rio, pois frequentavam os bailes: trabalhadores, estudantes secundaristas, universitários (todos negros), de todas as regiões da cidade, havia um intercâmbio de vivências, pois todos, em algum momento, sofreram as consequências do racismo (GONZALEZ e HASENBALG, 1982).

Em 1975 nasceu o Grupo de Trabalho André Rebouças, quando formalmente a questão negra começou a ser debatida na universidade. Houve o primeiro evento, a “Semana de Estudos sobre o Negro na Formação Social Brasileira”, que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF). Contou com professores, especialistas na questão negra e pesquisadores de diversas áreas. Também no mesmo ano, foi inaugurado o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo. No ano seguinte foi fundado o Centro de Estudos Brasil-África (GONZALEZ e HASENBALG, 1982).

Gonzalez e Hasenbalg (1982); Domingues (2007); Silva (2022) relatam que, no ano de 1976, foi iniciada uma interlocução entre os MN de São Paulo e do Rio de Janeiro. A partir desse diálogo, verificou-se a necessidade de um movimento negro de abrangência nacional. Assim, foram lançadas as bases para a criação do “Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR)”.

Conforme Gomes (2017), “em 18 de junho de 1978, em São Paulo, surgiu o MUCDR. Ele foi rebatizado posteriormente como Movimento Negro Unificado (MNU), em dezembro de 1979, nome que conserva até hoje”. O MNU elegeu o trabalho e a educação como suas pautas principais para lutar contra o racismo, sendo considerado por Gomes como o principal responsável pela formação de intelectuais negros que são considerados referências em pesquisas sobre relações étnico-raciais brasileiras.

Em 7 de julho de 1978, houve uma manifestação com cerca de 2 mil pessoas na praça Ramos de Azevedo. A manifestação ocorreu após o assassinato, pela polícia, de um trabalhador negro chamado Robson Silveira da Luz e de quatro jovens negros terem sido impedidos de entrar em um clube. Estiveram presentes na manifestação personalidades como Abdias do Nascimento, Lélia González, Hamilton Cardoso, Eduardo de Oliveira, Milton Barbosa e Neusa Maria Pereira (GONZALEZ e HASENBALG, 1982; DOMINGUES, 2007; SILVA, 2022).

Domingues (2007, p. 114) afirma que, as manifestações continuaram levando a formalização das reivindicações, provocando a elaboração do programa de ação que foram votadas na assembleia de 1982, havia uma série de lutas a serem defendidas

No Programa de Ação, de 1982, o MNU defendia as seguintes reivindicações “mínimas”: desmistificação da democracia racial brasileira; organização política da população negra; transformação do Movimento Negro em movimento de massas; formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; organização para enfrentar a violência policial; organização nos sindicatos e partidos políticos; luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil, nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.

O MNU representou um divisor de águas, houve a proposta de união de todas as lutas de organizações e grupos antirracistas em nível nacional, fato que fortaleceu politicamente o MN. Nesse momento houve a estratégia de junção entre a luta do MN com a de todos os setores oprimidos da sociedade. A tese era refutar a ordem social de então e, ao mesmo tempo, uma denúncia pública sobre o problema do racismo. Foi a primeira vez que o MN apregoava como palavras de ordem: “negros no poder!” (DOMINGUES, 2007).

O culto da Mãe Preta, visto como símbolo da passividade do negro, passou a ser execrado. O 13 de Maio, dia de comemoração festiva da abolição da escravidão, transformou-se em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo. A data de celebração do MNU passou a ser o 20 de Novembro (presumível dia da morte de Zumbi dos Palmares), a qual foi eleita como Dia Nacional de Consciência Negra. Zumbi, aliás, foi escolhido como símbolo da resistência à opressão racial. Para os ativistas, “Zumbi vive ainda, pois a luta não acabou”. O movimento negro organizado, com suas reivindicações específicas, adquiriu certa visibilidade pública (DOMINGUES, 2007, p. 115).

Houve uma retomada do termo "negro" rejeitando sua conotação pejorativa, perdendo seu sentido ofensivo, oficializando-se o termo para a referência a todos os

descendentes africanos escravizados, que se tornou sinônimo de pertencimento, sendo um termo de orgulho pelos ativistas (DOMINGUES, 2007).

Pouco a pouco, o MN começou a desbravar a seara educacional, propondo capacitação de professores para uma ação interétnica; revisão de conteúdos preconceituosos nos livros didáticos; reavaliação da importância da população negra na história do Brasil. Havia também a emergência de divulgação de uma literatura “negra” contrapondo-se à literatura eurocêntrica, sendo que, por fim, levantou-se a causa da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares (DOMINGUES, 2007).

Houve uma retomada das raízes ancestrais africanas, seja pelos nomes das crianças que recebiam nomes de origem iorubá, seja na retomada dos padrões de beleza, nas vestimentas e na culinária. Também havia o discurso contrário ao casamento inter-racial, pois a mestiçagem havia realizado um papel negativo apagando ou invisibilizando a identidade negra, que então era vista como algo que favorecia o etnocídio negro. Já o discurso de branqueamento era visto como estratégia da classe dominante para o apagamento do negro no país (DOMINGUES, 2007).

A personalidade desse período é Lélia Gonzalez, intelectual, ativista, professora universitária, escritora, uma das fundadoras do MNU, mulher negra. Foi a primeira intelectual a alertar sobre o sexismo dentro do movimento negro. Viajou por muitos Estados para a concretização do MNU. Pioneira na pesquisa sobre Cultura Negra no Brasil e cofundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ) e do Olodum. Desenvolveu conceitos como "amefricanidade" e "pretuguês". Também se candidatou a deputada federal, pelo Partido dos trabalhadores (PT), e a estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), porém não conseguiu se eleger. Em um país racista e misógino, Lélia será sempre inspiração para tantas outras primaveras para as rosas negras (LITERAFRO⁵, 2023).

⁵ Portal da literatura Afro-Brasileira, criado em 2004, pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Alteridade, da Faculdade de Letras da UFMG.

2.1.5 Movimento negro na atualidade

Com o início da redemocratização de 1985, iniciou-se uma atomização do MN, sendo criados diversos grupos afro-brasileiros por todo o Brasil, com maior organização política (DOMINGUES, 2008).

Muitas conquistas foram concretizadas em nível nacional. A Constituição de 1988, mais plural e democrática, uma das conquistas mais importantes dessa época, foi a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição voltada para a promoção da igualdade racial, promoção, difusão e preservação da cultura, história e valores sociais da população negra brasileira, reconhecendo a diversidade cultural e as contribuições da população negra na constituição do país (MOURA, 2021; SILVA, 2022).

[...] criada no Governo de José Sarney em 21 de março de 1988, sob decreto federal, Lei nº 7.668, de 22 de agosto de 1988, é uma resposta governamental às reivindicações do movimento social negro brasileiro que, à época, questionava sistematicamente a violência dirigida aos povos racializados no Brasil e a incapacidade do Estado de prover políticas públicas mais consequentes que pudessem fazer face ao problema (MOURA, 2021, p. 5).

No Governo que se instalou no Brasil entre os anos de 2018-2022, houve uma série de denúncias sobre o desmonte da PCP. Por meio da nomeação do jornalista Sérgio Nascimento de Camargo, como presidente da fundação, arrefeceu o confronto com entidades do MN, como extinção de órgãos colegiados; alterações de critérios para composição de lista de personalidades negras, e a tentativa de retirar o machado de Xangô da composição do símbolo da instituição (MOURA, 2021).

Mas dentro todos os acintes promovidos pelo presidente da FCP, a que mais profundamente caracterizou esse desmonte, foi a publicação do Relatório Técnico “Retrato do acervo: três décadas de dominação marxista na Fundação Cultural Palmares”, organizado em seis seções, defendia que o acervo da FCP não cumpria sua missão, que foi taxado pela coordenação de Marco Frenette, como possuir “teor marxista”, nesse relatório apenas 20% do acervo foi considerado “apto” a fazer parte do acervo, os demais (80%) deveriam ser extirpados. As justificativas foram apresentadas, questões foram pautadas em critérios alheios à literatura científica e técnica, que deveriam orientar a tomada de decisão. A mobilização de entidades negras e MN, juntamente com toda a sociedade foi enorme, dos diversos agentes sociais, negros e não negros. O relatório ao ser confrontado com as técnicas de

manejo de acervos, da área de Biblioteconomia, descortina o viés colonial do instrumento, demonstrando o racismo estrutural disfarçado (MOURA, 2021).

Foram criadas coordenadorias, secretarias, pastas governamentais voltadas para a população negra. Surgiram diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs), desenvolvidas por comunidades negras e projetos sociais responsáveis por implantar atividades culturais, educacionais e de assistência às comunidades periféricas e/ou marginalizadas (SILVA, 2022).

Como explicitado anteriormente, o MN passou a atuar mais na área da educação. Alguns ativistas concluíram a graduação e a pós-graduação. Então as lutas foram volvidas para a formação em educação da população negra, por meio da criação de cursinhos preparatórios pré-vestibular, pois o desejo pela educação desde a abolição era uma bandeira de luta dos negros. Assim, os cursinhos proporcionaram aos negros condições de ingresso em universidade. Eles estavam presentes em várias regiões do país, na Bahia, Instituto Steve Biko; no Rio de Janeiro, o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC); em São Paulo foram o EDUCAFRO e o Curso do Núcleo de Consciência Negra da Universidade de São Paulo e muitos outros. Além de prepararem os alunos para os vestibulares, os cursinhos também possuíam a missão de reivindicar as políticas de ação afirmativa (AA), sendo fundamentais para a democratização do acesso às universidades pela comunidade negra, ressoando a importância da luta pelas cotas (SANTOS, 2018; SILVA, 2022).

A primeira tentativa das organizações negras de fazer face à obstrução do acesso dos negros à universidade brasileira deu-se na forma de criação de cursos de preparação para o vestibular. Organizados geralmente a partir do trabalho voluntário de militantes e simpatizantes, que se dispunham a ensinar gratuitamente, ou a um preço puramente simbólico, a jovens negros da periferia do Rio de Janeiro, São Paulo e de outras grandes cidades brasileiras, esses cursos funcionavam, e ainda funcionam, em espaços físicos cedidos por entidades religiosas ou associações comunitárias. Estima-se hoje em mais de 800 o número desses núcleos espalhados por todo o país (GUIMARÃES, 2003, p. 259).

No ano de 1995, foi organizada uma marcha em Brasília, motivada pelos 300 anos de “imortalidade” de Zumbi. Estima-se que tenham participado mais de 20 mil integrantes na Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Os organizadores entregaram ao então Chefe do Poder Executivo, Fernando Henrique Cardoso (FHC), documentos que relatavam a situação do negro no país, também um programa de ações com vista à superação do racismo e das desigualdades raciais.

Vale destacar que, em seu discurso de posse, FHC reconheceu a existência e o quão relevante tratava-se o problema racial, sendo necessária interlocução política com o MN brasileiro, um grande aceno de abertura em relação ao tema por parte do Chefe do Executivo Federal (JACCOUD, BEGHIN, 2002; DOMINGUES, 2006; JESUS, 2011; SILVA, 2022)

As pressões impostas pelo MN sobre o governo cresceram para garantir a luta contra o racismo. Nesse sentido, iniciou-se intensa discussão sobre as relações raciais no Brasil, e durante o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o Papel da Ação Afirmativa nos Estados Democráticos Contemporâneos, ocorrida no ano 1996, houve a ratificação da existência do racismo em desfavor da população negra. Mesmo havendo o reconhecimento, não houve, por parte do Governo, ação concreta por meio da implantação de alguma AA em prol dos negros (SANTOS, 2007).

Somente no ano 2001, por ocasião da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que foi realizada, em Durban, houve nova manifestação governamental, atendendo aos chamados da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. O governo brasileiro criou um comitê para preparar a participação brasileira na conferência, quando foram organizadas pré-conferências temáticas pelo Brasil afora. Nessa oportunidade foi construído um referencial teórico como preparação à conferência nacional, que se realizou no Rio de Janeiro, entre 06 e 08 de julho de 2001, e contou com a participação de 1.700 delegados de todas as regiões do país. Por meio das discussões da conferência nacional, foi elaborado o documento brasileiro, conhecido como a “Carta do Rio”, que subsidiou o relatório brasileiro endereçado à conferência de Durban. Nesse documento estava incluída a proposta de adoção de cotas para facilitar ingresso da população negra no ensino superior (JACCOUD, BEGHIN, 2002; JESUS, 2011; SANTOS, 2007).

Essa discussão em torno da questão racial entrou novamente no cenário midiático nacional, dados sobre as desigualdades brasileiras voltaram a ser discutidos pela grande imprensa. Porém o tema central no qual houve maior predomínio na imprensa foi a questão da proposta de estabelecimento de cotas para ingresso de negros em universidades públicas (SANTOS, 2007; JESUS, 2011; SANTOS, 2018). Seguem alguns deles:

- as cotas vão contra o princípio do mérito;

- as cotas e a AA formariam uma elite negra, porém com grande exclusão da grande massa;
- as cotas são inconstitucionais;
- as cotas deveriam existir também para pobres e não para negros;
- a impossibilidade de saber quem é negro e quem é branco no Brasil;
- as cotas para negros vão discriminar outros povos também discriminados;
- as cotas vão diminuir a qualidade do ensino nas universidades;
- as AA e cotas foram importadas de países como os EUA que possuem relações raciais diferentes das do Brasil;
- as cotas para negros seria humilhação para os que delas são beneficiados;
- o melhor seria melhorar o ensino primário e secundário para não precisar de cotas.

Das críticas tecidas, a única que necessitava de verificação técnica é a que se refere à constitucionalidade das AA, nesse sentido, utilizaremos a síntese, elaborada por Carvalho Netto, Ferreira (2017, p. 287) sobre o tema, que foi analisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em ação movida pelo Partido Democratas (DEM), que questionava a reserva de vagas realizada pela Universidade de Brasília

Em síntese, o STF aceitou a lógica das ações afirmativas de cunho racial, desde que atendidos os seguintes requisitos: (i) atingir grupos sociais determinados, (ii) de maneira pontual, (iii) atribuindo-lhes certas vantagens, (iv) por um tempo limitado, (v) de modo a permitir-lhes a superação de desigualdades decorrentes de situações históricas particulares

Também nesse viés, concordamos com Gomes (2007, p. 245), que, em 2005, já previa a consumação desse debate, pois já estavam se tornando realidade a adesão de políticas de AA na educação brasileira. “Por isso, não cabe mais à sociedade discutir quem é contra ou a favor da implementação de políticas de correção das desigualdades raciais na educação superior”. Também foi por meio de lutas do MN que as Leis n. 10.639/2003, n. 12.711/2012 e n. 12.990/2014 foram criadas. Esses diplomas legais serão abordados no Capítulo 3.

Uma das conquistas mais recentes do MN foi a fundação da Coalizão Negra Por Direitos, em 2019, que reúne mais de 250 organizações do MN em todo o Brasil, que, unidas, fortalecem a luta contra o racismo, construindo um país mais igualitário e mais justo. Nesse sentido, a internet tem se mostrado uma grande aliada, dando voz às lutas e às questões enfrentadas por pessoas negras mediante diversas páginas

das redes sociais, canais e inúmeras plataformas são usadas pela luta antirracista, promovendo diálogo, reflexões e debates para toda a sociedade (SILVA, 2022).

Gomes (2011) afirma que o MN questiona o mito da democracia racial que está inserido no contexto social brasileiro, e sobretudo, na educação. Uma das formas propostas pelo MN de superar essa ideologia trata-se da implementação de políticas que corrijam as desigualdades raciais conhecidas como AA, que são estratégias de superação do racismo para construção de uma democracia real. Então conversaremos um pouco sobre as ações afirmativas e as leis de cotas.

2.2 Ações afirmativas

Piovesan (2007, p. 40) aborda que as ações afirmativas são “políticas compensatórias adotadas para aliviar e remediar as condições resultantes de um passado discriminatório”, e que possuem a finalidade pública indispensável para a existência de um projeto democrático, que é a de garantir a pluralidade e a diversidade social. São consideradas medidas concretas que tornam possível o direito à igualdade, considerando que a base para a igualdade está no respeito à diferença e à diversidade. Por meio delas é possível transitar da igualdade formal para a igualdade material e substantiva.

Segundo Santos (2018), as AA é o nome usado para identificar as iniciativas (privadas e/ou públicas) que objetivam modificar realidades sociais marcadas por desigualdades em suas bases, são destinadas à inserção de grupos que demonstrem históricos de desigualdades - aqueles que são excluídos socialmente. Quando promovidas pelo poder público, pretende-se uma melhor alocação dos recursos e bens sociais. Pode ser identificada como uma política pública redistributiva quando for aplicada à educação, identificando-se como uma política compensatória, que responde aos anseios de luta contra as desigualdades educacionais de grupos desfavorecidos.

A proposta de AA fundamenta-se em uma análise do ideal da igualdade de direitos. Contudo essa igualdade formal não assegura oportunidades aos que não possuem acesso como àqueles que são socialmente privilegiados (JACCOUD, BEGHIN, 2002).

Assim, as políticas de ação afirmativa ancoram-se em uma crítica ao princípio de igualdade formal perante a lei e organizam-se em torno de uma demanda concreta de igualdade – a igualdade de oportunidade. As ações afirmativas visam, com efeito, restituir a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos raciais, promovendo um tratamento diferenciado e preferencial àqueles historicamente marginalizados (JACCOUD, BEGHIN, 2002, p. 46).

As políticas de AA surgiram na Índia em 1919 (dirigidas ao grupo social mais fragilizado naquela sociedade, os “intocáveis”, visando promover melhorias na condição de vida comparado ao grupo dominante, os Brahmin). Porém, nos EUA é que o termo se popularizou. A história norte-americana já possuía políticas públicas que buscavam corrigir as assimetrias de condições de qualidade de vida, percebidas entre brancos e negros, essas políticas estão presentes desde a pós-abolição. Contudo, o termo “ações afirmativas” foi utilizado em 1960 pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, designando as políticas que visavam modificar o cenário de desigualdades étnicas. Os campos nos quais mais houve práticas de políticas de AA foram o sistema educacional e o mercado de trabalho (WEDDERBURN, 2005; JESUS, 2011, SANTOS, 2018).

Outros países como Canadá, Malásia, Austrália e África do Sul seguiram a metodologia dos EUA, criando modelos semelhantes. Na Europa, essas ações eram conhecidas como “discriminação positiva”, que começou a se popularizar a partir de 1976, principalmente na França. O que perpassa todas essas medidas é a necessidade de criar oportunidades de acesso para determinados grupos, que possuíam histórico de desigualdade, para que, por meio da ação do Estado, possam ter garantias a esses bens sociais, a fim de garantir a igualdade entre todos (PIOVESAN, 2007).

As primeiras discussões brasileiras quanto às políticas públicas voltadas para a ascensão da população negra através de cotas, iniciaram-se em 1993, quando Abdias do Nascimento, apresenta na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 1332, que tratava de ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira que lutava pelas ações afirmativas, contudo o projeto não foi aprovado.

Voltou a ser discutido as ações afirmativas em 1996, durante um seminário internacional que ocorreu em Brasília, intitulado “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, promovido pelo Ministério da Justiça (GUIMARÃES, 2005).

No Brasil, temos três grupos principais, que são beneficiários de AA: negros, mulheres e pessoas com deficiência. Conforme Wedderburn (2007), há outras políticas de AA de outros segmentos que também precisam de “paridade”, como as mulheres. Muitos países conseguiram avançar nesse sentido, outros, após algumas conquistas, tiveram seus avanços contestados por alas conservadoras, como aconteceu na Itália, que tinha uma reserva para mulheres no parlamento, mas devido às contestações e a pouca representatividade feminina, esse direito foi perdido. Essa experiência produziu dois aspectos que devem ser analisados:

a) uma conquista contra um sistema de iniquidade historicamente fundado nunca poderá ter um caráter irreversível; e b) quando se tenta mudar o *status quo* das desigualdades sociais, étnico-raciais, culturais ou de gênero, a resistência ultraconservadora e os argumentos de contraposição buscarão legitimar-se com base em arcabouço teórico-ideológico preexistente (WEDDERBURN, 2007, p. 314).

Segundo Araújo (2016), primeiramente as cotas para mulheres possuíam uma reserva de 20% das candidaturas reservadas para elas em todos os partidos. Houve, entretanto, uma mudança, com o objetivo de garantia mínima de 30% das vagas para candidaturas de ambos os sexos, e o máximo de 70% para ambos os sexos, como propósito de diminuir o machismo que impedia a manifestação política delas. Contudo esse limite mínimo de candidatas somente conseguiu ser realizado, até aquele momento, nas eleições municipais de 2012 e estaduais/federais em 2014, mas nem por isso significou uma maior quantidade de mulheres eleitas,

Cumprido esse patamar mínimo, as cotas não lograram atingir aquele que seria ser seu objetivo indireto, porém considerado mais relevante e pensado como causal: possibilitar a eleição de número maior de mulheres. Ao contrário, o aumento considerável de candidaturas em 2012 e em 2014 manteve a eleição estagnada, e revelou que, proporcionalmente, a taxa de sucesso das mulheres decresceu (ARAÚJO, 2016, p. e-42).

Também existem AA para pessoas com deficiência, com o objetivo de reserva de vagas de emprego, e após 2016, parte das reservas de cotas em universidades públicas também passaram a contemplar estudantes com deficiência que fossem egressos de escolas públicas (RODRIGUES, PEREIRA, 2021).

Voltando ao nosso tema, devido às diferentes formas como o racismo e a discriminação racial apresentam-se no Brasil, bem como os diferentes fenômenos envolvidos na questão, há necessidade de viabilizar um conjunto de instrumentos para

a promover ação de combate à discriminação e a integração do negro na sociedade brasileira (SANTOS, 2007).

As AA possuem como desejo ser o braço do estado a promover essa integração. Com a introdução do tema por meio das discussões que surgiram a partir da “Carta do Rio” e das discussões advindas por meio da Conferência de Durban, não houve um grande esclarecimento profundo que o tema exigia, ficando o debate polarizado entre os que defendiam e aqueles que se posicionaram contrários a políticas públicas específicas para os negros ingressarem no ensino superior, especialmente por meio de cotas. Não havia a discussão, por exemplo, sobre o que são AA, e que elas não se limitavam às cotas (SANTOS, 2007).

As políticas de AA possuem uma perspectiva de reparação, referente ao passado de injustiças, adquirindo, assim, uma perspectiva de compensação, que objetiva corrigir os males da atualidade para construir um futuro no qual haja relações inter-raciais mais equilibradas (MARTINS, 2007).

Para Piovesan (2007), a discriminação impede que os direitos políticos, civis e sociais sejam exercidos em plenitude. Assim, é necessário que ações de discriminação sejam punidas, sendo que, para enfrentar o preconceito é necessária a aplicação do direito à igualdade, porém somente isso não é suficiente para garantir que haja igualdade plena. É preciso unir as políticas compensatórias com a proibição de discriminação. Assim, mais que legislação punitiva, é necessário estimular a inclusão de grupos vulneráveis, por meio das políticas de AA,

Neste sentido, como poderoso instrumento de inclusão social, situam-se as ações afirmativas. Estas ações constituem medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos (PIOVESAN, 2007, p. 40).

Segundo Jaccoud, Beghin, (2002) as políticas de AA podem ser de três tipos:

- ações repressivas: são aquelas que se projetam contrárias a condutas e comportamentos, visando combater o ato discriminatório – a discriminação direta –apoia-se na legislação criminal existente. Esse tipo de política tem como ponto de ação as discriminações que são implícitas, que ocorrem de forma velada, resultando na exclusão de caráter racial. São ferramentas nessas ações o aparato

legislativo, como a Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que ficou conhecida como Lei Caó (JACCOUD, BEGHIN, 2002);

- ações afirmativas: objetivam combater o resultado da discriminação, atua combatendo o processo de eliminação/silenciamento de grupos, dos espaços valorizados da vida social, assim essas políticas buscam certificar a oportunidade de acesso aos grupos discriminados, dilatando a participação desses grupos em diferentes setores da vida institucional, política, cultural, econômica e social. Possuem característica temporária, visam reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão. Exemplo dessa ação seria a Lei n.12.990, de 9 de junho de 2014 (JACCOUD, BEGHIN, 2002);
- ações valorizativas: são aquelas que visam combater estereótipos historicamente construídos negativamente e consolidados por meio da prática de preconceitos e racismo. Têm como objetivo o reconhecimento e a valorização da pluralidade étnica como marca da sociedade brasileira, valorizando a comunidade afro-brasileira, destacando sua contribuição e seu papel histórico na construção nacional. Possuem caráter permanente e não focalizado. Está concentrado tanto na população racialmente discriminada, mas indo além, sendo objeto da ação de toda a população, possibilitando reconhecer, em sua diversidade étnica e cultural, um exemplo de ação, é a Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003 (JACCOUD, BEGHIN, 2002).

Segundo Wedderburn (2007), as AA constituem um obstáculo eficiente para barrar a progressão do racismo, nesse sentido, questionar e impedir a implementação de ações afirmativas é o objetivo daqueles que desejam manter o sistema social estático, sem possibilidade de melhorias para classes subjugadas

As ações afirmativas são uma barreira eficaz à progressão do racismo e das desigualdades sociais nele alicerçadas. Por isso, derrubá-las é uma necessidade de todo projeto conservador de sustentação de um *status quo* sócio-racial baseado na dominação hegemônica de uma raça sobre outra, e da supremacia social de uma classe sobre todas as outras (WEDDERBURN, 2007, p. 318).

Assim, iniciaremos uma breve explanação sobre as conjunturas que prepararam a sociedade para a criação das leis de cotas, tanto no contexto legal de criação de legislatura como de discussão social, que tem buscado ser resposta para a entrada de negros nas IES.

3 CONTEXTO LEGAL E POLÍTICO DAS RELAÇÕES RACIAIS: REMÉDIOS CONTRA O RACISMO

O racismo é reconhecido como crime no Brasil. Juridicamente, o racismo está descrito em algumas leis, inclusive havendo a previsão de punição. Não significando, necessariamente, que seja aplicada em seu rigor. Conheceremos um pouco sobre o contexto legal das leis que tratam desse crime e sobre os remédios (leis) para a sua extirpação dentro da nossa sociedade.

3.1 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), mais plural e democrática, foi elaborada na retomada da democracia brasileira. Segundo Pires (2013); Gomes e Rodrigues (2018), o diferencial da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), incumbida de elaborar a “constituição cidadã”, trata-se da participação popular na elaboração da atual Constituição brasileira. ACN foi composta, por meio de diversos movimentos sociais e instituições, permitindo que diferentes vozes sociais pudessem ter a possibilidade de participar e apresentar demandas nas audiências públicas, e em sua ampla maioria, por membros diretamente eleitos em 1986 que compunham o Congresso Nacional, (vale um alerta que apenas 2% dos constituintes eleitos eram negros) (RODRIGUES, 2005, PIRES, 2013; GOMES, RODRIGUES, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Apesar de possuir um histórico de invisibilidade e silenciamento (negros, quilombolas, indígenas, mulheres, pessoas do campo, pessoas com deficiência, a população LGBT), esses sujeitos conseguiram romper esse caminho e superar esse cenário a partir da promulgação da CF/88. Foram esses sujeitos e seus coletivos que se firmaram ao Estado, à sociedade e à ciência, que se fizeram legitimados como cidadãos de direitos no sentido mais profundo do termo, não de um direito abstrato, mas que os reconheça na sua diferença (GOMES, RODRIGUES, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Os movimentos sociais são exemplos de como a democracia brasileira, mesmo hoje fragilizada, foi construída a duras penas de suor, sangue e lágrimas e, por isso, fruto de muita luta. E os negros e negras sempre lutaram contra o racismo e nunca

dissociaram a democracia e a luta antirracista. No tocante à atuação do MN, ele permitiu que fossem promovidos avanços, como a criminalização do racismo e o reconhecimento das terras quilombolas (GOMES, RODRIGUES, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Por isso, no processo de retomada democrática dos anos de 1980 do século XX, o movimento negro foi um protagonista importante na construção da CF/88. Os poucos parlamentares negros eleitos foram personagens fundamentais na construção de alianças políticas para que demandas históricas pleiteadas pela população negra após a abolição e o advento da República se tornassem direitos e induzissem políticas públicas (GOMES, RODRIGUES, 2018, p. 930)

Rodrigues (2005); Pires (2013); Gomes e Rodrigues (2018) relatam que a luta antirracista na ANC é comumente lembrada pelas demandas apresentadas pelo MN, que realizou, a partir de 1986, encontros municipais e estaduais, que receberam o nome de ‘Convenção Nacional do Negro’ sob o tema “O Negro e a Constituinte”, responsável por realizarem esse levantamento das reivindicações, são elas:

1) a obrigatoriedade do ensino de história das populações negras na construção de um modelo educacional contra o racismo e a discriminação; 2) a garantia do título de propriedade das terras ocupadas por comunidades quilombolas; 3) a criminalização do racismo; 4) a previsão de ações compensatórias relativas à alimentação, transporte, vestuário, acesso ao mercado de trabalho, à educação, à saúde e aos demais direitos sociais; 5) liberdade religiosa; e, 6) a proibição de que o Brasil mantivesse relações com os países que praticassem discriminação e que violassem as Declarações de Direitos Humanos já assinadas e ratificadas pelo país (PIRES, 2013, p. 112).

Contudo havia resistência quanto a explicitar a questão racial no texto constitucional, persistindo uma posição que defendia o contínuo apagamento racial, verificado tanto entre progressistas como em conservadores, ou seja, o espaço para a discussão era limitado. A ANC foi dividida em comissões e subcomissões. As demandas referentes à questão do negro estavam classificadas como temática de minoria sob responsabilidade da Comissão da Ordem Social, na Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, quando foram apresentadas as demandas citadas anteriormente (RODRIGUES, 2005; PIRES, 2013; GOMES, RODRIGUES, 2018).

Muitos problemas foram encontrados para a efetividade dos trabalhos na subcomissão, quando se levantaram ressalvas do MN quanto à estrutura decisória e organizacional da Constituinte, também quanto à amplitude de temáticas reunidas

nessa subcomissão, o que restringiu a discussão da questão racial a dois encontros formais. Outra dificuldade refere-se à instalação da subcomissão devido à ausência de quórum, refletindo a pouca importância que atribuíam ao tema e à limitação imposta à subcomissão (RODRIGUES, 2005; GOMES, RODRIGUES, 2018).

Foram muitos embates e perdas nas propostas originais, sendo trilhado o jogo político, indo desde mudanças no regimento que favorecia à ala conservadora do congresso. Esse fato pode ser constatado com o esvaziamento do texto original, por exemplo, da questão racial não colocada entre os destaques do Relator, o que promoveu a supressão de fragmentos do tema, tirando a força e a amplitude original. Contudo, mesmo com as mudanças e boicotes, o texto ainda era mais forte do que o desejado pela ala conservadora (PIRES, 2013).

A Constituição promulgada no dia 5 de outubro de 1988 traz como cláusula pétrea, em seu art. 5º., “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). O texto CF/88, mantém propostas importantes para a comunidade negra, tomemos como ponto de partida a criminalização do racismo, que foi aprovada a partir da mobilização do movimento negro e das articulações políticas, principalmente Carlos Alberto Caó Oliveira dos Santos, ou simplesmente Caó, que conseguiu a inserção, no art. 5º, que versa sobre os direitos e garantias individuais, o trecho sobre a criminalização do racismo (PIRES, 2013; GOMES, RODRIGUES, 2018). Segue o texto:

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei”. Essa conquista foi incorporada no texto constitucional a partir da versão encaminhada para o segundo turno de votação do texto pelo Plenário e representa para a comunidade negra a possibilidade de ver, pela primeira vez na História brasileira, o desrespeito cometido contra eles ser transformado em conduta criminosa (PIRES, 2013, p. 128-129).

Segundo Barbosa (2011, p. 120)

A CF/88 se comprometeu a dar mais efetividade aos direitos humanos, a democracia e o combate das discriminações raciais. Por conta desse compromisso. Por essas razões, fortaleceu e ampliou os recursos jurídicos que podem (e devem) ser empregados no combate ao racismo e a prática do racismo, impondo que ela seja tratada pela [lei] com[o] crime inafiançável e imprescritível. Além disso, expressamente, fez desse citado combate um dos objetivos fundamentais da república brasileira

Segundo Pires (2013), a CF/88 enfrenta o racismo em três pontos: protege as relações raciais a partir das ideias de dignidade humana, igualdade, liberdade e propriedade; quanto aos direitos sociais ao trabalho e à educação; e do direito fundamental à cultura. Também garante aos quilombolas as propriedades de suas terras, que também demonstra a importância da luta antirracista, mostrando que os embates do MN conseguiram assegurar parte dos direitos requeridos. Na Figura 1, foi esquematizado o tema conforme texto constitucional.

Figura 1 - Questões que permanecem na Constituição da República Federativa do Brasil

Constituição da República Federativa do Brasil	
Título I – Dos Princípios Fundamentais	
Art. 3º- Constituem objetivos fundamentais da República Federativa (...)	
IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.	
Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais	
Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos	
XLII – A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;	
Seção II – Da Cultura	
Art. 215 O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.	
§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.	
§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.	
Art. 216 Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:	
§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.	
Título IX – Das disposições Constitucionais Gerais	
Art. 242-(...)	
§ 1º O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.	
Disposições Transitórias	
Art. 68 Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.	

Fonte: Rodrigues, 2005, p.102.

Rodrigues (2005); Gomes e Rodrigues (2018) alertam que a presença do Estado é fundamental para a construção de uma sociedade livre, mesmo possuindo um histórico de invisibilidade de um dos seus segmentos, como o que acontece com a população negra. Para efetiva responsabilização dos crimes quanto às relações raciais, é preciso que tanto indivíduos como o Estado cumpram com seus deveres. Contudo é um grande problema o enfrentamento do racismo e da discriminação racial por meio da criminalização, uma vez que a Constituição não explicita como caracterizar o crime.

Além disso, a CF/88 consagrou um leque de direitos, como a reconsideração da África na concepção da nacionalidade brasileira, a sinalização da necessidade de que o currículo escolar reflita a pluralidade racial, o reconhecimento das terras para quilombolas e a tutela constitucional dos direitos emanados nos tratados internacionais. Essas conquistas, mesmo que aquém das reivindicações do movimento negro, seriam retomadas e expandidas em legislações complementares (GOMES, RODRIGUES, 2018, p. 941).

Como dito, mesmo o racismo sendo criminalizado, a Constituição optou por não regulamentar o tema. Assim, outras leis tiveram que atender a essa demanda e a outras, como as ações afirmativas. Estudamos obedecendo a ordem cronológica da criação dessas leis para conhecermos quais os caminhos já trilhados até o momento. Iniciamos com a Lei n. 7.716/89, proposta pelo deputado, jornalista e advogado Caó, também conhecida como “Lei Caó”.

3.2 Lei n. 7.716

Promulgada em 1989, a Lei n. 7.716 “Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor” (BRASIL, 1989). Ficou conhecida como “Lei Caó”, e “Lei do Racismo”, tipifica e define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Em seu artigo 1º esboça esse objetivo ao afirmar que “serão punidos todos os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (BRASIL, 1989).

Realiza a tarefa de doutrinar o que ficou sem rigor durante a CF/88, possuindo foco no combate ao preconceito. Conforme Barbosa (2011, p. 125)

A Lei Caó, no texto do art. 20, instituiu que pratica um crime racial, de natureza inafiançável e imprescritível, o agente que divulga idéias racistas, estabelece e/ou realiza tratamentos que violam a garantia constitucional do tratamento igualitário entre os negros e brancos, por exemplo. Os crimes

dessa lei são delitos graves que atentam contra a garantia constitucional da igualdade, uma das vigas mestras do Estado democrático de direito.

Ávila (2014) nos fala que o crime de racismo descrito na Lei n. 7.716/1989 relaciona toda e qualquer ação discriminatória em desfavor de grupos ameaçados e que possua uma identidade entre si, como os ciganos, judeus, indígenas, nordestinos e negros. No sentido que esses grupos, assumindo conceito de raça, torna-se alvo de restrições de direito e acesso em função da intolerância à diversidade. Assim, tem sido utilizado apenas quando a agressão envolve a coletividade. “O delito de racismo tem como sujeito passivo a sociedade, em especial a raça ou grupo atingido pela ofensa a ela dirigida” (ÁVILA, 2014, p. 361).

A Lei n. 7.716 foi alterada algumas vezes, que aprimoraram o conteúdo da lei

Posteriormente, a Lei n.º 7.716/89 foi alterada pela Lei n.º 8.081/90 para constar novo comportamento não tolerável pelo Direito, criminalizou-se a prática ou a incitação à discriminação pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza. A Lei n.º 7.716/89 não contemplava a manifestação verbal do preconceito, o que veio a ocorrer apenas com a sua alteração por meio da Lei n.º 9.459/97, e a injúria baseada em discriminação racial passou a ser crime, com previsão no art. 140, §3º. Assim, se “a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência⁶”, estará sujeito a pena de reclusão de um a três anos e multa.

O EIR novamente alterou a Lei n.º 7.716/89 e acrescentou um parágrafo único ao art. 3º, para criminalizar a discriminação racial que obste a promoção funcional, e o § 1º ao art. 4º, para criminalizar a discriminação no ambiente do trabalho (SANTOS, 2012, p. 46).

Quando a ofensa relaciona-se a um indivíduo que possua a dignidade e honra atacados devido à raça, cor ou etnia refere-se ao crime de injúria racial (Lei n. 9.459), que possuía pena mais branda (reclusão de uma a três anos), o juiz pode conceder liberdade provisória e pagamento de fiança ao agressor, e não é imprescritível (BRASIL, 2009; ÁVILA, 2014).

A mais recente modificação foi em 2023 (Lei n. 14.532), quando a injúria racial passou a ser equiparada com o crime de racismo, prevendo que a pena será aumentada caso sejam ofendidas duas ou mais pessoas (BRASIL, 2023).

Segundo Santos (2012), mesmo com uma a legislação protetiva e punitiva como a que existe no Brasil, o racismo é pouco criminalizado. Como reflexo da sociedade brasileira, o Direito brasileiro é singular por usar estratégia descabida de buscar extinguir a discriminação racial e os efeitos dela, por meio de leis de conteúdo

⁶ Segundo Glossário da Câmara dos deputados o termo semântico aceito é pessoa com deficiência.

criminal, que são importantes sim, em uma sociedade onde a discriminação é dissimulada, velada. Numa sociedade que corrobora a estigmatização das pessoas que se propõem a desafiar o *status quo* e que se veem impotentes e isoladas mediante o aparato estatal, que utiliza do argumento processual da ausência de prova, para tornar sem efeito as raras iniciativas quando se busca a justiça.

Nesse sentido, foi necessário haver uma mudança na direção legal de combate às práticas discriminatórias e racistas. Se antes o foco era a punição, agora o foco é a superação da ação discriminatória por meio de uma nova legislação que se realiza a partir da intervenção positiva do Estado, ou seja, por meio de políticas de reconhecimento, reparações, e valorização da história, cultura e identidade da população negra (SANTOS, 2012).

É possível afirmar que, nesta última virada do século, houve uma mudança de paradigma com relação às legislações de combate a discriminação racial. Se, no século passado, instituíam-se leis com o objetivo de punir atos individuais, encarados como uma falha moral, no século XXI, busca-se uma nova orientação político-jurídica, não mais subordinada a lógica punitivo-repressiva. O enfoque passivo do direito à igualdade das primeiras legislações – orientado no sentido da contenção das disposições segregatórias e excludentes, da preservação da igualdade formal – não é abandonado, mas, sim, redimensionado. O foco da novel legislação antirracismo não é, como outrora, apenas a intenção do agente, mas, sobretudo, a superação dos efeitos da ação discriminatória mantida por políticas supostamente neutras, destituída de qualquer elemento discriminatório, mas cujo impacto com relação à população negra reproduz e concretiza a ideologia do racismo.

As leis 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todas as escolas públicas e particulares do país, faz parte destas novas legislações. A sanção dessas duas normas se soma à luta histórica do movimento negro junto ao processo de construção da nossa Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Trata-se de uma nova legislação que busca a superação da discriminação racial, no meio educacional, a partir da intervenção positiva do Estado, isto é, por meio de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade da população negra (SANTOS, 2012, p. 48-49).

A criação de regulamentação em prol de uma educação positiva para as relações étnico-raciais e valorando a História e Cultura da África e Afro-brasileira faz parte desse novo modo de lutar pelo antirracismo, nesse intuito, estudamos a Lei n. 10.639 para conhecer um pouco sobre ela.

3.3 Lei n. 10.639

A Lei n. 10639 traz em sua ementa “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências” (BRASIL, 2003)

Conforme Gomes e Rodrigues (2018), o MN sempre lutou pela obrigatoriedade do ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira, e essa bandeira havia sido debatida na CF/88, na Comissão Temática “Da Ordem Social”. Naquela ocasião, foi retirado o termo referente à obrigatoriedade, permanecendo somente o texto referente ao “Ensino de História das Populações Negras do Brasil”. O próximo passo para ser colocado como direito constitucional era ser analisado, pela Comissão de Sistematização, porém a comissão rejeitou o texto que foi considerado como uma questão muito particular, que deveria ser abordada em legislação complementar específica.

Mesmo com os avanços no campo social, havia muito ainda que lutar, e essa foi a ação do MN, passados 15 anos da promulgação da CF/88, finalmente foi legislado em favor da concretização dessa AA. Houve tentativas desde 1988 até 2002 com a proposição, por deputados e senadores comprometidos com a luta do MN, para que houvesse uma proteção legal que garantisse o ensino da História e Cultura da África e afro-brasileira. O projeto que efetivamente conseguiu se tornar lei foi iniciado em 1996 (ARAUJO, 2018; OLIVEIRA, 2021).

A relatora estudou o projeto entre 1996 até janeiro de 1997, sendo apresentado no plenário após esse período. No relatório final, foi substituída a ideia de “disciplina” para “conteúdo” de história e cultura da África e dos negros brasileiros, o que permitiu que o projeto fosse aprovado no Congresso Nacional (ARAUJO, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Sua tramitação contou com várias idas e vindas. Primeiro foi aprovado na Comissão de Educação, contudo foi arquivado, pois o parlamentar proponente não se reelegeu para a legislatura 1999/2002 (ARAUJO, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Em nova tentativa, agora pelo MN em conjunto com os deputados Ben-Hur Ferreira e Esther Grossi, retomaram o projeto de lei que foi novamente apresentado à Câmara Federal. Tramitou pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto

(CECD), depois, Constituição, Justiça e Redação (CCJR), surpreendendo por não ter provocado debates em plenário nem disputa política. Após o trâmite normal, o então Projeto de Lei n. 259/1999 recebeu parecer favorável do relator da CECD (ARAUJO, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Aprovado pelo Senado em 2002, precisando que a redação final fosse aprovada pela mesa diretora do Plenário, o que ocorreu no dia 17 de dezembro de 2002. Depois, foi encaminhado, em 2 de janeiro de 2003, para o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionar. No dia 9 de janeiro de 2003, foi divulgada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei n. 10.639/03, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (ARAUJO, 2018; OLIVEIRA, 2021), passando a vigorar conforme texto da lei:

Art. 1º A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." (BRASIL, 2003)

A Lei n. 10.639 é a concretização de uma das lutas do MN, sendo a obrigatoriedade de ensino em sala de aula da cultura e história Afro-brasileira e da África. Também para esse ensino houve a necessidade de elaboração de materiais didáticos que estivessem em sintonia com essa lei, permitindo a autoestima da comunidade negra ao se sentir representada nos livros didáticos, valorizando saberes, práticas e vivências em muito silenciadas e subjugadas, mesmo que ainda haja muitos materiais didáticos que não estão em acordo com a lei, trata-se de uma AA valorizativa (SILVA, 2022).

Como resultado das modificações na LDB promovidas pela Lei n. 10.639, foi necessária a criação de outras ferramentas que pudessem orientar as condições de efetivar os preceitos nela descritos. Assim surgiram duas ferramentas, o Parecer Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) 03/2004 e o Plano

Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais (ARAUJO, 2018; OLIVEIRA, 2021).

Assim, o Parecer CNE/CP nº 3/2004 ressalta que a obrigatoriedade descrita na Lei é uma decisão política e o quão relevante para todos os brasileiros deve ser conhecer e valorizar a história e cultura africana e afro-brasileira,

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básico trata-se de decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores. Com esta medida, reconhece-se que, além de garantir vagas para negros nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e a direitos seus. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringem à população negra, ao contrário dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004, p. 8)

Parecer CNE/CP n. 03/2004 instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, foi elaborado principalmente pela Prof^a. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, participando dessa criação: Movimento Social Negro, Conselhos Municipais e Estaduais de Educação e professores que possuíam histórico de trabalhar a temática das relações étnico-raciais.

Tanto a Lei n. 10.639 quanto as ferramentas utilizadas para sua concretização são fundamentais para que se consiga erradicar o racismo na sociedade, devendo a escola capacitar seus profissionais

Um conceito de Educação das Relações Étnico-Raciais que estabelece temáticas diversas a serem tratadas pelo conjunto da escola no combate ao racismo, ou seja, todo o corpo escolar, professores, funcionários e gestores, assim como a comunidade escolar composta de familiares e pessoas que se relacionam com a escola. Assim, um caso de racismo ocorrido na escola deve ser socializado com toda a comunidade escolar, para que haja o combate à discriminação e possa ter um enfrentamento comunitário e amplo. Para que isso aconteça de forma correta, toda a comunidade escolar deve passar por cursos e ações de formação, além de trabalhar com projetos interdisciplinares para a construção coletiva do combate ao racismo (ARAUJO, 2018, p. 23-24).

O Plano Nacional foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Alfabetização, Formação Continuada e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Esse plano também foi discutido com a sociedade civil, pelo MN e com

representantes de diversas instituições como UNESCO, Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) ao longo de seis encontros durante o ano de 2008, chamados “Diálogos Regionais sobre a Implementação da Lei n. 10.639/03” (ARAUJO, 2018; OLIVEIRA, 2021).

O objetivo geral do Plano

[...] colaborar para que todo o sistema de ensino e as instituições educacionais cumpram as determinações legais com vistas a enfrentar todas as formas de preconceito, racismo e discriminação para garantir o direito de aprender e a equidade educacional a fim de promover uma sociedade mais justa e solidária (BRASIL, 2009, p. 27).

Nesse processo de elaboração, foram definidas seis estratégias a saber: fortalecimento do marco legal; política de material didático e paradidático; política de formação para gestores e profissionais de educação; avaliação e monitoramento; gestão democrática e mecanismos de participação social; condições institucionais (BRASIL, 2009). Com base nesses eixos e nas ações estabelecidas para cada um deles, foram vinculados quais atores estariam envolvidos na implementação das diretrizes, sendo o plano organizado de modo a facilitar o manuseio por parte de tais atores. Assim, cada ator (Secretarias de Educação, Coordenações Pedagógicas, Núcleos Colegiados, Conselhos Escolares) pode buscar, no referido documento, as ações sob sua responsabilidade (ARAUJO, 2018).

Dessa forma foi completado o arcabouço jurídico que direciona a implantação da Lei n. 10.639/2003.

Abordamos a Lei que foi criada em 2010, que originou o Estatuto da Igualdade Racial.

3.4 Lei n. 12.288

A Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial (EIR) traz em seu texto “Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003” (BRASIL, 2010)

Seu art.1º, que o estatuto é “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais,

coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (BRASIL, 2010, p. 1).

A tramitação da lei iniciou-se no ano 2000, por meio do Projeto de Lei (PL) n. 3.198/2000, proposto pelo deputado Paulo Paim – Partido dos Trabalhadores/Rio Grande do Sul (PT/RS). Conforme Pace (2022, não paginado) “os trinta e seis artigos do texto original, abarcaram salvaguardar direitos à população negra em todas as áreas, tais como saúde, educação, trabalho e outras”.

Pelo tempo de tramitação do projeto, 10 anos, esse processo não foi tranquilo. No primeiro momento, que vai de 7 de junho de 2000 a 9 de novembro de 2005, houve uma trajetória positiva, com apoio de parlamentares e avanços importantes do projeto no Congresso Nacional, sobretudo no tocante ao apoio às propostas de ação afirmativa. No segundo momento, de dezembro de 2005 a 16 de junho de 2010, o sentido foi inverso, propostas sendo esvaziadas, devido à pressão de parlamentares conservadores, cientistas sociais e também da grande imprensa (SANTOS, 2012).

O art. 4º refere-se à forma como a participação da população negra deverá ser promovida de modo a possuir condição de igualdade de oportunidade, na vida social, econômica, cultural e política no país, utilizando o seguinte meio: “I - inclusão nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social; II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa” (BRASIL, 2010).

Martins e Motta (2019) relatam que a Lei n. 12.288/2010 foi a promovedora das leis positivas (Lei n. 12.711/2012 e Lei 12.990/2014), ao explicitar a necessidade de criar sistemas de cotas,

A edição do Estatuto da Igualdade Racial, Lei 12288/2010, colocando no centro da agenda política o reconhecimento de uma desigualdade histórica brasileira e instituindo mecanismos de intervenção para diminuição das disparidades. O sistema de cotas surge aí como instrumento impositivo e necessário para o cumprimento da política pública. Desse modo, duas outras legislações nascem para dar vazão a esta necessidade: a Lei 12711/2012, destinada às cotas para acesso às vagas na universidade; e a Lei 12990/2014 para a criação de cotas de acesso às vagas de cargos efetivos na administração pública como estratégia efetiva permanente. Estas políticas pontuais têm por escopo a implementação de políticas de acesso à população afrodescendente nos campos educacionais e do trabalho fundadas na igualdade de oportunidades (MARTINS e MOTTA, 2019, p. 39)

E são essas duas leis que serão abordadas a seguir.

3.5 Lei n. 12.711

A Lei n. 12.711 foi aprovada em 2012 e institui cotas para estudante do ensino público, (50% das vagas) e dessas há sub-cotas ramificadas para negros, pessoas com deficiência, indígenas. Ainda não se refere diretamente a cotas étnico-raciais, mas a cotas sociais. Contudo, por meio dessa lei, foi possível o ingresso de muitos negros que são egressos do ensino médio realizado em escolas públicas em IES públicas. Estima-se que, entre os anos de 2010 a 2019, a quantidade de pessoas negras que iniciaram o ensino superior aumentou 400% (SILVA, 2022).

As cotas raciais têm sido a bandeira defendida pelo MN, contudo somente após a redemocratização a sociedade brasileira iniciou debate sobre a reserva de vagas em universidades para negros, quase sempre com a grande mídia estando contra. O que abriu as falas para esse debate foi a preparação para a Durban, que ocorreu em 2001, com o Governo Federal do Brasil incluindo em seu documento oficial a necessidade de criação de cotas para esse segmento populacional, porém outras iniciativas estavam sendo geradas desde a década de 1990 (JACCOUD, BEGHIN, 2002; SANTOS, 2007; JESUS, 2011; SANTOS, 2018).

Em 1993 houve uma negociação entre PVNC e a Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro (PUC-Rio), que ofertaria bolsas integrais de estudo aos alunos do cursinho que fossem aprovados nos vestibulares da instituição. Essa foi a primeira AA com esse fim em instituições privadas, por meio de parceria entre o PVNC e a PUC-Rio (SANTOS, 2018).

Outra iniciativa nesse sentido, segundo Rosemberg (2013); Santos (2018), tratou-se do “Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford”, que, entre 2001-2013, concedeu mais de 4.348 bolsas de estudos em 22 países, no segmento de pós-graduação *stricto sensu* (doutorado e mestrado) para pós-graduados oriundos de segmentos sociais sub-representados. No Brasil foi coordenado pela Fundação Carlos Chagas, sendo que, no total, foram realizadas oito seleções, com mais de 8,7 mil candidatos(as) concorrendo a 343 bolsas.

No tocante a entradas de alunos negros em universidades públicas, em 2002 houve um avanço quanto às cotas étnico-raciais. O Rio de Janeiro foi o primeiro Estado a legislar e garantir a reserva de vagas para estudantes egressos de escola pública, indígenas e negros. Na Bahia, a partir da Resolução n. 196/2002, a

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), por meio de seu Conselho Universitário, reservou, a partir do próximo vestibular, com entradas no ano de 2003, 40% das vagas para estudantes negros. Assim, em 2003 tivemos os primeiros alunos beneficiados por anos de luta do MN (GUIMARÃES, 2003; SANTOS, 2018; SANTOS, NOGUEIRA, SANTOS, MARQUES, 2021).

Em 2004 a primeira universidade federal a adotar o sistema de cotas foi a Universidade de Brasília (UNB), por meio de decisão do Conselho Universitário, que, em sua autonomia, aprovou as cotas raciais com entrada de alunos beneficiados no ano 2005 (SANTOS, 2018; SILVA, 2022).

Também em 2004, foi lançado, pelo Governo Federal, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), com o objetivo de facilitar o acesso da população de baixa renda às universidades particulares, mediante a concessão de bolsas totais (para cidadãos com renda de até um e meio salários mínimos) e parciais (para aqueles com renda até três salários mínimos) (BRASIL, 2023).

Segundo Santos (2018), considerando o cenário de 2004, referente ao acesso ao ensino superior, o PROUNI cooperou para a dilatação das matrículas voltadas para esse público, por meio do aumento do número de vagas e da inclusão social do público do programa. Nesse momento histórico, aconteciam as primeiras iniciativas referentes à implantação de AA nas universidades, indo até a aprovação da Lei das Cotas, em 2012, inúmeras IES Públicas passaram a adotar alguma política de ação afirmativa para admissão no ensino superior.

Seja por força de leis estaduais ou municipais, ou com base em decisões dos conselhos superiores das instituições, o que foi o caso das federais nesse período. A expansão destas experiências foi marcada por muito debate no âmbito das próprias IES, na sociedade em geral, no judiciário e, sobretudo, nos meios de comunicação (SANTOS, 2018, p. 65).

A Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentou o ingresso nas universidades federais e **nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**, estabelecendo que 50% das vagas dessas instituições fossem reservadas para estudantes provenientes do ensino em escolas públicas, e no art. 3º foram estabelecidas sub-cotas reservadas para alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiências egressas de escolas públicas, havendo uma proporção de representatividade dessa parcela populacional no Estado onde a IES

estiver localizada. A temporalidade seria de 10 anos para ser rediscutida (BRASIL, 2012).

A Lei n. 12.711 estabelece como primeiro critério de entrada alunos egressos do ensino público. Nessa sociedade racista, ainda muito marcada pelo mito da democracia racial, para evitar a discussão de discriminação racial contra a população negra, conforme o desejo do MN que reivindicava esse direito, aderiu-se à ideia de que os estudantes que devem entrar na universidade por meio de cotas seriam aqueles de baixa renda. Contudo há um pensamento distorcido, de que **todo** estudante de escola pública é estudante pobre (grifo nosso) (SANTOS, 2015; SANTOS 2023).

O segundo critério estabelecido foi referente à renda familiar. As AA são para combater todas as discriminações, não devem ser confundidas com políticas sociais de combate à pobreza que possuem como objetivo a diminuição das desigualdades sociais. As políticas públicas surgem a partir de lutas e demandas de grupos. Por meio das lutas do MN e reivindicação por políticas de AA é que houve uma política de ação afirmativa para toda a população brasileira, incluindo os brancos pobres, que, em face dessa lei, passaram a ter direito à universidade. O objetivo da lei foi incluir os pobres nas universidades, tanto que negros estudantes de escolas particulares não são contemplados pelas citadas cotas. Contudo, é inegável que, mesmo não sendo a política pública mais indicada, ela permitiu, por meio das sub-cotas, que pessoas negras adentrassem as IES como nunca até então (SANTOS, 2015; GOMES, 2022).

Se, em 2005, havia indícios de que a discussão já não era mais necessária, na atualidade (início dos anos de 2020) nos revela que a luta pela implementação de cotas para negros em universidades ainda provoca debates na sociedade (SANTOS, 2015, GOMES, 2022).

No ano de 2022, quando se completam 10 anos de sua implementação, o Projeto de Lei 3.422/21, apresentado à Câmara dos Deputados por um grupo de parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT), encontra-se em debate e em disputa com outro projeto reacionário que pretende alterá-la negativamente, retirando-lhe a raça como um dos critérios para a concretização da Lei. Escrevemos esse livro em um momento político em que a Lei de Cotas precisa ser defendida e fortalecida, pois sabemos os efeitos emancipatórios que ela trouxe para a democratização, a presença da diversidade e a justiça cognitiva nas Instituições Federais de Ensino Superior e para a sociedade brasileira (GOMES, 2022, não paginado).

Além do desafio de conscientizar a sociedade quanto à importância dessa reparação histórica, há outras lutas sendo travadas quanto à implantação dessa lei, como a questão das fraudes. Para evitar fraudes e analisar as questões de denúncias de pessoas que utilizaram cotas sem ter direito, existem as comissões de heteroidentificação de cada IES, geralmente instituídas a partir de lutas de diversos setores, como MN (SANTOS, 2021). Não nos alongaremos nessa explanação, indicamos alguns trabalhos já realizados com esse intuito, por exemplo, Santos (2018); Santos, Camilloto, Dias (2019); Santos (2021), as referências completas seguem na lista de referências.

Também no sentido de reserva de vagas, foi criada a Lei n. 12.990/2014, abordada a seguir.

3.6 Lei n. 12.990

A Lei n. 12.990 traz em seu texto

Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União (BRASIL, 2014, não paginado).

A administração pública constatou que havia um fosso referente à presença de servidores negros comparado com a quantidade de servidores brancos, o que pode ser verificado pela informação declarada no Sistema de Administração de Pessoal quanto à identificação raça/cor. Para se colocar em concordância com as suas ações expressas no EIR, a administração propôs o PL n. 6.738/2013, que reserva um percentual de 20% das vagas para negros mediante concursos públicos, para empregos públicos e cargos efetivos, tanto na Administração Direta como também na Indireta constantes do Executivo Federal (FACCIO, 2019; PACE, 2022).

Dentre as justificativas do projeto, mesmo exaltando a transparência, a meritocracia e a isonomia, características do serviço público, a mera utilização desses princípios não se mostrou suficiente para garantir um tratamento isonômico em favor da população negra. Em sua adoção como política, houve o entendimento de que AA teria o prazo de 10 anos, período esse considerado no PL como médio prazo, para promover essa reparação racial (FACCIO, 2019; PACE, 2022).

Também na aplicação dessa lei, houve várias denúncias de brancos que se autodeclararam negros para ocuparem as vagas reservadas, uma vez que ela não previa em seu texto sobre as possibilidades de fraudes, cabendo ao órgão responsável pelo edital do concurso antever os mecanismos para combater os usos ilegais (PACE, 2022).

O preceito da autodeclaração era praticamente soberano sobre qualquer outro elemento. Perante os inúmeros casos de fraudes, as análises dos juízes e tribunais, passaram a embasar as decisões, acerca do princípio da legalidade diante das autodeclarações, buscando garantir que pessoas pretas ou pardas, de fato, ocupassem as vagas reservadas para, desta forma, legitimar o espírito da lei, que é procurar aproximar, numericamente, a representação dos grupos raciais brancos e negros, no âmbito do serviço público federal (PACE, 2022, [p. 22]).

A Orientação Normativa n. 03/2016 foi criada com o objetivo de normatizar quais características raciais demonstradas por meio das fenotícidades dos candidatos deveriam ser consideradas pelas comissões de verificação de veracidade. Logo depois, no ano de 2018, foi lançada a Portaria n. 04/2018, que tornou obsoleta a Orientação Normativa 03/2016, possibilitando dois critérios para a identificação dos candidatos à reserva de vagas para negros: a heteroidentificação e a autodeclaração (LIMA FILHO, 2018; PACE, 2022).

Houve vários processos quanta à constitucionalidade da lei por todo o país que tiveram decisões divergentes, por isso o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) entrou com a ação direta de constitucionalidade n. 41 no Distrito Federal. A Advocacia Geral da União (AGU) entendia que a lei estava alinhada com os princípios postulados pelo Estado Democrático de Direito quanto à proporcionalidade e à isonomia, assim, argumentou pela procedência do pedido (LIMA FILHO, 2018; FACCIO, 2019).

O relator foi o ministro Luís Roberto Barroso do STF, que destacou a importância da diversidade, da inclusão social e das ações afirmativas, como as cotas raciais. O plenário do STF chegou à conclusão de que “a política de inclusão racial através da reserva de vagas para ingresso no serviço público federal está em plena conformidade com os fundamentos da Constituição Federal” (FACCIO, 2019, p. [88]).

Além dessas leis, também há outros remédios jurídicos como Portaria Normativa, decretos, que incrementam o arcabouço jurídico para proteção e garantias aos negros.

3.7 Portaria normativa e decretos

A Portaria Normativa n. 13, de 11 de maio de 2016, publicada no DOU, refere-se à indução de AA para cursos de pós-graduação. Ao levar em consideração as leis sobre AA e decisões do STF que as consideram como constitucionais tais leis, a portaria orienta em seus art. 1º:

As Instituições Federais de Ensino Superior, no âmbito de sua autonomia e observados os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, terão o prazo de noventa dias para apresentar propostas sobre inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência em seus programas de pós-graduação (Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado), como Políticas de Ações Afirmativas (BRASIL, 2016, não paginado).

As IES deverão criar comissões e discutir o aperfeiçoamento das AA, ficando a cargo da CAPES a elaboração de censo discente dos PPGs para acompanhar e avaliar a implantação dessa AA. Ao Ministério da Educação (MEC) cabe criar grupos para monitorar e acompanhar as ações propostas na Portaria (BRASIL, 2016).

A Portaria chegou a ser revogada em 2020, pelo então ministro da Educação, Abraham Weintraub, por meio da Portaria n. 545/2020, que provocou grande reação social. Pressionado, o Governo Bolsonaro voltou atrás, tornando sem efeito esse último, mediante a Portaria n. 549/2020. Por isso, foram apresentados novos projetos de lei sobre o tema (PL 3.489/20, PL 3.402/2020 e PL 3.425/2020 na Câmara dos Deputados e PL 3.432/2020 no Senado), ainda seguem como projetos (VENTURINI, 2021).

O Decreto n. 9.427/2018 “reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2018, não paginado).

O Decreto n. 11.443/2023 refere-se ao “preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal”, a porcentagem a ser atingida até o ano de 2025 é de 30% (BRASIL, 2023, não paginado).

Os próximos temas relacionados a essa pesquisa, como a cientometria, permitiu-nos conhecer quais são os autores e as fontes mais citados sobre a questão aqui abordada.

4 INDICADORES MÉTRICOS

Conforme Saracevic (2009), os Estudos Métricos da Informação (EMI) em CI concentram-se em propriedades estatísticas e na descoberta de relações e princípios associados de objetos de informação, estruturas e processos, buscando descobrir regularidades e relações em suas distribuições e dinâmicas para observar regularidades preditivas e formular leis. Curty, Delbiano (2020) relatam a interdisciplinaridade dos EMI, ao utilizarem diversas teorias de diversas áreas do conhecimento, abarcando as leis bibliométricas, lei de Lotka, as leis de Bradford, a Lei de Zipf, que cooperaram para o estabelecimento do campo dos EMI.

Vanz, Caregnato (2003) defendem que o sistema de desenvolvimento científico é gerido pela produção e pelo fluxo informacional até se transformar em conhecimento, sendo uma obrigação do pesquisador publicar o resultado das investigações científicas, disseminando o conhecimento científico para a comunidade, e, com isso, realimentar a comunicação científica.

Guedes, Borschiver (2005, p. 2) relatam que “O padrão de distribuição das leis e princípios bibliométricos segue a máxima: ‘poucos com muito e muito com poucos’. Essa máxima é conhecida como o Efeito Mateus na Ciência”. O que se expressa como as universidades que mais produzem e que possuem maior visibilidade acadêmica, promovendo maior divulgação científica, retorno de investimentos e maior reconhecimento. Mantendo em seus quadros laborais os pesquisadores mais produtivos, suas produções conseguem maior alcance científico, comparadas com outros pesquisadores que estão em universidades que não possuem o mesmo reconhecimento.

Bufem e Prates (2005) afirmam que, se as análises mais antigas referentes à utilização das técnicas bibliométricas permitiam perceber que elas serviam para quantificar fisicamente o livro, observa-se, sob um enfoque evolutivo, que, observado no histórico de utilização, essas técnicas foram ampliando seu leque de aplicação científica que se dividira em subáreas de aplicações técnicas e de conhecimento. Mais recentemente sua aplicação estendeu-se aos mais variados suportes como também diversos campos de conhecimento, que atingem a dinamicidade das modalidades mais recentes nas quais se expressam os saberes registrados, sejam convencionais ou virtuais.

Para Vanti (2002); Le Coadic (2004); Guedes, Borschiver (2005); Araújo (2006), os EMI podem oferecer indicadores de uso, o diagnóstico da utilização real dos títulos que fazem parte do acervo e a obsolescência da coleção.

Alvarado-Urbizagastegui (2020) descreve que grande fluxo informacional ocorrido nas áreas científicas suscitou maneiras de avaliar e determinar índices que pudessem mensurar tais avanços. Por meio dos EMI, torna-se possível analisar quantitativamente massas documentais, viabilizando análises da produção em qualquer área do conhecimento, sendo a característica das sociedades contemporâneas o acelerado processo de aquisição de conhecimento.

Também concordam com essa teoria, Rosas, Almeida, Silva (2020), ao relatarem que recentemente pode ser percebido um crescimento da produção científica, o que suscita a necessidade de analisar tanto a qualidade como a quantidade, construindo indicadores que avaliem a atuação de pesquisadores, instituições e países, conseqüentemente essas avaliações podem nortear as tomadas de decisões político-científicas.

Estudando um pouco a bibliometria, por ser a primeira e mais conhecida entre os estudos métricos, e a cientometria que foca em medir a produção científica em determinado seguimento científico, essa dissertação foca em produções acadêmicas sobre a temática racial.

4.1 Bibliometria

Primeiramente a abordagem traz um pouco sobre o surgimento da bibliometria. Conforme Araújo (2006); Santos, Kobashi (2009), Pinheiro (2021), o termo Bibliometria foi mencionado primeiramente no livro *Traité de Documentation: le livre sur le livre*, de Paul Otlet, em 1934, e possuía como conceito ser a bibliometria uma parte delimitada da bibliologia, estudando a medida ou a quantidade aplicada aos livros.

Otlet (2018, p. 17) sustenta a necessidade da construção de métricas para medir livros e documentos, defendendo que a métrica é uma forma superior assumida pelo conhecimento em todas as áreas. “Existem razões para constituir em um conjunto coordenado as medidas relativas ao livro e ao documento: a bibliometria” (Otlet, 2018, p. 17).

As ciências do livro também devem procurar hoje em dia introduzir a medição em suas pesquisas. Uma vez que o livro é objeto da psicologia, da sociologia e da tecnologia, seus fenômenos são suscetíveis de ser medidos. A ‘bibliometria’ será a parte definida da bibliologia que se ocupa da medida ou quantidade aplicada aos livros (aritmética ou matemática bibliológica) (OTLET, 2018, p. 18).

Segundo Santos, Kobashi (2009), o mapeamento de informações registradas em documentos bibliográficos como livros, periódicos, artigos, para análises matemáticas e estatísticas, ocorre há muito tempo. Há registro de pesquisa com esse fim datado de 1823 e que possui como assunto a produção universal de livros escritos entre os anos de 1651 até o início do século XIX, na obra *Manuel du Bibliophile ou, traité du choix des livres*, de Gabriel Peignol. Outro exemplo, em uma pesquisa de 1917, Cole e Eales se propuseram a representar, mediante uma curva comparativa, as atividades dos anatomistas do século XVI até o ano de 1860, analisando separadamente o desempenho de cada país europeu, a fim de conhecer quais grupos de animais e quais aspectos de assuntos possuíam maior engajamento dos pesquisadores. Dessa forma, traçaram a influência desse desempenho aos eventos contemporâneos, ou seja, das entidades coletivas de pesquisa anatômica, e a importância relativa de cada país por meio dos tempos, também a divisão de assuntos pesquisados.

Segundo Guedes, Borschiver (2005), em 1922 Wyndham Hulme propôs o termo *statistical bibliography* quando realizou duas palestras no *Sanders Reader in Bibliography at the University of Cambridge*, ao usar o termo, desejava dar luz aos processos envolvendo ciência e tecnologia mediante a contabilização de documentos. Contudo esse termo, ao que parece, não foi bem aceito, tendo sido utilizado novamente em 1944, por Gosnell, e em 1962, por Raisig. Pode-se perceber pelo pouco uso do termo que muitos pesquisadores preferiam utilizar outras nomenclaturas para se referir à área, ficando explícito o rechaço por meio de Pritchard (1969),

O presente escritor nunca achou o termo bibliografia estatística satisfatório e, a julgar pelas discussões com muitos outros pesquisadores da área, esse sentimento é bastante geral. Uma medida da natureza insatisfatória do termo é o fato de que ele foi usado apenas quatro vezes em quarenta e seis anos. O termo é desajeitado, pouco descritivo, e pode ser confundido com a própria estatística ou com bibliografias sobre estatística (tradução nossa) (PRITCHARD, 1969, p. 348).

Para Pritchard (1969, p. 38) bibliometria é “a aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros e outros meios de comunicação” (tradução nossa).

Le Coadic (2004) diz que o objetivo da bibliometria é “medir as atividades de gestão dos livros, dos documentos”, e que a medição deve ser exata, não sendo fácil para centros de informação aderirem a essas medidas, principalmente quando não havia uma “ciência própria”, mas que as técnicas fotônicas e eletrônicas e a crescente digitalização dos fluxos informacionais tornaram possível o desenvolvimento da área e aceitação dos processos.

Para Araújo (2006), a bibliometria surge como resposta à necessidade da avaliação e do estudo das atividades de produção e comunicação científica. A aplicação de técnicas matemáticas e estatísticas foram aplicadas, desde o início da bibliometria, para descrever aspectos dos meios de comunicação e da literatura científica. Para ele a bibliometria é a “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”, utiliza da estatística e da matemática para expor características da literatura de outros meios de comunicação (ARAUJO, 2006, p. 12).

Para Saracevic (2009, p. 11), a mais antiga entre os estudos métricos é a bibliometria, que ele define como “o estudo quantitativo das propriedades da literatura, ou mais especificamente de documentos, e processos relacionados a documentos” (tradução nossa).

Para Vanti (2002); Le Coadic (2004); Guedes, Borschiver (2005), Araújo (2006), as técnicas da bibliometria corroboram decisivamente para a tomada de decisão sobre a manutenção do acervo.

4.2 Cientometria

Segundo o Dicionário de biblioteconomia e arquivologia de Cunha, Cavalcante (2008, p. 81), cientometria é a “disciplina que tem por objetivo medir as atividades de pesquisa científica e tecnológica (PCT) mediante insumos (mão-de-obra, investimento) e produtos (equipamentos, produtos, publicações)”.

Macias-Chapula (1998, p. 134) conceitua cientometria como “o estudo dos aspectos quantitativos da ciência enquanto uma disciplina ou atividade econômica”. Pode ser utilizada no desenvolvimento de políticas científicas, sendo segmento da

sociologia da ciência. Está relacionada às quantificações envolvendo publicações científicas.

Para Silva; Bianchi (2001, p. 6), cientometria é “o estudo da mensuração do progresso científico e tecnológico e que consiste na avaliação quantitativa e na análise das inter-comparações da atividade, produtividade e progresso científico”, fundamenta-se na aplicação de técnicas numéricas analíticas para estudar a quantificação científica. Eles também indicam aplicações consideráveis para os indicadores bibliométricos, seja por meio das razões entre eles e as combinações possíveis. Os estudos de avaliação são capazes de mensurar o prestígio científico de universidades ou centros de pesquisa, regiões ou países, podendo ser utilizados em programas de política científica. Assim sendo, a pesquisa em cientometria possui grande potencial de aplicabilidade. Possibilita, mediante suas análises, identificar áreas nas quais seja necessário maior investimento (financeiros e humanos) e acompanhar a evolução do campo científico.

Para Vanti (2002), a cientometria possibilita mensurar a comunicação científica, os fluxos informacionais e a difusão do conhecimento.

Sobre a tradução do termo original Bufrem, Prates (2005, p.13)

O termo *scientometrics* é aqui traduzido como cientometria em português, visto que o latino *scientia* origina também outros vocábulos tais como ciente, científico e cientista. Por esse motivo, embora o termo cienciometria seja mais comumente usado na literatura especializada em português e espanhol, o primeiro termo é uma tradução adequada do neologismo inglês.

Segundo Araújo (2006), a cientometria ficou conhecida no Brasil também como cienciometria, que foi um termo utilizado em 1977, por Braun, em periódico da Hungria que possuía o mesmo nome. O termo surgiu na Europa, mais especificamente na Europa Ocidental e extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sendo mais utilizado na Hungria.

Nas primeiras conceituações, a cientometria era considerada a medição do processo informático (entenda-se processo informático no contexto histórico do surgimento como uma disciplina do conhecimento dedicada às leis envolvendo o processo de comunicação; à propriedade da informação científica e sua estruturação). Emergindo da visualização de domínios baseados nas citações. Atualmente, é largamente utilizada para a medição do conhecimento científico (SPINAK, 1996) (tradução nossa).

Os temas de maior interesse da cientometria são os seguintes (SPINAK, 1996) (tradução nossa):

- desenvolvimento das disciplinas e subdisciplinas,
- crescimento quantitativo da ciência,
- obsolescência de paradigmas científicos,
- relação entre desenvolvimento econômico e científico etc.

Um grande cientista que é reconhecido como o pai da cientometria é Derek J. de Solla Price. Notável cientista, possuindo relevantes pesquisas envolvendo a produção científica, redes de citações bibliográficas, crescimento de periódicos científicos, cunhou o pseudônimo no qual a cientometria ficou conhecida como a “ciência da ciência”. Pinheiro afirma que ele é o “grande teórico dos estudos métricos em geral, na convergência da História da Ciência, Cientometria e Ciência da Informação” (PINHEIRO, 2021, p. 19).

Santos, Kobashi (2009) relata que, após Price, os estudos quantitativos passaram a ter novos contornos, sendo o pioneiro a elaborar um modelo com foco central nas análises da evolução da atividade científica. Hayashi, Maroldi, Hayashi (2021) realçam que ele realizou um grande percurso em diversas áreas científicas até ser considerado um dos mais importantes pesquisadores no campo da Cientometria e História da Ciência, como é considerado atualmente.

Quanto às leis dos Estudos métricos da Informação, são elas.

4.2.1 Leis de Lotka, Bradford, Zipf

São três as principais leis que regem os estudos métricos, são as leis Lotka, Bradford, Zipf. Santos, Kobashi (2009) enfatizam que, para realizar quantificação das atividades científicas, é fundamental se embasar nos trabalhos de Lotka, Bradford, Zipf e Price, que podem também ser utilizadas em todos os EMI.

Para Vanti (2002); Le Coadic (2004); Guedes, Borschiver (2005); Araújo (2006); Santos, Kobashi (2009), a Lei de Lotka, criada em 1926, conhecida como “a Lei do Quadrado do Inverso” $1/n^2$ trata da produtividade de autores. Nasce da observação de que alguns pesquisadores publicam muito e muitos pesquisadores publicam pouco, havendo uma relação de número de autores por número de artigos publicados por eles. Essa lei pode ser aplicada a qualquer área científica. Além de escalonar os

autores mais produtivos, pode ser usada no reconhecimento da solidez de uma área e também identificar quais centros de pesquisas são mais desenvolvidos. Essa lei diz que se forem analisadas as produções científicas em um tempo determinado, considerando um número n de artigos, os autores que escreveram dois artigos seria $1/4$ da quantidade de autores que escreveram um artigo, se forem considerados os autores que tenham escritos três artigos essa proporção seria de $1/9$, sucessivamente.

Vanti (2002); Le Coadic (2004); Guedes, Borschiver (2005); Araújo (2006); Santos, Kobashi (2009), a Lei de Bradford (1934), ou lei da dispersão, preocupa-se em verificar se os artigos de uma área determinada seriam encontrados em periódicos de outros assuntos, assim mapearia quais periódicos são mais fiéis aos assuntos a que se propõem. Haveria aqueles periódicos da especialidade (são poucos, possuem cerne da literatura da área, seus artigos são muito relevantes); os periódicos que não são da especialidade (possuem conteúdo que engloba o núcleo da literatura mesmo não sendo especializado na área, sendo o segundo grupo fornecedor de artigos para aquela área); o terceiro grupo de periódicos (sua cobertura terá pouca relação com os objetos pesquisados na área, assim, suas relações são remotas, tornando necessário consultar muitos periódicos desse grupo para encontrar algum que dialogue com a área pesquisada).

Nessa lógica, o primeiro grupo é composto por um pequeno número de periódicos, com alto desempenho na área; o segundo grupo possui maior quantidade de periódicos, porém é menos produtivo que o primeiro, e o terceiro é composto por uma ampla quantidade de periódicos, contudo, com a menor produtividade. Le Coadic (2004) diz que os periódicos da área centralizam cerca de 40% de todos os artigos que pertencem àquela área publicados neles.

Para Vanti (2002); Le Coadic (2004); Guedes, Borschiver (2005); Araújo (2006); Santos, Kobashi (2009), a lei de Zipf (1935), lei do mínimo esforço, referente à incidência de palavras em um texto, se forem contadas e listadas as palavras que mais se repetem em ordem decrescente, a palavra que for a décima mais citada aparecerá no texto com frequência 10 vezes menor que aquela que se encontra em primeiro lugar.

Guedes, Borschiver (2005) relata-nos que Zipf chamava de série a posição assumida nessa lista, assim a palavra que mais se repete no texto tem ordem de série 1, a segunda mais frequente ordem de série 2, continuamente. Ele criou uma equação

baseado nessa observação de que "o produto de ordem de série (r) de uma palavra de frequência (f) era aproximadamente constante (c)", essa equação ($r \cdot f = c$) é conhecida como a primeira lei de Zipf. Essa lei também ficou conhecida como lei do menor esforço, aquelas terminologias e/ou palavras que possuem consensos em uma área/subárea, estarão classificadas como intermediárias possuindo contexto de maior relevância.

Cassettari, Pinto, Rodrigues, Santos (2015) esclarecem que, aplicando a Lei de Zipf, por meio de equação matemática, é possível mapear fenômenos utilizando a frequência com que aparecem determinadas palavras em um corpus textual. A base matemática da lei é:

$$\sqrt{TP} = PE$$

$$\sqrt{PE} = SE$$

"TP" é o total de palavras ou ocorrências;

"PE", primeira esfera, onde estão as palavras mais representativas da amostra, são constituídas por termos que possuem frequência de quantidade, realizando a raiz quadrada do total de ocorrências, ou seja, o ponto de corte da primeira esfera (CASSETTARI, PINTO, RODRIGUES, SANTOS, 2015, p. 159).

"SE" é a segunda esfera, composta pelas palavras que possuem frequência maior que a raiz quadrada do ponto de corte da primeira esfera.

4.2.2 Análise de citações

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 10520:2002, citação é a "menção de uma informação extraída de outra fonte". Consultando o Dicionário de biblioteconomia e arquivologia de Cunha, Cavalcante (2008, p. 82), podemos verificar que o termo é derivado da Língua Inglesa, "citation, citation of authorities, cite, quotation", conceituando que "a citação é a menção que se faz à opinião de uma autoridade sobre certo assunto, como reforço de argumentação".

Os primeiros estudos da área que se dedicaram a citações foram realizados após a década de 1960. Araújo (2006); Rosas, Almeida, Silva (2020); Machado, Rodrigues, Barros (2021) relatam que, em 1963, foi a primeira vez que se utilizou essa maneira de medir a ciência, com a criação do *Science Citation Index*, elaborado por

Eugene Garfield. Assim, foi iniciada uma nova era de medições mais ampla da ciência por meio de métodos objetivos e quantitativos e os índices desde então assumiram uma função primordial na mensuração científica por meio das citações.

Em 1972, Eugene Garfield formulou o Fator de Impacto, conceito importantíssimo para a análise de citações, que é um índice publicado na base *Journal Citation Reports* (JCR) do *Institute for Scientific Information*. Seu objetivo é fornecer uma metodologia que promova a seleção eficiente de revistas dando visibilidade àquelas com pequeno volume de artigos publicados, mas possuindo muita relevância científica, que seria evidenciado pelo alto impacto das suas publicações, avaliado por meio da grande quantidade de citações de seus artigos. Para estabelecer esse índice, foi definida uma fórmula, na qual o número de citações referentes às publicações naquele periódico nos últimos anos deveria ser dividido pelo número de artigos publicados nele durante o mesmo período, chegando, assim, ao valor de impacto desse periódico na área (ARAÚJO, 2006; PRADO; NOGUEIRA, 2020).

Outro pesquisador importante para a área de citações foi Henry Small, que, em 1973, estava interessado em realizar um mapeamento das conectividades das relações científicas nos periódicos científicos, pois percebia que, mesmo as especialidades estavam ligadas em redes que se conectavam, e as citações repercutiam essas ligações. Dessa forma, ele acreditava que as citações refletiam com precisão a aceitação de técnicas, modelos, pensamentos dentro da ciência (SMALL, 1976, p. 67).

Na obra o “Trabalho de citação”, poética e técnica conduzem o leitor na arte de redizer, e não dizer envolvidas nas tramas textuais, Antonine Compagnon (1996) diz que, quando citamos, extraímos, mutilamos, desenraizamos. Há um processo de leitura, releitura, havendo frases que lemos, frases que nos prendem e que nos marcam, fixando em nossa mente e que com certeza serão citadas.

Não seria isso simplesmente reconhecer que, em um livro, há algumas frases que leio e outras que não leio, variando a proporção entre as duas, segundo os livros, segundo os dias? Mas as frases que leio, aquelas que me prendem e que afixo no meu mostruário, com certeza eu as cito. [...] A leitura repousa em uma operação inicial de depredação e de apropriação de um objeto que o prepara para a lembrança e para a imitação, ou seja, para a citação. (Repetição, memória, imitação: uma constelação semântica em que conviria delimitar o lugar da citação. (COMPAGNON, 1996, p. 14).

Para Compagnon (1996, p. 22), “a citação é um lugar de acomodação previamente situado no texto. Ela o integra em um conjunto ou em uma rede de textos, em uma tipologia das competências requeridas para a leitura”, e ainda, que citação tem, “entre todas as palavras do léxico, de designar ao mesmo tempo duas operações – uma de extirpação, outra de enxerto – e ainda o objeto dessas duas operações – o objeto extirpado e o objeto enxertado” (COMPAGNON, 1996, p. 33). A leitura promove depredação e apropriação do que foi lido, preparando-o para torná-lo lembrança e para imitá-lo, que seria a citação. “Toda citação é ainda - em si mesma ou por acréscimo? - uma metáfora” (COMPAGNON, 1996, p. 15).

A citação é um importante instrumento na pesquisa histórica e sociológica. Ela tanto orienta indiretamente normas e valores, principalmente dos fundamentos da ciência e do conhecimento científico, como também se constitui como instituição social ao revelar o impacto dos trabalhos na comunidade (ALVARENGA, 1996).

A citação seria, pois, um dos mecanismos de que dispõe o autor para se reportar aos fundamentos teórico-metodológicos vigentes em sua área de pesquisa, fato que também ratificaria o referido princípio de pragmática que envolve o processo de construção da Ciência, calcado em um caráter eminentemente social (ALVARENGA, 1996, p. 83).

Conforme Macias-Chapula (1998), a citação é a maneira mais utilizada para reconhecer e atribuir créditos na ciência. A análise das citações é realizada em estudos bibliométricos e cientométricos, também pode ser aplicada na avaliação de trabalhos de pesquisa nas mais diversas áreas, sendo considerada eficaz para o reconhecimento científico, para a avaliação da pesquisa e de pesquisadores.

A análise de citações é um método de investigação quantitativo, utilizado pelos EMI para medir visibilidade e impacto de autores dentro de uma comunidade científica, analisando quais doutrinas de pensamento possuem maior aceitação dentro dessa comunidade. Também torna possível identificar as fontes de informação utilizadas, tornando possível conhecer como se desenvolve a comunicação científica naquela comunidade, possibilitando o mapeamento de teorias, metodologias da área em questão. Os resultados dos estudos de análise de citações podem se constituir em ferramentas importantes para a compreensão da comunicação científica, que evidenciará as peculiaridades do processo de produção de conhecimentos,

possibilitando o desenvolvimento de análises qualitativas. (VANZ; CAREGNATO, 2003).

Rosas, Almeida, Silva (2020) afirmam que, para que seja possível um conhecimento científico novo, é necessário incorporar o conhecimento anterior. Por meio da citação de trabalhos diversos, é possível visualizarmos esse processo de novos conhecimentos, havendo um fluxo constante que passa pelos processos de produção, registro, organização e socialização do conhecimento e introjeção por meio de citação. Nesse processo helicoidal, infinitos conhecimentos são produzidos. A citação de um conhecimento anterior no texto, em uma lista de referências, possui como objetivo orientar sobre a dinâmica como foi construído aquele novo conhecimento.

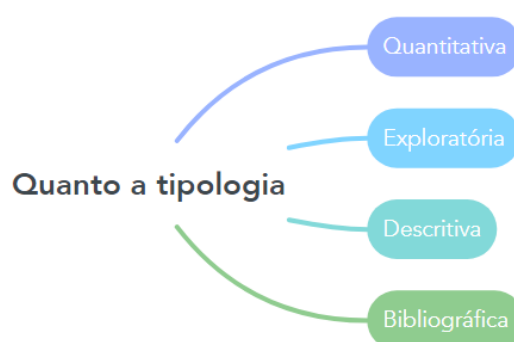
Rosas, Almeida, Silva (2020) dizem que a análise de citações trata-se de um procedimento objetivo, que possibilita identificar características da comunicação científica, contribui para evidenciar frentes de pesquisas, identificar os principais autores, países e instituições produtoras de conhecimento, que possuem maior impacto científico, quais periódicos são o núcleo da comunidade, quais as tendências de pesquisa, quais os pesquisadores de vanguarda.

5 METODOLOGIA

Descrevemos, nesta seção, a metodologia que possibilitou a realização desta pesquisa. Ela possui método de abordagem quantitativa, de natureza aplicada. Quanto aos objetivos, é exploratória e descritiva e quanto ao procedimento, caracteriza-se como bibliográfica.

A figura 2 resume as características da pesquisa.

Figura 2 - Caracterização da pesquisa quanto à tipologia



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Gerhardt, Silveira (2009) esclarecem que a pesquisa quantitativa surge a partir do pensamento positivista com ênfase no raciocínio dedutivo, regras, atributos mensuráveis por meio da experiência humana. Gil (2017, p. 39) afirma que "nas pesquisas quantitativas os resultados são apresentados em termos numéricos". Estrela (2017) esclarece que a base da pesquisa quantitativa está na busca por explicações objetivas com ênfase em dados numéricos. "A pesquisa quantitativa é uma abordagem que procura testar teorias objetivas, examinando a relação entre variáveis" (CRESWELL, CRESWELL, 2021, p. 4). Comumente essas variáveis são medidas com instrumentos para analisar os dados numéricos por meio de procedimentos estatísticos (CRESWELL, CRESWELL, 2021, p. 4). Quanto à natureza, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada.

Segundo Andrade (2010, p. 112), o primeiro passo quando se realiza um trabalho científico é a pesquisa exploratória, principalmente quanto à bibliografia para conhecer com maior profundidade o assunto estudado, que facilitará a delimitação temática da pesquisa. É uma questão que ajuda também na elaboração dos objetivos e na formulação de hipóteses, possibilitando as bases para a realização de uma boa

pesquisa. A pesquisa exploratória objetiva “[...] aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno”, podendo ser “[...] encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188).

Gil (2017) relata que as pesquisas exploratórias possuem como propósito familiarizar o pesquisador com o problema, objetivando torná-lo compreensível ou possibilite elaborar hipóteses. O planejamento pode ser mais flexível, pois considera os mais variados aspectos envolvidos no fato observado. A flexibilidade que as pesquisas exploratórias possuem torna difícil classificar os estudos exploratórios, porém é possível dizer que: pesquisa bibliográfica, estudo de caso e levantamento de campo são considerados exploratórios. A maioria das pesquisas, em algum momento, assume caráter de pesquisa exploratória, uma vez que, em algum momento do estudo, o pesquisador tenha que buscar uma definição clara do que irá investigar.

A pesquisa também caracteriza-se como descritiva. Segundo Andrade (2010, p. 112), “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Para Gil (2017, p. 26), as pesquisas descritivas “têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Nesse sentido, Marconi; Lakatos (2021, p. 19) relatam que “a pesquisa descritiva “delineia o que é” e aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”.

Quanto ao procedimento, caracteriza-se como bibliográfica. Gil (2017) define a pesquisa bibliográfica como aquela que é engendrada em materiais já publicados, deles se originando. Matias-Pereira (2019, p. 84) diz que a “pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado”, como teses e dissertações, livros, artigos científicos, manuais, revisões, *abstracts*, normas técnicas, trabalhos de congressos, índices e bibliografias, meios audiovisuais. Nesta pesquisa, utilizamos as teses e as dissertações mineiras versando sobre educação referente a racismo, configurando-se como pesquisa bibliográfica.

O enfoque usado foi o da cientometria, já abordada anteriormente. Uma vez caracterizada a pesquisa, abordamos um pouco sobre o universo dela.

5.1 Universo da pesquisa

O universo da pesquisa compreende a produção científica de teses e dissertações mineiras da área de educação que versem sobre o racismo, recuperados por meio de pesquisa bibliográfica no CTD da CAPES, totalizando 77 dissertações e 25 teses, num total de 102 comunicações científicas⁷, distribuídas entre 2003 e 2021, conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Relação anual de teses e dissertações

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Mestrado	1				2		6	1	5		3	2	2	5	11	7	14	8	10
Doutorado		1				1	1	1	3	2	1	3	2		1	3	2	1	3

Fonte: Dados da pesquisa.

A seguir realizamos uma breve apresentação sobre as fontes de pesquisa utilizadas para o desenvolvimento da investigação e realização deste estudo.

Figura 3 - Instrumentos utilizados na pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

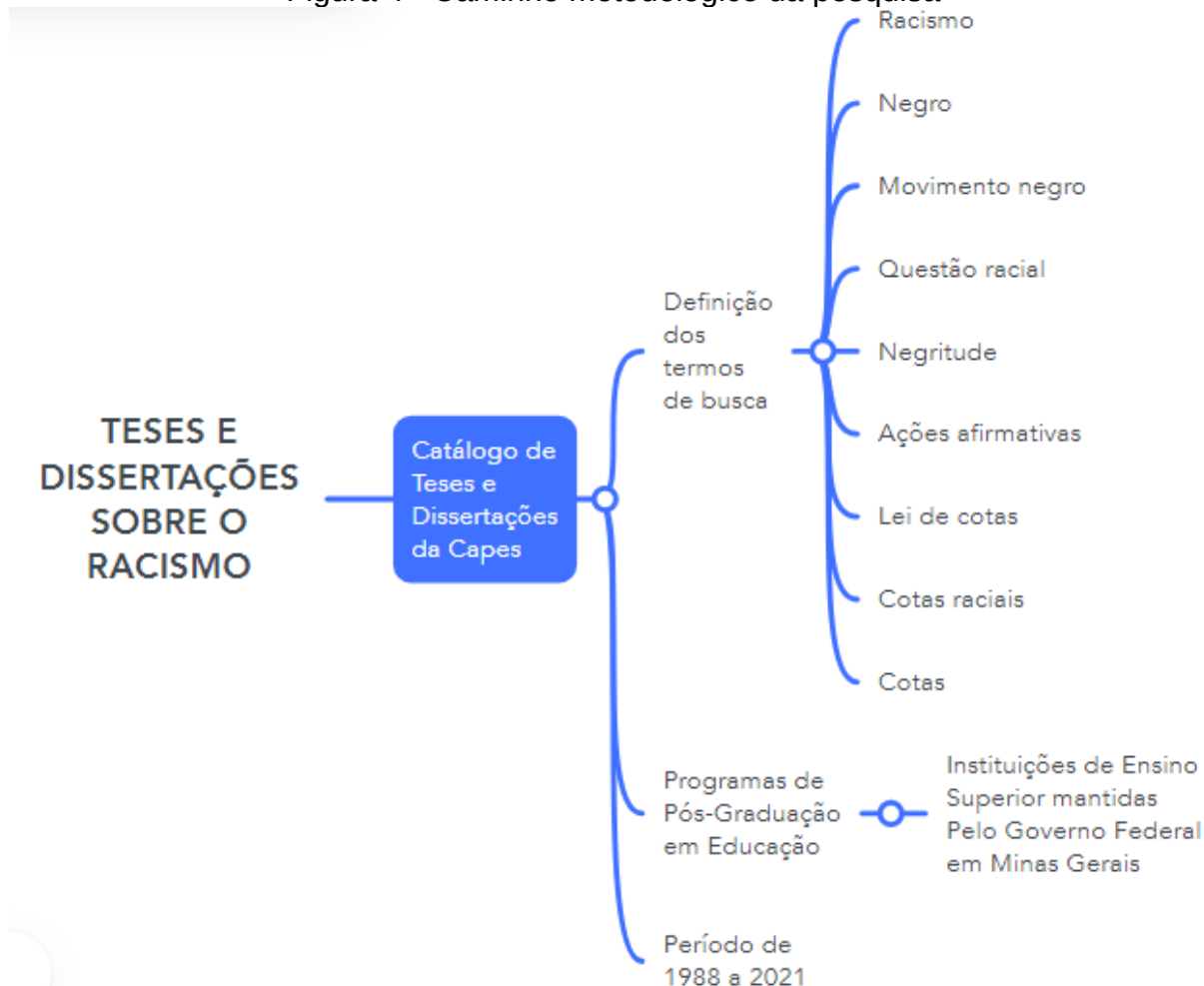
A Figura 3 especifica os instrumentos utilizados para efetivação da pesquisa.

Quanto ao caminho metodológico percorrido, demonstrado na Figura 4, primeiramente se pesquisou no CTD da CAPES, utilizando os termos destacados, dentro do recorte das instituições federais de ensino superior localizadas em Minas Gerais. Como recorte temporal máximo foi utilizado o período de 1988 a 2021, embora, como visto na tabela 1, a primeira publicação encontrada, que atendesse aos preceitos de permitir *download* e cópia de dados, tenha sido de 2003. A partir daí, foi realizada nova pesquisa para acesso às comunicações científicas originais nos

⁷ Pesquisa realizada entre os dias 01/09/2022 à 15/09/2022.

repositórios institucionais (RI) da IES, e para as análises temáticas utilizamos o software *Iramuteq*.

Figura 4 - Caminho metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5.1.1 CTD da CAPES

A CAPES foi criada por meio do Decreto n. 29.741/5 (11/07/1951), durante o segundo Governo de Getúlio Vargas, sendo extinta no Governo de Fernando Collor de Melo, em março 1990, pela Medida Provisória n 150, o que provocou imensa mobilização. As pró-reitoras de pesquisa e pós-graduação universitárias mobilizam a opinião científica e acadêmica e por meio de diversos apoios, inclusive o Ministério da Educação, reverteram a medida antes que fosse apreciada pelo Congresso Nacional, sua recriação em 12 de abril do mesmo ano (CAPES, 2021).

Sua missão é expandir e consolidar a pós-graduação *stricto sensu* (doutorado e mestrado) em todo o Brasil. Para tanto, as suas ações se estruturam em investir na

formação de recursos humanos de alto nível; avaliar a pós-graduação; acessar e divulgar a produção científica; promover a cooperação científica internacional (CAPES, 2010). No ano de 2020, a CAPES disponibilizou mais 95 mil bolsas de pós-graduação, o que faz dela a maior incentivadora da pós-graduação no contexto brasileiro (CAPES, 2021).

Segundo a CAPES (2021), o objetivo do Catálogo de Teses e Dissertações é “facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação *stricto sensu* do país, além de disponibilizar informações estatísticas acerca desse tipo de produção intelectual”. Por meio da página de visão analítica, é possível acesso aos dados quantitativos, por exemplo, o CTD conta com mais de 662 mil documentos disponibilizados (CAPES, 2021).

Em 2012, a CAPES e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por meio de cooperação entre a Superintendência de informática (SINFO) da UFRN e a Diretoria de Avaliação (DAV) e a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da citada Coordenação, desenvolveram a Plataforma Sucupira, que está disponível desde 2014. Essa plataforma é uma ferramenta para coletar informações, realizar a gestão, análises e avaliações da CAPES, sendo a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Após a sua implantação, tornou-se possível realizar pesquisas com diversos filtros no CTD, além de permitir acesso aos resumos, o que não é possível em materiais anteriores à implantação dessa plataforma. Informações sobre materiais anteriores à Plataforma Sucupira são disponibilizados parcialmente, não estando os resumos disponíveis, aparecem apenas com a informação de “Trabalho anterior à Plataforma Sucupira” (CAPES, 2021).

A pesquisa também utilizou de repositórios institucionais, a seguir abordamos um pouco sobre eles.

5.1.2 Repositórios institucionais

Marcondes, Sayão (2009, p. 9), a respeito do que é um repositório institucional (RI), conceituam como uma “biblioteca digital destinada a guardar, preservar e garantir acesso, via internet, à produção científica no âmbito de uma dada instituição”. Fazem parte de uma rede informacional destinada a garantir a preservação a longo prazo, a guarda e o acesso à produção científica institucional. O fundamento que norteia o

surgimento dos RI é a defesa do argumento que os resultados da atividade científica devem ser públicos, permitindo a utilização ampla na sociedade, “cada instituição científica ou acadêmica, e sua correspondente comunidade, deve manter em seu repositório institucional de livre acesso cópias da produção científica de sua comunidade”.

Também nesse sentido, Miranda, Moura (2017) reforçam que a democratização do conhecimento, impulsionada pelo movimento em prol do acesso aberto à produção científica, mobilizou universidades em face da estruturação de RI como maneira de ampliar a acessibilidade, a visibilidade institucional e a divulgação dos resultados das atividades acadêmicas e da produção científica, apoiando ao mesmo tempo, sociedade e comunidade científica.

Camargo, Vidotti (2010) reforçam que os RIs podem ser pensados como locais onde as coleções digitais, de determinada comunidade ou instituição, estão armazenadas. No contexto das IES, os RIs propiciam a preservação, a visibilidade, o controle da produção científica, diminuindo custos de publicações, permitindo ainda o acesso irrestrito de outros pesquisadores e da sociedade em geral.

As instituições cujas comunicações científicas foram utilizadas na pesquisa foram as seguintes: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); Universidade Federal de Alfenas (UFAL); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ); Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Para a análise temática abordada no corpus proposto, foi utilizado o software *Iramutec*⁸, cujos procedimento serão descritos a seguir.

5.1.3 Iramutec

O software *Iramutec* (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et, Questionnaires*) foi criado em 2009, na Universidade de Toulouse, sendo o principal desenvolvedor Pierre Ratinaud. É um software gratuito de código aberto, fazendo parte do movimento *open source*, licenciado por *GNU General Public License*

⁸ Manuais e tutoriais em português: SILVIATEI (2017), e, CAMARGO; JUSTO (2013).

(v2)⁹. Como muitos outros softwares que possuem código aberto, permite ser modificado por meio da linguagem *Python*¹⁰. Para as análises dos dados, utiliza-se o ambiente estatístico do *Software R*¹¹ (www.r-project.org). A criação do *Iramuteq* se deu a partir da necessidade de uma ferramenta que realizasse a análise textual de maneira acessível e possuísse interface amigável. O software permite a realização de análises de dados de texto complexas, como análises de frequência, visualizações de nuvem de palavras e análises de associação de palavras, permitindo a integração de dados de texto com outros tipos de dados, como dados quantitativos e gráficos, o que amplia as possibilidades de análise de utilização (SALVATI, 2017; NOGUEIRA; LABEGALINI; BALDISSERA, 2018).

O passo a passo de utilização e obtenção dos resultados está no Apêndice D.

5.1.4 Procedimento metodológico

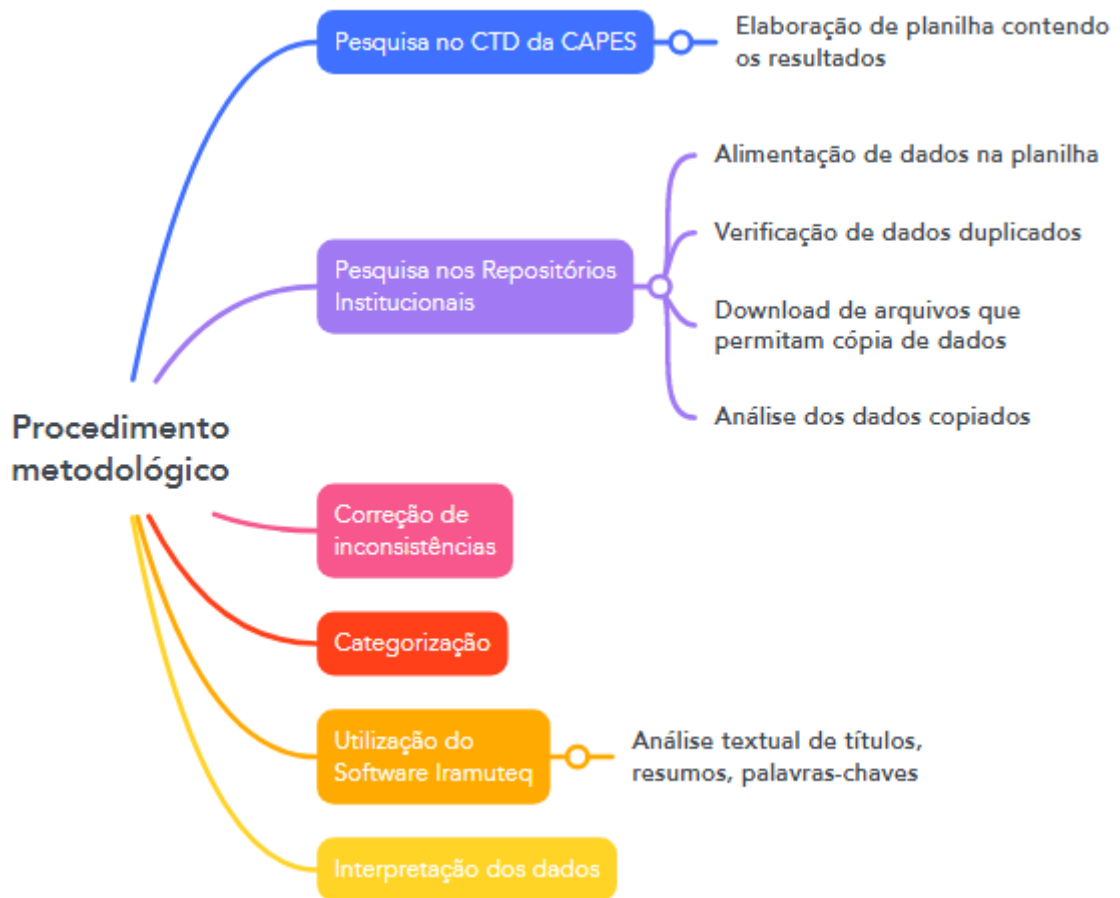
Para o levantamento bibliográfico, utilizamos os bancos de dados disponíveis por meio do CTD da CAPES e dos repositórios institucionais das IES mineiras. Primeiramente houve o levantamento bibliográfico no CTD da CAPES, nos quais utilizamos as seguintes palavras-chave: racismo, negro, negritude, movimento negro, questão racial, ações afirmativas, lei de cotas, cotas raciais e cotas. Considerando que, entre os termos de pesquisa, havia elementos compostos, utilizou-se o sinal gráfico de aspas para evitar a recuperação dos termos isoladamente. A figura 5 demonstra como foi desenvolvido o procedimento metodológico.

⁹ *GNU General Public License* é uma licença livre de direitos autorais para software e outros tipos de trabalhos.

¹⁰ Linguagem de programação de alto nível (www.python.org).

¹¹ *Software* livre para computação estatística e gráficos (www.r-project.org).

Figura 5 - Procedimento metodológico



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para definição dos termos de pesquisa, explorou-se o catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional (BN). Os termos “racismo” e “negros” apresentam-se como termos tópicos; “negritude” aparece como remissiva do termo tópico “Negros – identidade racial”; “movimento negro” aparece contido no termo institucional como “movimento negro unificado (Brasil)”; e os termos “relações raciais” possuem como remissiva “questão racial”. Os termos “Programas de ação afirmativa” possuem como remissiva os termos “ações afirmativas”. Os termos “lei de cotas”, “cotas raciais” e “cotas” foram adicionadas por terem sido indicados à adição pela banca de qualificação, sendo temas relevantes para a pesquisa. Importante ressaltar que nem toda ação afirmativa refere-se à questão racial, porém toda política de reparação racial trata-se de uma política de AA. Assim, nem todas as comunicações científicas retornadas no CTD sobre “ação afirmativa” corresponde ao nosso objeto de estudo, tendo sido analisados, posteriormente, quais delas envolviam-se com a temática proposta.

Com os dados recuperados, inicialmente foi montada uma planilha de dados, usando o software *Microsoft Office Excel®*, que possibilitou a sistematização e a tabulação da pesquisa inicial. Posteriormente, também foi possível a elaboração de tabelas e gráficos para a interpretação dos resultados obtidos.

Por meio de uma segunda pesquisa realizada via RI das instituições promovedoras das pesquisas, buscamos as comunicações científicas integrais, sendo selecionados aqueles que permitiam a cópia de dados para a análise de quais autores e fontes seria necessária a extração de informações necessárias. Foram inseridas manualmente na planilha os dados que não disponíveis no CTD, principalmente em comunicações mais antigas, como resumo, palavras-chave.

Naquelas comunicações científicas que foram retornadas referentes ao termo de busca “ações afirmativas”, houve mais um processo, que foi a utilização da ferramenta “localizar” para a verificação se a ação afirmativa que tratava o documento a ser estudado se relacionava ao tema, nos casos que não estava claro no título, resumo e palavras-chave.

Após os passos citados, realizou-se a análise de quais teses e dissertações estavam em duplicidade, visto que uma mesma comunicação científica poderia ser apresentada em mais de uma das respostas às pesquisas realizadas.

Após toda essa verificação (permissão de *download*, cópias e análise de duplicatas), definimos o corpus da pesquisa em 102 comunicações científicas, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Corpus final da pesquisa

Comunicações científicas retornadas	Total
Comunicações científicas retornadas	188
Comunicações científicas em duplicidade	41
Comunicações científicas únicas	147
Não permitiram cópia ou não tratavam do tema	31
Comunicações científicas utilizadas para a pesquisa	108

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A partir dos acertos e reduções, temos, na Tabela 3, a visão do crescimento quantitativo de comunicações científicas relacionadas ao tema, observando em intervalos de cinco anos:

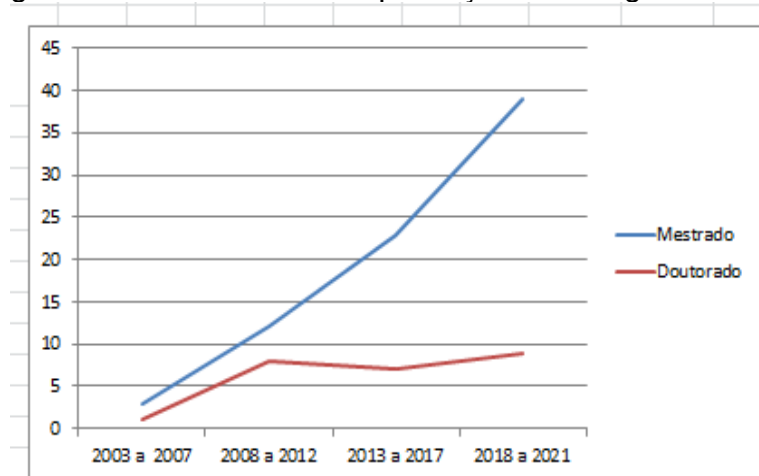
Tabela 3 - Quantitativo de comunicações científicas em mestrado e doutorado a cada cinco anos

	2003 a 2007	2008 a 2012	2013 a 2017	2018 a 2021
Mestrado	3	12	23	39
Doutorado	1	8	7	9

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Apesar do recorte temporal a partir de 1988, a comunicação científica mais antiga retornada com as características expostas anteriormente é do ano 2003. A Figura 6 apresenta essa realidade, dentro do contexto geral de crescimento das produções, no período pesquisado, demonstrando aumento contínuo nos estudos em nível de mestrado com maior expansão após 2012. Estudos em nível de doutorado, houve um acréscimo discreto relativo à quantidade, não sofrendo grande discrepância, fato esse percebido principalmente após 2016.

Figura 6 - Crescimento das produções ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Iniciamos a verificação das citações, para tanto era necessária a análise sistemática das referências, pois muitas delas apresentavam inconsistências. Vale lembrar que a elaboração de referências obedece à ABNT NBR 6023, que foi atualizada em 2018, o que também ampliou muito as ocorrências nesse sentido. Também foi possível perceber que a maioria das divergências consistia em erros de grafias, desregulamentação das entradas de autoria que não obedeciam a regras quanto à padronização de autoridades. Essas questões exigiram um trabalho exaustivo para essa padronização, sendo necessárias consultas a catálogos de

autoridades (principalmente o da BN), como também páginas da *web* de bibliotecas, editoras e em buscadores *web*. Esses desvios também foram constatados quanto às fontes citadas. Esse foi o maior desafio da pesquisa, o que demandou maior tempo.

Após as correções necessárias, iniciou-se a etapa de estruturação dos dados, descrita a seguir.

5.2 Estruturação dos dados

Realizamos análises cientométricas utilizando duas frentes. A análise de citação (autores e fontes), que foi feita manualmente usando o *Microsoft Excel®*, não tendo havido diferenciação quanto a autores primários, secundários e terciários. A análise de temáticas abordadas nos textos foi feita com a utilização do software *Iramuteq*.

Na planilha do *Excel®*, contendo as informações citadas anteriormente, foi criada uma aba Geral na qual cada tese e dissertação recebeu numeração sequencial. Foram também criadas colunas com informações de cada trabalho: autor, título, resumo, palavras-chave, ano de defesa, universidade e *link* de acesso.

Cada tese e dissertação recebeu uma aba na planilha *Excel®*, contendo sua identificação numérica com toda a sua lista de referências, mediante a qual pactuamos as quantidades de citação de cada autor e das fontes citadas.

Ao final, todas as referências contidas nas teses e dissertações foram colocadas em uma aba, feitas as correções quanto às entradas de autores e grafias de títulos. Cada autor era pesquisado, utilizando a ferramenta “localizar” do *Excel®*, e registrada a quantidade de vezes que se repetia. Para a consulta das fontes também foi realizado o mesmo procedimento.

Quanto à estruturação dos dados para o *Iramuteq*, primeiramente foi construído o corpus textual a ser analisado em uma planilha *Microsoft Excel®*, com o conjunto de textos definido na pesquisa, a saber: fragmentos das 102 teses e dissertações selecionados, itens, título, palavras-chave e resumo. Cada uma das teses e dissertações recebeu um código específico, obedecendo aos códigos de entrada padrão do software e foram agrupadas em um único arquivo texto, codificada em *Unicode Transformation Format (UTF-8¹²)*. Foram retirados dos textos símbolos e

¹² UTF-8 codificação binária (**Unicode**) de comprimento variável criado

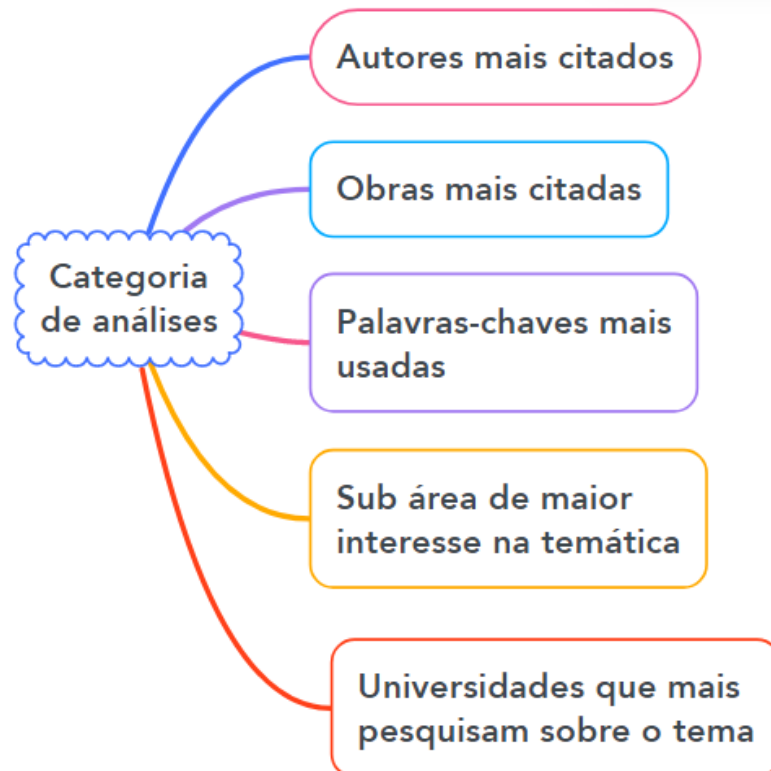
pontuações como travessões, asteriscos, aspas, trocados por *underline*, pois o programa utiliza como linhas de comando asteriscos e travessões, podendo interferir no processamento dos dados.

Após a estruturação dos dados, iniciou-se a etapa de categorização, descrita a seguir.

5.3 Categorias

Para a realização deste estudo foram elaboradas dois tipos de análises cientométricas, conforme já citado: análise de textos (características dos trabalhos) e análise de citações, as categorias examinadas estão sintetizadas na Figura 7.

Figura 7 - Categorias analisadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Os textos foram analisados conforme as seguintes categorias: palavra-chave utilizada na busca no CTD, também as referências disponíveis no CTD, universidade fomentadora da pesquisa, ano de defesa, comunicações científicas que permitiam cópia de dados, endereço eletrônico de depósito. Para as análises de citações, foi criada uma aba contendo os autores citados e outra contendo as fontes citadas.

As categorias de análises, utilizadas para essa pesquisa, no *Iramuteq*, foram análise estatística textual, análises de similitude e nuvem de palavras. Estão descritas a seguir as análises realizadas.

5.4 Análise de dados

Para a análise, foram utilizadas as 12.485 referências citadas. A quantidade de fontes foi de 7.061, sendo que dessas, 5.913 eram únicas, ou seja, foi citada apenas em uma comunicação científica. As comunicações científicas variaram entre os anos de 2003 a 2021 e foram realizadas em nove IES.

A análise dos dados se processou a partir das análises da quantidade de vezes que cada autor era citado. Ao todo o corpus possui 6.199 autores mencionados, desses, 4.639 foram citados em apenas uma comunicação científica, 1.560 foram citados em duas ou mais. Retomamos aqui o Efeito Mateus, princípio fundamental dos estudos bibliométricos “poucos com muito e muito com poucos”, poucos autores são citados em muitas comunicações, a maioria dos autores foi citado apenas uma vez, provando que essa lei se aplica nesse estudo.

Podemos considerar que alguns conceitos expostos em comunicações científicas, possam ser são advindos de áreas que o pesquisador não domina, mas que possui a explicação, ou conceito, que é fundamental para o embasamento teórico daquela tese ou dissertação. Como exemplo, cito essa comunicação científica, alguns termos jurídicos, aos quais não dominamos, porém são fundamentais para a construção da narrativa e contextualização histórica dessa dissertação, provavelmente, na área da CI esses autores utilizados para embasar e que são citados aqui, em um estudo centimétrico na área da CI, não seria surpresa se recebesse apenas uma citação, advinda dessa comunicação científica.

Também foram elencadas as universidades que possuem mais trabalhos sobre a temática e quais professores mais orientaram e/ou aqueles que mais participaram de bancas. Outra informação pactuada refere-se às palavras-chave mais utilizadas nessas comunicações científicas.

Quanto aos temas mais abordados, foram processados pelo *Iramuteq*, por meio de análise de estatística textual, análise de similitude e nuvem de palavras, como descrito a seguir.

5.4.1 Análise dos dados no *Iramuteq*

Após a entrada do corpus no *Iramuteq*, programamos as definições iniciais e as processamos: estatísticas textuais, análise de similitude e nuvem de palavras

5.4.1.1 Análise estatística textual

Segundo SALVATI (2017), a análise de estatística textual executa estatísticas simples, como identificação e reformatação das unidades de texto; identificação da frequência média, quantidade de palavras, e *hápax*; pesquisa no vocabulário e redução das palavras com base em suas formas reduzidas; identificação das formas suplementares e ativas e criação do dicionário de formas reduzidas do corpus. Citamos um exemplo da aplicação da primeira lei de *Zipf*: as palavras que mais se repetem estão classificadas como formas suplementares; as palavras de importância para a área serão aquelas intermediárias classificadas como formas ativas, e aquelas que aparecem apenas uma vez no corpus estão classificadas como *hápax*.

O *Iramuteq* realiza as análises a partir de uma parametrização na qual são sugeridas formas de classificação das palavras. Por exemplo: ao definir as propriedades, os adjetivos, as formas não reconhecidas (aquelas palavras que não estão nos dicionários), os nomes e verbos devem ser programados como 1 (formas ativas), e as demais devem ser programadas como 2 (formas suplementares).

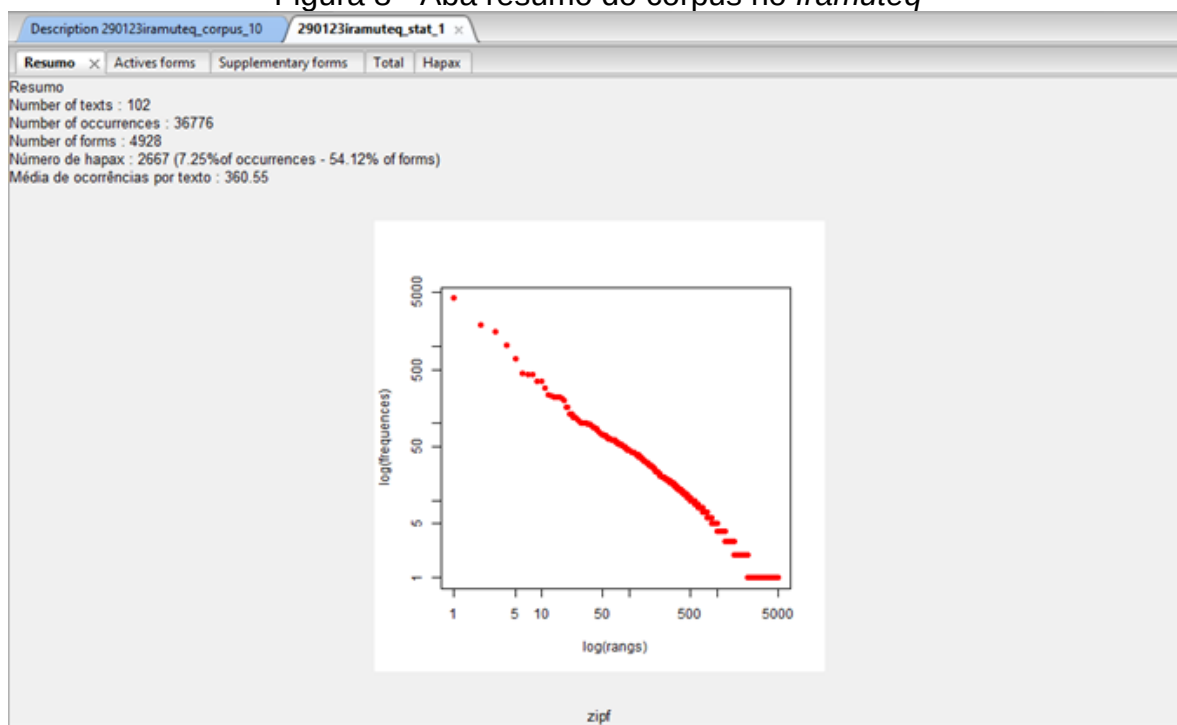
Pode ocorrer alguma falha quanto ao dicionário de língua portuguesa do software que prejudique as análises realizadas, por exemplo: palavras inexistentes no dicionário; palavras com conotações diferentes entre o dicionário e o texto; verbos auxiliares classificados como verbos principais; palavras com tipo gramatical errado. Para evitar esses erros é necessário primeiramente “rodar” as estatísticas para verificar se alguma palavra está classificada em categorias erradas (ativas, suplementares ou eliminadas).

Algumas palavras do *corpus* podem ser muito importantes para a pesquisa e contarem como inexistentes no dicionário do *software*, embora possam ser classificadas como ativas, não sendo contabilizadas corretamente, pois não foram lematizadas. Nesse caso, é necessário adicionar tais palavras ao dicionário criado pelo software para aquele *corpus*. Outro problema é uma palavra que não possui relevância para a pesquisa receber um escore alto (como palavras de ligação de

frases que não foram na primeira análise eliminadas), prejudicando a análise. Para tanto, é necessário fazer uma varredura no *corpus*, eliminando essas palavras que deverão ser escritas entre *underlines*.

Uma verificação importante é analisar, na lista de palavras ativas, se há sinônimos, palavras com erro de grafia, e realizar as correções antes de seguir com o processamento. Como resultado, o *Iramuteq* apresenta uma janela com os seguintes resultados, conforme a Figura 8: número de textos: é o número de textos (registros) contidos no corpus; número de ocorrências: é o número total de palavras contidas no corpus; número de formas: é o número de formas presentes no corpus; número de *hapax*: número de palavras que aparecem apenas uma vez em todo o corpus; e média de ocorrências por texto: (número de ocorrências) / (número de textos).

Figura 8 - Aba resumo do corpus no *Iramuteq*



Fonte: Dados da pesquisa.

O software também apresenta o diagrama de *Zipf*, contendo a frequência de palavras que aparecem no corpus. Na análise realizada, por exemplo, a vogal “e” apresentou a maior incidência no corpus, por se tratar de uma vogal que desempenha várias funções gramaticais. Em virtude disso, foi feita a correção e o corpus foi novamente submetido ao *Iramuteq*. A importância de realizar a análise estatística é justamente verificar quais as palavras com maior frequência que realmente impactam

na pesquisa, e, para isso, podem ser necessárias seguidas programações para a correção.

Na aba *Actives Formes*, são apresentadas as palavras que foram mais utilizadas no *corpus*, possuindo frequência intermediária e importância para a área, definidas como formas ativa (1). Na janela de definição, parametrizada as palavras pertencentes às classes: adjetivo, advérbio, nome comum, verbos, e palavras não reconhecidas pelo dicionário, conforme visualizado na Figura 9.

Figura 9 - Parametrizando as classes gramaticais a serem analisadas no *Iramuteq*

Clés d'analyse		
Choix des clés d'analyse 0=éliminé; 1=active; 2=supplémentaire		
Adjectif	1	voir liste
Adjectif démonstratif	2	voir liste
Adjectif indéfini	2	voir liste
Adjectif interrogatif	2	voir liste
Adjectif numérique	2	voir liste
Adjectif possessif	2	voir liste
Adjectif supplémentaire	2	voir liste
Adverbe	1	voir liste
Adverbe supplémentaire	2	voir liste
Article défini	2	voir liste
Article indéfini	2	voir liste
Auxiliaire	2	voir liste
Chiffre	2	voir liste
Conjonction	2	voir liste
Formes non reconnues	1	voir liste
Nom commun	1	voir liste
Nom supplémentaire	2	voir liste
Onomatopée	2	voir liste
Pronom démonstratif	2	voir liste
Pronom indéfini	2	voir liste
Pronom personnel	2	voir liste
Pronom possessif	2	voir liste
Pronom relatif	2	voir liste
Préposition	2	voir liste
Verbe	1	voir liste
Verbe supplémentaire	2	voir liste

Fonte: Dados da pesquisa.

As palavras que possuíam maior frequência classificadas como formas ativas estão representadas a seguir. Conforme Tabela 4, a coluna forma é a palavra que se repete, a coluna Frequência é a quantidade de vezes que aparece, e Tipo é a classe gramatical que a palavra foi classificada. Optamos por palavras que possuíam frequência maior que 37 (pertencentes à primeira esfera de frequências das análises ativas, tirando a raiz quadrada de 1.410 palavras aptas para análise, o resultado é 37,5499), consideramos, então, pela utilização da Lei de Zipf a frequência de 37 como representativas da amostra ($\sqrt{1410} = 37,5499$).

Tabela 4 - Frequências de formas ativas

Forma	Frequência	Tipos	Forma	Frequência	Tipos	Forma	Frequência	Tipos
negro	231	adj	étnico_racial	62	nr	mais	45	adv
pesquisa	212	nom	político	62	adj	diferente	45	adj
educação	198	nom	criança	62	nom	brasileiro	45	adj
universidade	162	nom	contexto	62	nom	federal	44	adj
escola	133	nom	público	61	adj	buscar	44	ver
estudo	120	nom	forma	61	nom	ainda	44	adv
processo	116	nom	dado	61	nom	resultado	43	nom
professor	114	nom	universidade_federal_de_minas_gerais	60	nr	relação_racial	43	nr
análise	102	nom	realizar	58	ver	questão	43	nom
social	101	adj	presente	57	nom	educativo	43	adj
ensino	100	nom	implementação	55	nom	apresentar	43	ver
escolar	92	adj	ação_afirmativa	55	nr	principal	42	adj
relação	85	nom	discurso	54	nom	política	42	nom
prático	85	adj	campo	54	nom	lei	41	nom
curso	83	nom	mulher	52	nom	ação	41	nom
jovem	81	adj	saber	51	ver	analisar	41	ver
compreender	78	ver	docente	51	adj	teórico	40	adj
história	75	nom	pedagógico	50	adj	educacional	40	adj
também	73	adv	experiência	50	nom	cultural	40	adj
grupo	73	nom	construção	50	nom	construir	40	ver
meio	71	nom	aluno	50	nom	bem	40	nom
entrevista	71	nom	utilizar	49	ver	produção	39	nom
objectivo	69	nom	cultura	48	nom	lei_10639_2003	39	nr
instituição	67	nom	trajetória	47	nom	além	39	adv
estudante	66	nom	racismo	47	nom	sociedade	37	nom
sujeitar	64	ver	racial	46	adj	perspectiva	37	nom
formação	64	nom	municipal	46	adj	identidade	37	nom
brasil	64	nom	investigação	46	nom	contribuir	37	ver
espaço	63	nom	projeto	45	nom			

Fonte: Dados da pesquisa.

5.4.1.2 Análise de similitude

A análise de similitude representa as ligações entre as palavras que compõem o corpus. O software sobrepõe todos os segmentos de texto e suas conexões. Por meio dessa análise, é possível perceber os temas de maior importância no *corpus* e as ligações entre as palavras por meio do ordenamento da construção textual. As linhas que ligam as palavras demarcam as ligações entre elas, quanto mais espessa for a linha, mais forte é a ligação entre os conceitos.

Foram contadas 1.410 palavras aptas para serem utilizadas como análise do *Iramuteq*, considerando todas as palavras do *corpus* que possuem significância, conforme a Figura 10.

Figura 10 - Parametrizando análise de similitude

Definições

Configurações gráficas **Ajustes gráficos**

Score **cooccurrence** ▼

Apresentação **fruchterman reingold** ▼

Tipos de gráficos **statique** ▼ Formato de imagem **png** ▼

Árvore máxima ☒

Bordas limitrofes ☐ 1 ▼

Texto sobre os vértices ☒

Score nas bordas ☐

Edge curved ☒

Tamanho do texto 10 ▼

Comunidades ☐ **edge.betweenness.community** ▼ ☐ halo

Selecione uma variável ☐

contar 1410

formas	eff
negro	231
pesquisa	212
educação	198
universidade	162
escola	133
estudo	120
processo	116
professor	114
resumo	104
análise	102
título	102
não	102
keywords	102
social	101
ensino	100
ao	99
escolar	92
prático	85
relação	85
curso	83
jovem	81
compreender	78
história	75
também	73

Fonte: Dados da pesquisa.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir são apresentadas análises quantitativas de nosso estudo, mediante o exame do número de incidências dos autores e fontes mais citados, assim como as análises dos temas, instituições onde mais se pesquisa, e palavras-chave mais usadas sobre os resultados obtidos.

6.1 Evolução quantitativa

Analisando os 102 trabalhos encontrados nas fontes citadas, é possível responder ao item de um dos objetivos específicos deste estudo: a) realizar um levantamento das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação das IES federais em MG, deferidas nos anos de 1988-2021 nas áreas de Educação, que reflitam sobre o racismo. A relação completa dos trabalhos utilizados na pesquisa está contida no Apêndice A, após a lista de referências.

O objetivo b) “identificar por meio de um estudo bibliométrico quem são os autores e respectivas fontes mais citadas sobre a questão racial” também foi alcançado. Na Tabela 5 estão os 10 autores mais citados, dentre os quais destacaremos posteriormente, os três primeiros. A lista dos 100 mais citados está organizada por ordem de quantidade de citações, no Apêndice B.

Tabela 5 - Dez autores mais citados

Autores	Quantidade de citações
GOMES, Nilma Lino	336
MUNANGA, Kabangele	159
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e	123
FREIRE, Paulo	104
SANTOS, Boaventura de Sousa	104
BOURDIEU, Pierre	88
DAYRELL, Juarez Tarcisio	82
ROSEMBERG, Fúlvia	81
GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo	80
NOGUEIRA, Maria Alice	69

Fonte: Dados da pesquisa.

Nilma Lino Gomes, Pedagoga/UFMG, mestra em Educação/UFMG, doutora em Antropologia Social/USP e pós-doutora em Sociologia/Universidade de Coimbra e em Educação pela UFSCAR. Foi Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR - (2015) e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (2015-2016) do governo da presidenta Dilma Rousseff. Foi reitora Pró-Tempore da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2013-2014). Professora Titular Emérita da Faculdade de Educação da UFMG. Integra o corpo docente permanente da pós-graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social -FAE/UFMG. Foi Coordenadora Geral do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG (2002 a 2013). Dentre as premiações recebidas, destacam-se: o Prêmio Magda Soares de Pesquisa em Educação, pelo Núcleo de Assessoramento e Apoio à Pesquisa da FAE/UFMG (2020), o Prêmio Carolina Bori, Ciência & Mulher, pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), como vencedora da área das humanidades (2022)¹³.

Kabengele Munanga, brasileiro por naturalização desde 1985. Kabengele Munanga¹⁴ nasceu na República Democrática do Congo, onde se graduou em Antropologia Social e Cultural pela Universidade Oficial do Congo (1964-1969). Foi nessa Universidade que iniciou sua carreira acadêmica como Professor Assistente (1969-1975). É autor de mais de 150 publicações entre livros, capítulos de livros e artigos científicos. Recebeu vários prêmios e títulos honoríficos, entre os quais o Grau de Oficial da Ordem do Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, Palácio do Itamaraty (2013) e o Troféu raça negra 2012, pelo Afro-Brás e Faculdade Zumbi dos Palmares (2011). Foi um dos protagonistas intelectuais negros no debate nacional em defesa das cotas e políticas afirmativas. Em setembro de 2016, recebeu o título de cidadania baiana pela Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Foi professor visitante sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), por meio de uma bolsa da CAPES. Em 29 de junho de 2018, recebeu o Prêmio de Direitos Humanos USP/2017.

¹³Fragmento do texto elaborado pelo autor disponível (<http://lattes.cnpq.br/7444449891704854>) na Plataforma Lattes.

¹⁴Fragmento do texto elaborado pelo autor disponível (<http://lattes.cnpq.br/7127393102182978>) na Plataforma Lattes.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, é Professora Emérita ¹⁵da Universidade Federal de São Carlos. Em 21 de março de 2011 foi admitida, pela Presidenta da República Dilma Rousseff, na Ordem Nacional do Mérito, no Grau de Cavaleiro, em reconhecimento à sua contribuição à educação no Brasil. Por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nessa condição foi relatora do Parecer CNE/CP 3/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Foi professora visitante na University of South Africa (1996), na Universidad Autonoma del Estado de Morelo, in Cuernavaca, México (2003), na Stanford University, USA, (em 2008 e em 2015), na Universidade de Maputo, Moçambique, em 2019. De 2007 a 2011, foi coordenadora do Grupo Gestor do Programa de Ações Afirmativas da UFSCar.

As fontes mais citadas encontram-se apresentadas no Apendice C. Na Tabela 6, encontra-se a relação das 10 fontes mais citadas, com análise das três primeiras.

Tabela 6 - Relação das dez fontes as mais citadas

Obra	Quant.
Epistemologias do Sul	35
Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra	30
Superando o racismo na escola	30
Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil	26
Escritos de Educação	25
Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa	24
Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal	24
A Identidade Cultural na Pós-modernidade	24
Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão	23
Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.	23

Fonte: Dados da pesquisa.

Epistemologias do Sul, organizado por Boaventura de Sousa Santos e Maria de Paula Meneses, discute a colonialidade do saber e o pensamento abissal da epistemologia moderna. Para eles há uma hierarquia sobre as epistemologias que refletem um padrão no qual epistemologias (alternativas, insurgente, subalterna e de resistência), foram suprimidas com o processo de colonização. É considerado para

¹⁵Fragmento do texto elaborado pelo autor disponível (<http://lattes.cnpq.br/5770245673371690>) na Plataforma Lattes.

muitos estudiosos como um dossiê sobre a epistemologia do Sul, além dos próprios organizadores, também traz textos produzidos por grandes pensadores, como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Anibal Quijano, Ebrahim Moosa, Mogobe B. Ramose, Nelson Maldonado-Torres, entre outros, que fazem desse livro fundamental quando se propõe discutir temas de relevância social e que contemple populações silenciadas e subjugadas (PAIVA, 2015; SANTOS, ARAÚJO, BAUMGARTEN 2016).

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologias do Sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento económico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte) (SANTOS; MENESES, c2010, p [19])

Santos e Meneses (c2010, [p. 20]) defendem que a epistemologia ocidental, considerada por eles como a dominante, foi construída com base nas necessidades de dominação colonial e fundamenta-se na essência do que intitula por pensamento abissal. O pensamento abissal se realiza “pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis”, os que ficam de cá são reconhecidos e considerados significativos, e os que estão do outro lado da linha são considerados sem valor ou danosos, sofrendo apagamento ou supressão. Esse pensamento vigora atualmente, para além do fim do colonialismo político. Para combatê-lo, propõem uma iniciativa epistemológica embasada na ecologia dos saberes e na tradução intercultural.

Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Kabengele Munanga debate as desigualdades racial e social, suas origens e consequências para a formação do país. Resgata as doutrinas racistas que surgiram nos séculos XIX e XX, principalmente as europeias, que inspiraram as correntes filosóficas e sociológicas brasileiras. Ele se embasa em diversos teóricos do tema, algumas vezes separadamente e, em outros momentos, são entrelaçadas as ideias de uns com os outros, consolidando pontos fortes e demonstrando as contradições dessas doutrinas. Munanga embasa o racismo no Brasil, na África do Sul e nos Estados Unidos, traçando diferenças e indicando a forma como cada uma dessas práticas modificou a realidade social em seus contextos. Também apresentada a situação de ambiguidade racial do mestiço e os problemas advindos dela. Os

discursos multiculturalista e pluralista emergentes amparam e recolocam em debate os fundamentos da identidade nacional brasileira, impelindo pesquisadores da temática a rediscuti-los e a entender o motivo das minorias que constituem maiorias silenciadas não serem capazes de produzir identidades políticas genuinamente mobilizadoras. E essa discussão deve colocar no centro da análise a questão do ideal do branqueamento e do mito da democracia racial, que refletem ainda hoje no racismo camuflado que se apresenta no Brasil (MUNANGA, 2005).

Superando o racismo na escola, o livro foi elaborado por Kabengele Munanga, por meio das ações do "Programa Diversidade na Universidade", que objetiva a defesa da inclusão social e o combate à exclusão social, racial e étnica, por intermédio do fomento de subsídios para a construção de políticas públicas com esse intuito. Nesse sentido, aborda o racismo dentro da educação básica a fim de diminuir o preconceito, enfocando na característica fundamental da construção do Brasil mediante a miscigenação de etnias e culturas. Embasado nesse contexto, o MEC realizou a publicação da obra como forma de provocar uma discussão ampla entre professores e alunos, pois se percebeu que muitos não tiveram acesso à discussão sobre a temática envolvendo a diversidade racial ou não deram a devida importância para o tema, verificando-se, assim, a importância de promover os debates e quebrar paradigmas. O debate sobre a discriminação racial e sobre as maneiras de desconstrução do preconceito devem ser iniciados no ambiente escolar, por isso o livro se mostra importante, levando em consideração a inexistência desse diálogo nas escolas de Educação Básica (MUNANGA, 2005; LIMA, CARMO, SOUZA, FEITOSA, 2019).

O objetivo d) identificar as palavras-chave mais utilizadas nas teses e dissertações a respeito do tema proposto está atendido na Tabela 7, considerando aquelas que apareceram em, no mínimo, três comunicações. As palavras-chave foram atribuídas pelos autores das comunicações científicas sem a utilização de um vocabulário controlado que os auxiliassem, essa prática pode ocasionar variações terminológicas. Mesmo sabendo que esse problema poderia ocorrer, optou-se por intervir apenas quando havia termos compostos, utilizando *underline* para que a palavra-chave obedecesse ao proposto pelo autor da comunicação científica.

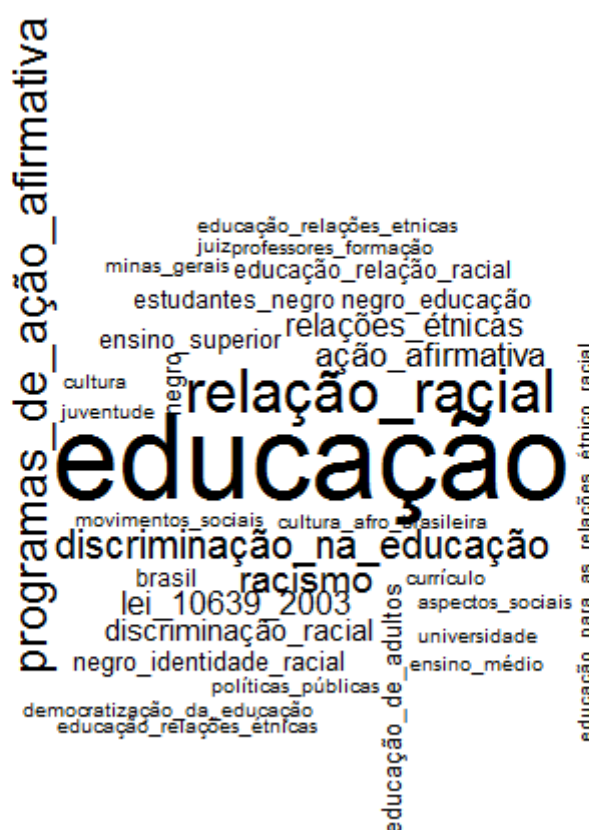
Tabela 7 - Palavras-chave mais utilizadas

Forma	Freq. 	Forma	Freq. 
educação	38	negro_educação	5
relação_racial	17	negro_identidade_racial	5
programas_de_ação_afirmativa	12	brasil	4
discriminação_na_educação	10	educação_relção_racial	4
racismo	9	estudantes_negro	4
ação_afirmativa	8	aspectos_sociais	3
lei_10639_2003	7	cultura	3
relações_étnicas	7	cultura_afro_brasileira	3
discriminação_racial	6	currículo	3
educação_de_adultos	5	democratização_da_educação	3
ensino_superior	5	educação_para_as_relções_étnico_racial	3
negro	5		

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir dos mesmos resultados, apresenta-se uma nuvem de palavras, na Figura 11.

Figura 11 - Nuvem de palavras construídas a partir das palavras-chave



Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio do *grafo*¹⁶ de similitude (Figura 12) das palavras-chave utilizadas, podemos perceber que há um único grande *cluster*¹⁷, com tema de maior importância, educação.

Cada comunidade possui uma cor em destaque, demonstrando as ligações entre os temas. Por exemplo, o *halo* que possui cor vermelha possui os termos programas de ação afirmativa, ensino superior, políticas públicas, demonstrando que possuem forte ligação entre eles. O *halo* azul escuro possui dois termos, educação relações-étnica e negro identidade racial; o *halo* com a escrita em alaranjada possui os termos ensino médio e movimentos sociais; o *halo* lilás possui os termos educação relações-raciais e educação relações-étnicas; o *halo* com a escrita em verde lima temos discriminação na educação, discriminação racial, estudante negro; o *halo* com

¹⁶ Estruturas que auxiliam a visualização gráfica do corpus permitem interpretar o conteúdo textual.

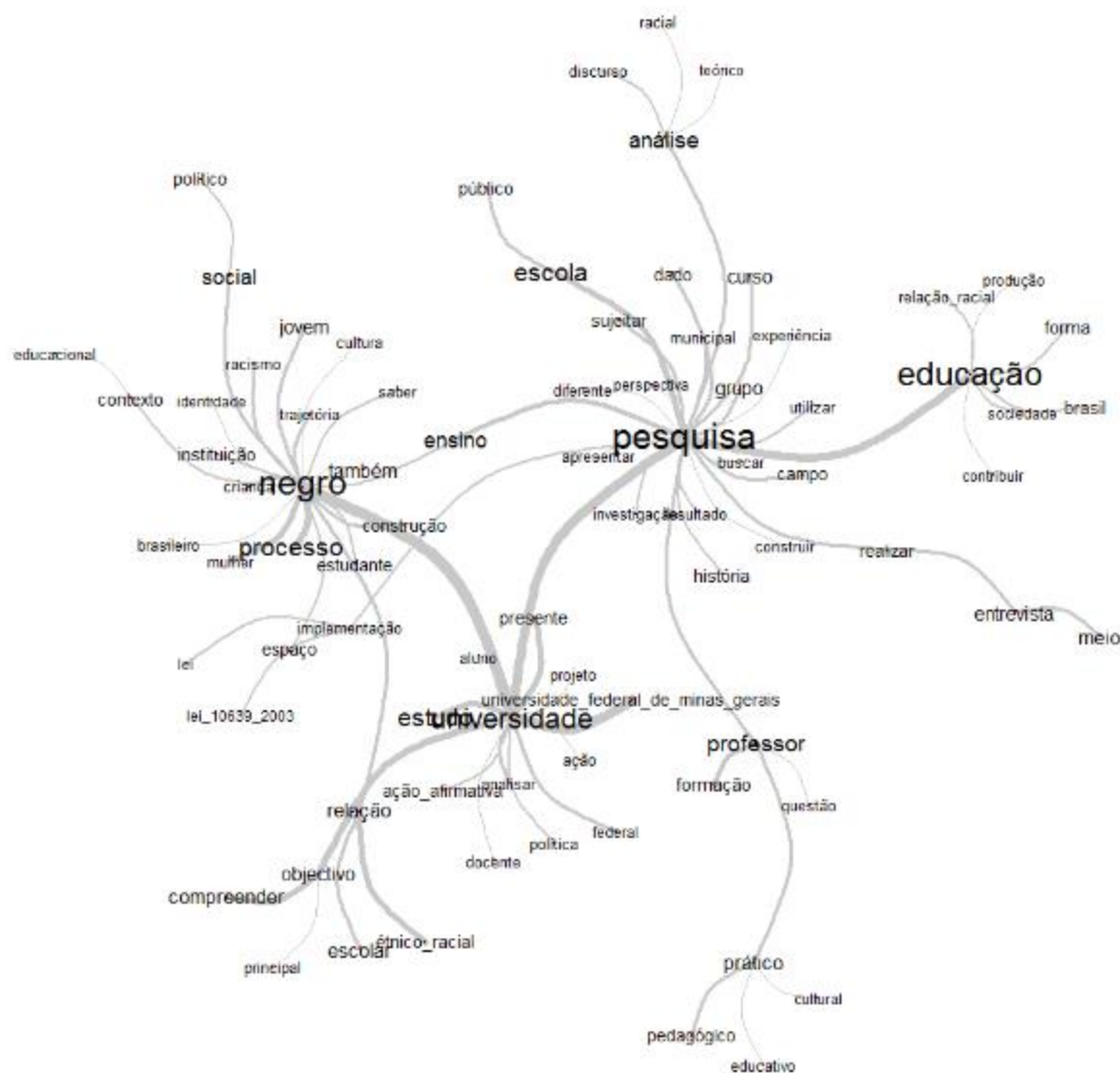
¹⁷ Análise de agrupamento, técnica usada para criar grupos onde existem semelhanças entre si e diferentes do que estão em outros grupos

a escrita em cor de rosa possui os temas relação racial, relações-étnicas, juiz¹⁸. Apesar de parecer semelhante com o *halo* azul escuro, percebemos que os termos parecem possuir significados diferentes, pois um enfoca a educação cidadã, e o outro parece ter um cunho diferente desse viés educativo. O *halo* verde fluorescente possui como termos a Lei n. 10.639/2003, ramificando-se em outros quatro temas que são educação para as relações étnico-raciais, Brasil, formação profissional, currículo. Constatamos, assim, que a implantação da lei impacta na educação para as relações raciais por meio da formação profissional, nas atualizações dos currículos educacionais brasileiros. No centro da imagem, em azul fluorescente, possuindo destaque, está o termo com maior incidência e do qual os demais temas ramificam: educação. Em seu entorno circundam os temas: racismo, universidade, ação-afirmativa, negro-educação, cultura, juventude, aspectos-sociais, educação de adultos, democratização da educação, negro e Minas Gerais, conforme Figura 12.

¹⁸ Aparentemente a palavra, durante o processamento, não foi reconhecida (como deveria) como parte do nome “Juiz de Fora”.

Título, resumo e palavras-chave, que possibilitaram a elaboração do resultado representado na Figura 13.

Figura 13 - Grafo de temas



Fonte: Dados da pesquisa.

Nesse *grafo*, podemos perceber quatro grandes *clusters* negro, universidade, pesquisas, educação.

No *Cluster* negro, temos como palavras que o compõem e que estão na mesma temática, que poderia dizer, em um contexto voltado para a incursão das políticas públicas na sociedade (processo, trajetória com ramificação para cultural, racismo, identidade, ensino, construção, estudante, político, social, contexto com ramificação para o educacional, e leis (Lei n. 10.639/2003).

Ligado por uma linha espessa, demonstrando uma ligação forte, está o *cluster* universidade, que podemos inferir ser onde as questões sociais referentes ao negro são projetadas, tratadas e ganho de projeção dentro do contexto educacional. Fazem parte desse cluster as palavras aluno, presente, projeto, ação afirmativa, relação, objetivo, compreender, docência, política.

No *cluster* pesquisa (*cluster* que possui árvore com maiores ramificações) interligando com os demais *clusters* (negro, universidade, educação), de suas ramificações, possuindo eixo envolvendo a formação do professor, e as palavras-chave são: prático, da qual derivam três temas: pedagógico, educativo, cultural. O que nos remete ao fato de que esses temas possuem um tripé que embasam a formação profissional da área da educação representado nas comunicações científicas que compõem o *corpus*¹⁹. Esse tripé formativo é composto por meio de práticas: pedagógica, educativas e culturais.

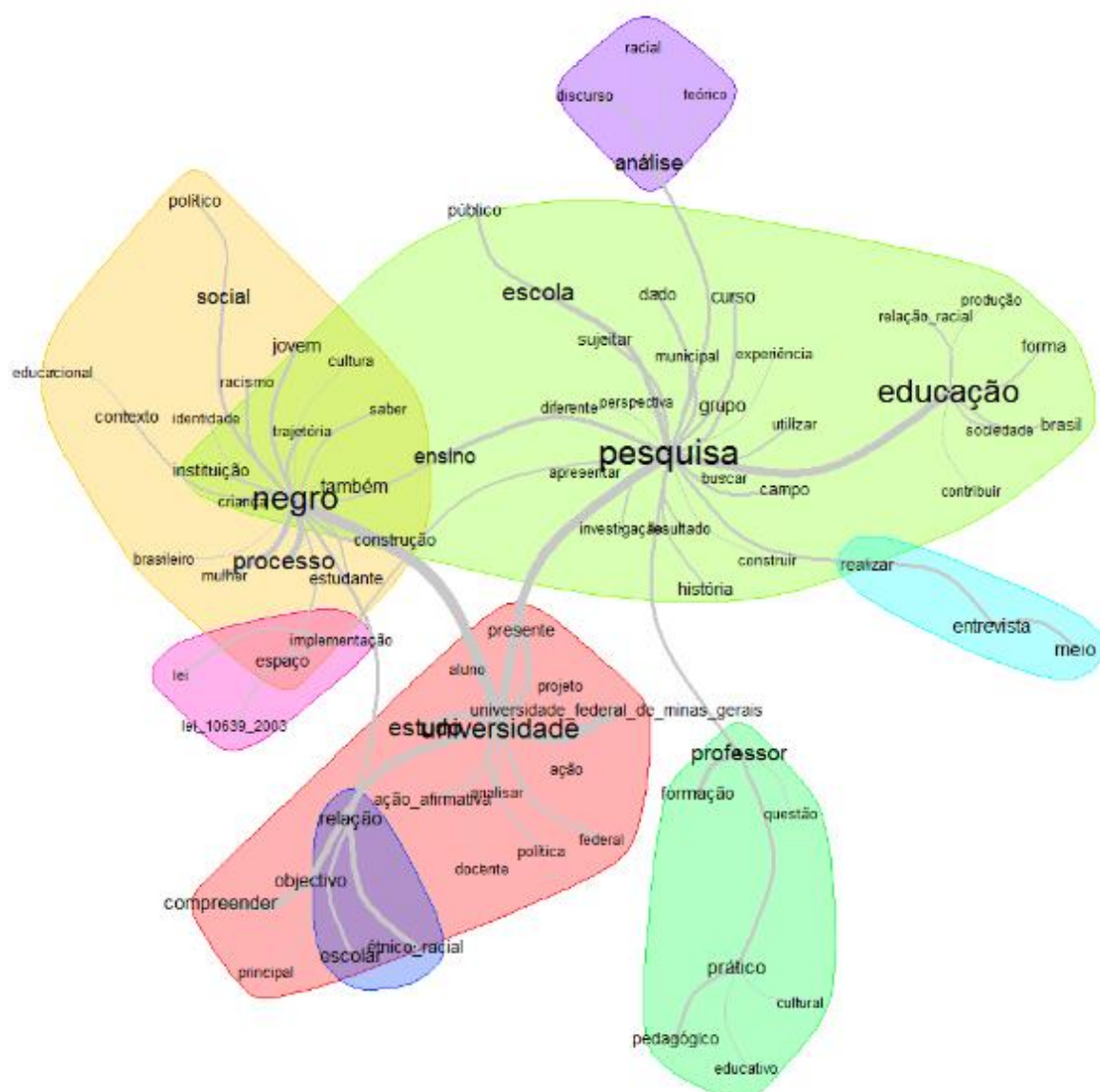
Temos alguns *subclusters* derivados do *cluster* pesquisa: *subcluster* contendo as informações metodológicas das pesquisas, formado pelos termos construir, realizar, entrevista, meio. Também há outro *subcluster* derivado do *cluster* pesquisa, envolvendo análise, discurso, histórica, racial. Há uma linha estreita de ligação entre os *clusters* pesquisa e negro ligados pelos termos: diferente, ensino. Mais próximo ao centro do *cluster*, temos as palavras: apresentar, perspectiva, grupo, diferente, história, construir, buscar, utilizar, mostrando que, apesar da ligação ser tênue, fazem parte do mesmo contexto pois estão no mesmo *halo*.

Ligado ao *cluster* pesquisa por uma linha espessa, está o *cluster* educação, que possui apenas cinco termos: contribuir, sociedade, brasil, forma, produção, relação racial. Quanto às relações conceituais entre os termos de um mesmo *cluster* nas comunicações científicas, somente uma análise qualitativa, fora do escopo dessa pesquisa, poderia apontar.

A Figura 14 possibilita conhecer as comunidades temáticas e as proximidades estabelecidas entre os temas por meio de cores distintas, possibilitando perceber as influências entre eles, também conhecidos como núcleos de conexão. Percebemos que algumas comunidades possuem intercessão, ou agrupamento com outras.

¹⁹ Conjunto de textos construídos pelo pesquisador e que forma o objeto de análise

Figura 14 - Grafo de comunidades temáticas



Fonte: Dados da pesquisa.

A comunidade apresentada pela cor verde engloba grande parte de três *clusters*, negro, pesquisa e educação, mesmo a representação temática expressa por meio das linhas serem finas, ou seja, a relação textual entre educação, pesquisa e negro possuírem uma relação menos forte que negro, universidade e pesquisa. Os temas abordados em negro, pesquisa e educação possuem maior sintonia, expresso na comunidade de cor verde, que é a maior comunidade do grafo.

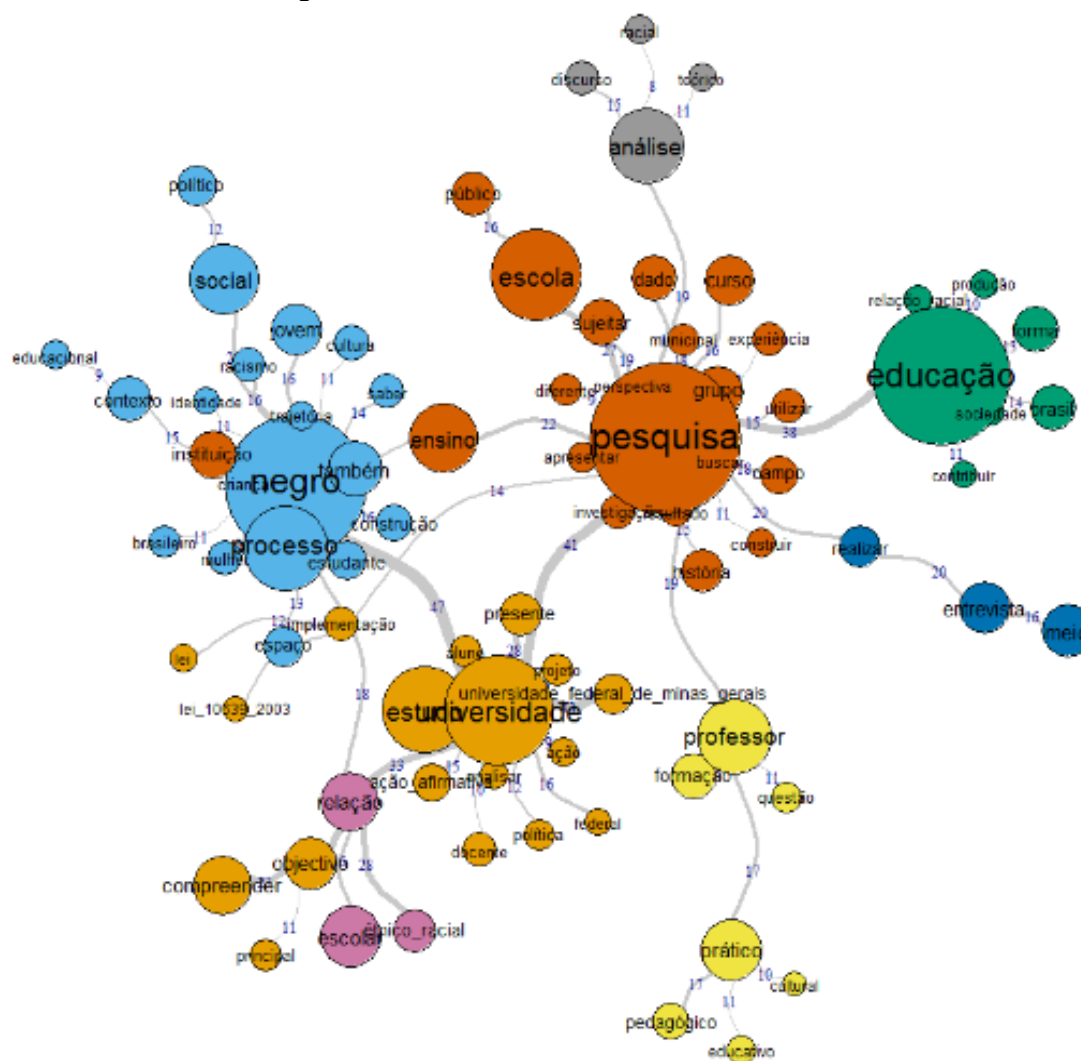
Os *subclusters* derivados do *cluster* pesquisa, que aparecem representados pelas comunidades de cores em lilás (palavra de maior ocorrência, análise), verde água (palavra de maior ocorrência, professor) e azul claro (palavra de maior

ocorrência, entrevista), possuem temas distintos entre si, contudo estão ligados ao mesmo cluster que possui como tema central a pesquisa.

A comunidade em rosa, contendo a palavra de maior ocorrência universidade, possui um *halo* advindo do *cluster* negro que interfere em suas relações compostas pelas palavras relação, objetivo, escola, étnico-racial, demonstrando que, mesmo possuindo suas origens em temas que envolvam o *cluster* negro, possuem relação com o *cluster* universidade impactando os dois *clusters* e as comunidades envolvidas. O mesmo ocorre com a comunidade em rosa choque (implementação, espaço, lei, Lei n.10.639/2003), que impacta nos *clusters* negro e universidade.

Na Figura 15, o grafo Análise de Similitude – Apresentação Fruchterman Reingold Escore Co-ocorrência, com escore nas bordas, apresenta, de forma conclusiva, a quantidade de textos onde as relações citadas anteriormente estão demonstradas.

Figura 15 - Grafo Análise de Similitude



Fonte: Dados da pesquisa.

Abordamos a seguir as IES tiveram mais comunicações científicas sobre o tema.

6.3 Instituições que mais acolhem o tema

A partir do processamento no *Iramuteq*, identificamos também quais as IES que possuíam mais comunicações científicas sobre o tema, caracterizando sua acolhida ao assunto, conforme Tabela 8 abaixo:

Tabela 8 - Universidades que mais pesquisam sobre o tema

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total por IES
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS															2		1			3
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS																		1		1
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA							2							1	1	1		1	2	8
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1	1			2	1	4	2	5	2		4	3		2	5	6	3	6	47
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO												1	1	3	3	3	5	3	2	21
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI											1			1	2	1				5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA						1		1		3					1		4		1	11
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA									2						1			1	1	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO																			1	1
Total por ano	1	1	0	0	2	1	7	2	6	4	4	5	4	5	12	10	16	9	13	102

Fonte: Dados da pesquisa.

A UFMG, possui 47 comunicações científicas, tendo iniciado o PPG em Educação no ano de 1973. É o curso com maior tradição no Estado. A UFOP possui 21 comunicações, sendo que o PPG em Educação foi fundado pela Capes em 2010 e a primeira turma teve matrícula em 2011. A UFU apresentou 11 comunicações, e seu PPG em Educação foi criado em 1988, sendo que o início das suas atividades regulares aconteceu em março de 1990. Percebemos que mesmo sendo mais recente o PPG da UFOP parece possuir grande vocação para a temática. Se considerarmos a longevidade dos PPG em Educação que produziram as comunicações científicas, não é surpresa ser a UFMG a que mais produções possui, porém é uma satisfação sabermos que há outras instituições que também estão produzindo sobre o assunto e com espaço para ampliação da temática.

Analisando quais são os professores que mais orientaram as comunicações científicas que são objeto desse estudo, temos a Tabela 9:

Tabela 9 - Professores que mais orientam

Forma	Freq. 
nilma_gomes	12
erisvaldo_santos	10
marcus_fonseca	6
rodrigo_jesus	5
luiz_gonçalves	4
écio_portes	3
ana_gomes	2
claudio_nogueira	2
isabel_frade	2
juarez_dayrell	2
leoncio_soares	2
marlice_nogueira	2
selva_guimarães	2
silvani_valentim	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Na ordem de maior incidência para a menor, temos: 1) Nilma Lino Gomes (UFMG); 2) Erisvaldo Pereira dos Santos (UFOP); 3) Marcus Vinícius Fonseca (UFOP); 4) Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG); 5) Luiz Alberto Oliveira Gonçalves (UFMG); 6) Écio Antônio Portes (UFSJ); 7) Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG); 8) Claudio Marques Martins Nogueira (UFMG) 9) Isabel Cristina Alves da Silva Frade (UFMG); 10) Juarez Tarcisio Dayrell (UFMG); 11) Leoncio Jose Gomes Soares (UFMG); 12) Marlice de Oliveira e Nogueira (UFOP); 13) Selva Guimarães (UFU) e 14) Silvani dos Santos Valentim (CEFET-MG).

Aqueles professores que tiveram apenas uma orientação não foram relacionados.

Quanto aos professores que mais participaram de bancas no *corpus* estudado, foi verificado um problema quanto à disponibilização das informações: 10 dos trabalhos analisados não possuem a indicação de quais foram os componentes das bancas, o que corresponde a cerca de 9,8% da amostra. Esses trabalhos aparecem na Tabela 10 na posição 2.

Tabela 10 - Professores que mais participaram de bancas

Forma	Freq. 
nilma_gomes	12
não_informado	10
shirley_miranda	7
rodrigo_jesus	6
vânia_alves	4
gerald_leao	3
ines_teixeira	3
josé_brito	3
luciano_silva	3
luiz_gonçalves	3
marcus_fonseca	3
marlice_nogueira	3
paulo_nogueira	3
ana_souza	2
aracy_evangelista	2
cristina_sacramento	2
cynthia_veiga	2
dyan_santos	2
gercina_novais	2
inês_teixeira	2
jose_brito	2
juarez_dayrell	2
kassandra_muniz	2
marcelo_oliveira	2
marco_torres	2
maria_costa	2
maria_gouvea	2
patricia_santana	2
rosa_coutrim	2
vanda_praxedes	2
wania_lacerda	2
yone_gonzaga	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Aqueles que participaram de apenas uma banca não se encontram na tabela.

Temos, assim, que a IES que teve, dentro do recorte temporal, mais comunicações científicas sobre o tema, foi a Universidade Federal de Minas Gerais, possuindo, também, em seu corpo docente, a professora que mais orientou trabalhos que compõem o corpus, e que mais participou de bancas. A mesma professora pesquisadora é também a autora mais citada nos trabalhos analisados.

A Prof^a Nilma Lino Gomes é, sem dúvida, uma inquestionável liderança intelectual e acadêmica e inspiração para profissionais da área, sendo inclusive tema de uma das dissertações que compõem o *corpus* “Intelectuais negras insurgentes: o protagonismo de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Nilma Lino Gomes”.

Finalizamos os resultados da pesquisa com suas palavras:

Quando o que escrevemos e produzimos é lido, compreendido, reinterpretado e ressignificado pelas leitoras e leitores é sinal de que o ciclo do processo educativo está em curso e seguindo um bom curso. E esse ciclo não para por aí. Para ser emancipatório e transformador ele deverá possibilitar outras leituras e ressignificações até que todas e todos nos sintamos autoras e autores coletivos de ideias e indagações fortes trazidas pela obra original e na produção de outras que as recriam e as inovam. Esse é o prazer sentido por mim pela oportunidade ímpar de ter participado desse processo coletivo (GOMES, 2022, não paginado)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do racismo perpassa toda a sociedade brasileira, incluindo as instituições de ensino, sendo os cursos para formação de profissionais que atuam na CI reflexo dessa sociedade. Essa demonstração está introjetada na maneira como a profissão se expressa dentro dos espaços de sua atuação; quando privilegia falas de um grupo em detrimento de outro; quando seleciona bibliografias que privilegiam conhecimento predominante, amordaçando vieses transversais nacionais e estrangeiras, que formaram a BCI, silenciando saberes daqueles que são tidos pelo *status quo* como marginais.

A sociedade como um todo, atores e instituições, estão de certa forma envolvidos no racismo por ser endêmico na sociedade global devido ao legado compartilhado e à continuidade do colonialismo e do imperialismo. O racismo e o antirracismo constituem jogos de poder, e é preciso exigir justiça para que haja uma concessão (reparação).

Podemos demonstrar que o racismo à brasileira, camuflado, travestido de sutileza, escamoteado foi fundido por meio do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento, que organizaram a maneira de operar e de subjugar esse estilo único de racismo, que diferencia ser o Brasil um país onde não havia discriminação, contudo, a discriminação realizada é muito diferente, pois aqui se tem “preconceito de ter preconceito”. O mito da democracia racial foi tão amplamente divulgado que somente após o Projeto Unesco, iniciado para reconhecer o Brasil como um paraíso de sociedade igualitária, viu-se verdadeiramente o racismo camuflado em sutilezas, desde então há uma busca por extirpar esse mal social, refletindo ainda hoje e sendo utilizado como desculpa para as violências praticadas contra a população negra.

Diferentemente dos EUA e da África do Sul, no Brasil se tem o racismo de marca, quando o que irá definir quais pessoas irão sofrer o preconceito é o fenótipo de cada indivíduo. Enquanto nos EUA e na África do Sul, existe o preconceito de origem quando uma gota de sangue negro é suficiente para ser considerado como negro.

Nesse contexto social de opressão e de negligência, são importantes ações promovidas por grupos, movimentos, que buscam demonstrar a face cruel do racismo, sendo o MN um dos movimentos sociais que mais sobressaíram quanto às lutas e

conquistas para a população negra. Desde o pós-abolição, os negros iniciaram movimentos a fim de garantir sua cultura e lutar por direitos. São exemplos desses movimentos, inicialmente as entidades descritas como os afoxés, maracatus, cordões, ranchos, blocos e escolas de samba, passando pela FNB, pelo TEN, pelo MN durante a ditadura, pelo ressurgimento com os movimentos sociais na redemocratização, que foram sementes para as conquistas sociais que os negros conseguiram mediante sua mobilização por meio de luta.

Pela ação do MN e de outros movimentos sociais foram possíveis as conquistas que se encontram na CF/88. Referente ao MN, a sua atuação também permitiu que o racismo fosse descrito com crime inafiançável, imprescritível. Por meio da criação da Lei Caó, foi possível tipificar o que na CF/88 ficou subentendido. Também mediante a atuação de MN foi possível a criação da Lei n. 10.639, ação afirmativa de tipo valorizativas, ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura da África e Afro-brasileira, em escolas públicas e privadas em todos os níveis de ensino. Também por meio das lutas do MN foi possível a elaboração e a criação do EIR, que permitiu mais duas leis tidas como de ação afirmativa, uma de inclusão de estudantes egressos de escolas públicas em IES públicas e a reserva de vagas em concursos públicos na quantidade de 20% para negros.

O estudo realizado possuiu conhecer quais são os pesquisadores brasileiros que tratam o racismo e que são mais citados pelas pesquisas em educação realizadas pelos PPGs das IES mantidas pelo Governo Federal em MG, que foi possível mediante um estudo cientométrico.

EMI em CI concentram-se em propriedades estatísticas e na descoberta de relações e princípios associados de objetos de informação, estruturas, e processos buscam descobrir regularidades e relações em suas distribuições e dinâmicas para observar regularidades preditivas e formular leis, e a cientometria, um dos possíveis estudo de EMI, permite medir o crescimento científico, os fluxos informacionais e a difusão do conhecimento. Propomo-nos a analisar quais autores mais citados, e para análise de temas utilizamos o software *Iramuteq*. Para que fosse possível eclodir esse conhecimento, utilizamos a análise de citações, que é um método de investigação quantitativo usado a fim de dar visibilidade e mostrar o impacto de autores dentro da comunidade científica.

A base escolhida para a pesquisa a ser realizada foi o CTD da CAPES, que reúne os documentos das pós-graduação defendidos no Brasil. A CAPES é a grande financiadora da pós-graduação em todo o país. Também utilizamos os RIs das universidades onde as pesquisas foram realizadas para termos acesso à comunicação científica na íntegra.

Para que fosse possível realizar esse projeto, foi necessário um levantamento das teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em educação das IES federais em MG, defendidas nos anos de 1988-2021 na área da Educação que reflitam sobre o racismo. Percebemos que o tema está em ascensão, principalmente a nível de mestrado. Selecionamos 102 comunicações científicas, contidos no Apêndice A.

De acordo com os resultados, os autores mais citados nas teses e dissertações estudadas são: GOMES, Nilma Lino (336); MUNANGA, Kabangele (159); SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e (123); FREIRE, Paulo (104); SANTOS, Boaventura de Sousa (104); BOURDIEU, Pierre (88); DAYRELL, Juarez Tarcisio (82); ROSEMBERG, Fúlvia (81); GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo (80); NOGUEIRA, Maria Alice (69).

As fontes mais citadas foram: Epistemologias do Sul (35); Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra (30); Superando o racismo na escola (30); Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil (26); Escritos de Educação (25); Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa (24); Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (24); A Identidade Cultural na Pós-modernidade (24); Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão (23); Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social (23).

Em virtude dessa definição, sendo a área da educação como campo de nosso estudo, partimos para a investigação dos temas abordados dentro dessa área. Assim, apoiamo-nos nas análises dos grafos elaboradas por meio do software *Iramuteq* quanto aos temas levantados, utilizando como base os textos contidos em Título, resumo e palavras-chave. Percebemos por meio do dendrograma construído pelo *Iramuteq* a existência de quatro grandes *clusters* (negro, universidade, pesquisas, educação). Mediante o dendrograma de comunidades, foi possível constatar as influências entre eles.

As palavras-chave de maior incidência foram; educação (38); relação racial (17); programas de ação afirmativa (12); discriminação na educação (10); racismo (9); ação afirmativa (8); Lei n. 10.639/2003 (7); relações étnicas (7); discriminação racial (6); educação de adultos (5). Percebemos também que a universidade que possui mais trabalhos na área é a UFMG, que possui em seu corpo docente a autora mais citada, ela também foi a professora/pesquisadora que mais orientou trabalhos e mais participou de bancas sobre o racismo.

No entanto a pesquisa possui seus limites, e, assim, podemos sugerir, como trabalhos futuros, a abordagem da questão de quais autores dentro da CI estão mais alinhados ao tema e quais as universidades possuem mais trabalhos publicados sobre o racismo dentro da CI. Também é possível realizar um estudo qualitativo por meio da leitura dos resumos, palavras-chave e títulos, para verificar as análises conceituais entre os trabalhos produzidos pelas IES mineiras em educação. Também para a possibilidade de uma pesquisa mais aberta e com foco mais qualitativo, poderia ser analisado se os estudantes que entraram por meio de cotas raciais receberam algum tipo de incentivo para a sua permanência na universidade. Outra possibilidade de novas pesquisas quantitativas seria quando a designação de autores primários, secundários e terciários se mudaria a colocação dos autores mais citados. Podem ser pesquisados quanto às fontes citadas se os trabalhos foram embasados mais em artigo, livros, capítulo de livro, teses, dissertações, materiais audiovisuais, e quais idiomas foram predominantemente usados nessas produções.

Podemos inferir que esta investigação contribui para a ampliação do tema racismo na Ciência da Informação ao robustecer as análises de temas transversais dentro da área, também por articular dois temas importantes para a CI, como a comunicação científica e a aplicação dos estudos métricos para analisar uma área do conhecimento, no caso a educação. A comunicação científica é um campo de estudo da CI que permite conhecer o desenvolvimento de uma determinada área do conhecimento, utilizando nesse intuito das técnicas métricas, que foram usadas nessa pesquisa. Foi possível conhecer quais os autores e fontes que são mais influentes para as pesquisas que envolvem o racismo dentro da área de educação. Espera-se que, por meio desse resultado, seja possível aos pesquisadores ganhar tempo em suas pesquisas, indo mais rapidamente aos autores e fontes que possuem maior relevância, seja para a área da educação, mas também áreas como sociologia que

possuem essa transversalidade. Por fim, espera-se que ainda que possa contribuir para o planejamento de futuras pesquisas na área da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; CLINIO, Anne Clinio; RAYCHTOCK, Sabryna. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 434-450, nov. 2014.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. 203 p. (Feminismos plurais). ISBN 9788595300972.

ALVARADO-URBIZAGASTEGUI, Ruben. Análises das fontes de informação bibliográficas citadas no periódico "Pesquisa Agropecuária Brasileira". **Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [S. L.], v. 3, n. 1, 1984.

ALVARADO-URBIZAGASTEGUI, Ruben. La bibliometria brasilera y sus actores, 1973-2018. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-31, 2020. Disponível em: DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57327. Acesso em: 14 jul. 2022.

ALVARENGA, Lidia. **A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil:** estudo bibliométrico dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos -1944-74. 1996. 262 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN 9788522458561. 158 p.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. A ciência da informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, p. 9–16, set. 2007.

ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas, Revista de Ciências Sociais**, 2016, v. 16, n. 2, Apr./Jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/phBRYZwBddvtmSTckc3ZVTB/?lang=pt> Acesso em: 27 mar. 2023.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

ARAÚJO, Leonor Franco de. Uma lei e um plano para inclusão ações afirmativas na história da população negra no Brasil: Lei nº 10639/2003 e o plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. In: SILVA, Maria Saraiva da; BIÉ, Estanislau Ferreira; CUNHA JUNIOR, Henrique (org.). **O fazer da educação nos aspectos da Lei nº 10.639/2003:** caminhos percorridos pelo currículo da formação docente à sala de aula com o desempenho discente vencendo racismos e preconceitos. Fortaleza: Inesp, 2018. 214 p. (Fazer Educativo; v. 16)

ÁVILA, Thaís Coelho. Racismo e injúria racial no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, v. 42, n. 2, 2014. DOI: 10.14393/RFADIR-v42n2a2014-6. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistafadir/article/view/26266>. Acesso em: 21 abr. 2023.

BARBOSA, Fábio Feliciano. O caso Simone A. Diniz: a falta de acesso à justiça para as vítimas dos crimes raciais da Lei Caó. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, v. 15, n. 22, 2011. DOI: 10.22171/rej.v15i22.392. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/article/view/392>. Acesso em: 24 abr. 2023.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude e poder: a questão das cotas para negros. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. p. 165-177. ISBN 987-85-6073-10-7.

BIBLIOTECA Nacional. **Catálogo de autoridades**. Rio de Janeiro: BN, 2022.

BLACK, Kimberly. Justiça social e biblioteconomia e ciência da informação antirracista. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. esp., 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/197217>. Acesso em: 08 out. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Do parecer que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Parecer CNE/CP nº 3/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_003.pdf?query=etnico%20racial. Acesso em: 25 mar. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192. Acesso em: 25 abr. 2023

BRASIL. [(Constituição 1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF.. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº. 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.443, de 21 de março de 2023.** Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11443.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018.** Reserva aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9427.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. **Lei n. 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716compilado.htm. Acesso em: 24 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cursos e instituições.** [S.L]: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g/cursos-e-instituicoes>. Acesso em: 05 maio 2022.

BRASIL. Portaria Normativa MEC n. 13, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. (47), 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-normativa-mec-013-2016-05-11.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. **Prouni.** Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 9–25, maio 2005.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ.** [Florianópolis]: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 07 fev. 2023.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais. *In*: SAYÃO, Luis Fernando; TOUTAIN, Lúcia Brandão; ROSA, Flavia Garcia; MARCONDES, Carlos Henrique. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 55-82. ISBN 9788523206550.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960

CARVALHO NETTO, Menelick de; FERREIRA, Gianmarco Loures. O Supremo Tribunal Federal e as Ações Afirmativas: cotas raciais para a educação superior. *In*: ÁVILA, Thiago André Pierobom de (coord.). **Acusações de racismo na capital da república**: obra comemorativa dos 10 anos do Núcleo de Enfrentamento à Discriminação do MPDFT. Brasília: MPDFT, Procuradoria Geral de Justiça, 2017. p. 265- 302.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. Bibliotecas universitárias brasileiras e a implantação de repositórios institucionais. **Reviu –Revista Informação & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 29-38, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://reviu.febab.org.br/index.php/reviu/article/view/6/4>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CASSETTARI, Rafael Roeck Borges; PINTO, Adilson Luiz; RODRIGUES, Rosângela Schwarz; SANTOS, Letícia Silvana dos. Comparação da Lei de Zipf em conteúdos textuais e discursos orais. **Profesional de la información**, v. 24, n. 2, p. 157–167, 2015. DOI: 10.3145/epi.2015.mar.09. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2015.mar.09>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CIENTOMETRIA. *In*: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CIENTOMETRIA. *In*: SPINAK, Ernesto. **Diccionario enciclopédico de bibliometria, cienciometría e informetría**. Caracas: UNESCO, 1996.

CITAÇÃO. *In*: CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451 p. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 30 abr. 2022.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Universidade atual e comunidade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 35, nov. 1980. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n35/n35a05.pdf>. Acesso em 24 abr. 2022.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho de citação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. 176 p. ISBN: 8585266112.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **História e missão**. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 26 abr. 2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Plataforma Sucupira**. Brasília: CAPES, 2021. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

COSTA, Fernanda Carla da Silva; MELO, Daniela Alvez de. Racismo é (só) falta de Informação?: caminhos entre informação e desinformação. **Folha de Rosto**, v. 7, n. 1, p. 177-194, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/669/531>. Acesso em: 02 out. 2022.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David; SILVA, Dirceu da. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021. 234 p. ISBN 9786581334185.

CURTY, Renata Gonçalves; DELBIANCO, Natalia Rodrigues. As diferentes metrias dos estudos métricos da informação: evolução epistemológica, inter-relações e representações. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-21, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e74593>. Acesso: 25 set. 2022. ISSN 1518-2924.

DOMINGUES, Petrônio José. Os descendentes de africanos vão à luta em terra brasilis. Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro Experimental do Negro (1944-68). **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 33, n. 1, 2006. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2288>. Acesso em: 21 mar. 2023.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Vitória, ES, n. 21, 2008. 102-122 p. ISSN: 2179-8869. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2485>. Acesso em: 23 mar. 2023.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia científica: ensino e pesquisa em odontologia**. São Paulo: Artes Médicas, 2001. 483 p. ISBN: 8574040460.

FACCIO, Lucas Gigardello. Cotas raciais em concursos públicos federais: análise do acórdão da Ação Declaratória de Constitucionalidade 41 do Distrito Federal. **(Re)pensando Direito: Revista do Curso de Graduação em Direito da Faculdade CNEC**, Santo Ângelo, v. 9, n. 18, jul./dez. 2019. p. 62-79. ISSN: 2447-3464. Disponível em: <http://local.cneccsan.edu.br/revista/index.php/direito/index>. Acesso em: 27 ab. 2023.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983. 190 p. (Coleção outra gente; 1).

FERNANDES, Florestan. Prefácio. In: CARDOSO, Fernando Henrique e IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/obras/cor-e-mobilidade-social-em-florianopolis/preambulo/10/texto>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FERREIRA, Ricardo Frankllin; CAMARGO, Amilton Carlos. As relações cotidianas e a construção da identidade negra. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, 2011. Volume 31, número 2, p. 374-389. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000200013. Acesso em: 29 dez. 2021.

GARCIA, Lenise Aparecida Martins. **Transversalidade e Interdisciplinaridade**. Print, 2007. Disponível em: <http://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Artigos%20Diversos/garcia-transversalidade-print.pdf>. Acesso em: 05 maio 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf?sequ>. Acesso em: 07 jan. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597012934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificado e politizando a raça. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GOMES, Nilma Lino. A universidade pública como direito dos(as) jovens negros(as): a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. ISBN 987-85-6073-10-7. p. [245]-[262].

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/202875/epub/0?code=M1l0cThQ>

mKxaKqtu8MG5+EoMYVLnsRokmhWMTEGndND+BWfsHhLOHryaWadFT2K9klb5e w0HLABV8LdKvL3jqw==. Acesso em: 22 mar. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: releituras, encontros e trocas de saberes. *In*: GOMES, Nilma Lino. Saberes das lutas do movimento negro. Petrópolis: Vozes, 2022. ISBN 9786557137284.

GOMES, Nilma Lino; RODRIGUES, Tatiane Consentino. Resistência democrática: a questão racial e a Constituição Federal de 1988. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 145, p. 928–945, out. 2018.

GONZALEZ, Lélia; HANSENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. 115 p.

GUEDES, Vânia Lisbôa da Silveira. A bibliometria e a gestão da informação e do conhecimento científico e tecnológico: uma revisão da literatura. **Ponto de Acesso**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 74–109, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/5695>. Acesso em: 24 set. 2022.

GUEDES, Vânia Lisbôa da Silveira; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. *In*: CINFORM, 6., 2005, Salvador, BA. **Anais** [...]. Salvador/BA: UFBA, Instituto de Ciência da Informação, 2005.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 247–268, 2003. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/535>. Acesso em: 13 abr. 2023.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. 2. ed. rev. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2005. 254 p. ISBN 85-7326-139-0.

HANSENBALG, Carlos Alfredo. Raça, classe e mobilidade. *In*: GONZALEZ, Lélia; HANSENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. 115 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **CENSO 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

INHOTIM. **Terceiro Ato**: sortilégio. [Exposição]. Brumadinho: Inhotim, 2023. Disponível em: <https://www.inhotim.org.br/eventos/terceiro-ato-sortilegio/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: IPEA, 2002. 152 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9164/1/Desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?** 2011. 277 f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-92QPQK>. Acesso em: 23 mar. 2023.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 124 p. ISBN 8585637234

LIMA FILHO, Osmar de Miranda. **A efetividade das cotas raciais em concursos públicos federais**. 2018. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Faculdade de Direito, Marabá, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unifesspa.edu.br/handle/123456789/506>. Acesso em: 27 abr. 2023

LIMA, Alexandre de Araújo; CARMO, Kaliny Custódio do; SOUZA, Maria Claudiane Cunchade; FEITOSA, Shayra Luany de Souza. Superando o racismo na escola. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, v. 2, n. 2, p. 106–115, 2019.

LITERAFRO. **Lélia Gonzalez**. Belo Horizonte: UFMG; Letras, 2023. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/literafro/arquivos/ensaistas/Lelia_Gonzalez_DB.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023.

MACHADO, Raimundo N.; RODRIGUES, Kátia de Oliveira; BARROS, Susane Santos (orgs.) **Diálogos sobre bibliometria e cientometria**. Salvador: Edufba, 2021. 202 p. ISBN: 9786556301242.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/rz3RTKWZpCxVB865BQRvtmh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. São Paulo, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, out. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300009>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando; TOUTAIN, Lídia Brandão; ROSA, Flavia Garcia; MARCONDES, Carlos Henrique. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. 365 p. ISBN 9788523206550.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. E-book. ISBN: 9788597026610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>. Acesso em: 06 jan. 2023.

MARTINS, Ana Amélia Lage. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação:** uma análise a partir da marcha das vadias. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-A8SGYA/1/tese_ana_amelia.pdf. Acesso em: 02 out. 2022.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Racismo e imprensa: argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. *In*: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. p. 179-206. ISBN: 987-85-6073-10-7.

MARTINS, Débora de Abreu Moreira dos Santos; MOTTA, Maria Carolina Carvalho. Políticas públicas no Brasil e o lugar do sujeito: lei, justiça e representações sociais no acesso à educação superior brasileira e nas estratégias efetivas de permanência. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 22-43, jan./jun. 2019. e-ISSN: 2525-9881.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2019. ISBN 9788597008814. 187 p. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597008821/>. Acesso em: 07 jan. 2023.

MIRANDA, Izabel Antonina de Araújo; MOURA, Maria Aparecida. Acesso aberto e gestão colaborativa de repositórios institucionais: a experiência da UFMG. **Bibliocanto**, Natal, v. 3, n. 2, n. 2, p. 37-50, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/41115>. Acesso em: 16 jan. 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994. 249 p.

MOURA, Maria Aparecida. Racismo estrutural, epistemologia da ignorância e a produtividade do discurso colonial: impactos na manutenção do acervo bibliográfico da fundação cultural palmares. **Liinc em revista**, v. 17, 2021. Disponível em: DOI: 10.18617/liinc.v17i2.5789 Acesso em: 10 out. 2022.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204 p.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 150 p. (Coleção cultura e identidade brasileira). ISBN 8575261274 (broch.).

MUNANGA, Kabengele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (org.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: Editora Edusp, 1996, p. 212-229.

NOGUEIRA, Iara Sescon; LABEGALINI, Célia Maria Gomes; BALDISSERA, Vanessa Denardi Antoniassi. Planejamento local de saúde: atenção ao idoso versus Educação Permanente em Saúde. **Acta paulista de Enfermagem**, São Paulo, n. 31, v. 5., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201800076>. Acesso em: 4 fev. 2023.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco**: estudos de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. 133 p.

OLIVEIRA, Adriana Aparecida de. Pré-registro de teses e dissertações no Repositório Institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora: uma alusão aos preprints. **Ciência da Informação**, v. 48, n. 3, 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4988>. Acesso em: 17 jan. 2023.

OLIVEIRA, Cleuza Maria de. **A implementação da Lei 10.639/2003 em projetos multidisciplinares**: um estudo de caso na Escola Estadual Profa. Maria Coutinho (Contagem-MG). 149 f. 2021. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Tradução de Taiguara Villela Aldabalde, Letícia Alves, Virginia Arana, Silvana Arduini, Cristian Brayner, Marcilio de Brito, Magno Evangelista, Maria Yêda de Filgueira Gomes, Guillaume Achilles Clair Marie Isnard Filho, Nair Kobashi, Ana Regina Luz Lacerda, Antonio Agenor Briquet de Lemos, Ercília Mendonça, José Antonio Pereira do Nascimento, Martha Suzana Nunes, Regina Obata, Edmir Perrotti, Ivete Pieruccini, Alice Araújo Marques de Sá, Camila Silva, Max Evangelista da Silva, Johanna Wilhelmina Smit, Rosemeri Bernieri de Souza, Maria Carolina de Deus Vieira. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018. 742 p. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

PACE, Ângela Ferreira. Cotas com viés étnico-racial: percurso legislativo e questões de fundo. **Repecult: Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura**, v. 6 n. 10, 2022. DOI: <https://doi.org/10.29327/222332.6.10-5>.

PAIVA, Marília Luana Pinheiro de. Um Olhar sobre “Epistemologias do Sul” de Boaventura de Sousa Santos. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, v. 18, n. 1, p. 199-205, 2015. DOI: 10.25061/2527-2675/ReBraM/2015.v18i1.349. Disponível em: <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/349>. Acesso em: 11 maio. 2023.

PEREIRA, Amílcar A. O movimento negro brasileiro e a Lei n. 10639/2003: da criação aos desafios para a implementação. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p. 13-30, jan./abr. 2017.

PINHEIRO, Leda Vania Ribeiro. Marcos históricos e avanços das metrias da informação e comunicação: da bibliometria às altimetrias. *In*: MACHADO, Raymundo das Neves; RODRIGUES, Kátia de Oliveira; BARROS, Susane Santos (org.).

Diálogos sobre bibliometria e cientometria. Salvador: Edufba, 2021. p. 15-36. ISBN: 9786556301242.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. *In*: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. ISBN 987-85-6073-10-7. p. 35-45

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminalização do racismo entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social**. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Direito - Pontifícia Universidade Católica – Rio, Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/11122018_202109.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

PRADO, Marcos Aparecido Rodrigues; NOGUEIRA, Eurides Costa Tavares. Da bibliometria à altmetria: primeiras aproximações. *In*: GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini *et al* (orgs.). **Tópicos da bibliometria para bibliotecas universitárias**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultural Acadêmica, 2020.

PRITCHARD, Alan. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349, 1969. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236031787_Statistical_Bibliography_or_Bibliometrics. Acesso em: 16 maio 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, 2005. pp.227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>. Acesso em: Acesso em 16 maio 2022.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. 290 p. (Terceira Margem).

RODRIGUES, Pollyanna Salles; PEREIRA, Éverton Luís. A percepção das pessoas com deficiência sobre o trabalho e a Lei de Cotas: uma revisão da literatura. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. Physis, 2021 31(1), p. e310114, 2021.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. **Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990**. 114f. 2005. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

ROSAS, Fabio Sampaio; ALMEIDA, Catia Candida de; SILVA, Deise Deolindo. Indicadores de citação. *In*: GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini *et al* (orgs.). **Tópicos da**

bibliometria para bibliotecas universitárias. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultural Acadêmica, 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ação afirmativa na pós-graduação: o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação. **Textos FCC**, São Paulo, v. 36, p. 104, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/textosfcc/article/view/2454>. Acesso em: 12 maio. 2023.

SALVATI, Maria Elisabeth. **Manual do Aplicativo Iramuteq**: versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3. Planaltina: [s. n.], 2017.

SANTOS, Adilson Pereira dos. **Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras.** 2018. 222 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AWKLUJ>. Acesso em: 19 de set. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, v. 18, n. 43, p. 14–23, set. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria de Paula (org.). **Epistemologias do sul.** Perdizes- SP: Cortez, c2010.

SANTOS, Gabriel Nardes dos; NOGUEIRA, Gean César dos Santos; SANTOS, Lucimara dos; MARQUES, Tatyane Gomes. Políticas de cotas na universidade do Estado da Bahia (UNEB): apontamentos das pesquisas. *In*: **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 8, n. 8, 2021. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/9541/9350>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a crise brasileira. **Política e Administração**, v. 2, jul./set. de 1985, p. 287-307. Disponível em: <http://joelrufinodossantos.com.br/paginas/artigos/o-movimento-negro-e-a-crise-brasileira.asp>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Ensaio Geral**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119278>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. ISBN 987-85-6073-10-7. 394 p.

SANTOS, Sales Augusto dos. **O sistema de cotas para negros da UNB.** Jundiaí/SP, Paco Editorial, 2015. 420 p.

SANTOS, Sales Augusto dos. Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial: lócus de constrangimento ou de controle social de uma política pública?. **O Social em Questão**, v. 24, n. 50, p. 11-62, 2021.

SANTOS, Sales Augusto dos. Alteridade e políticas de ações afirmativas na formação de professores. *In*: JORNADA DO GRUPO DE PESQUISA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E ALTERIDADE, 3., 2023, Mariana-MG. Conferencia [...] Mariana-MG: UFOP, 2023.

SANTOS, Tiago Vinicius André dos. **Racismo institucional e violação de direitos humanos no sistema da segurança pública**: um estudo a partir do Estatuto da Igualdade Racial. 2012. Dissertação (Mestrado em Diretos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Doi:10.11606/D.2.2012.tde-16052013-133222. Acesso em: 2023-04-25.

SARACEVIC, Tefko. Information science. *In*: BATES, Marcia J.; MAACK, Mary Niles (ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Taylor & Francis, 2009. Disponível em: <https://tefkos.comminfo.rutgers.edu/SaracevicInformationScienceELIS2009.pdf>. Acesso em: 21 maio 2022.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva; PIZARRO, Daniella Camara. A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina, PR. **Anais** [...]. Londrina/PR: UEPR, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1013/1670. Acesso em: 30 set. 2022.

SILVA, Guilherme Oliveira da. **História do movimento negro no Brasil**: movimento negro do Brasil no pós-abolição. São Caetano do Sul: Instituto Conhecimento Liberta, 2022. 56 p. v. 2 ISBN 978-65-997653-5-3.

SILVA, José Aparecido da; BIANCHI, Maria de Lourdes Pires. Cientometria: a métrica da ciência. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 21, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2001000200002>. Acesso em: 24 set. 2022.

SILVA, Rubens Alves; PAULA, Lorena Tavares de; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Projeto observatório do racismo e da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20 ENANCIB, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1289/762>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SILVA, Simone Batista. De racistas compulsórios a antirracistas: contribuições possíveis para mudanças urgentes. **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 20, p. 34-56, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/61166/39456>. Acesso em: 24 abr. 2022.

SMALL, Henry G. Structural dynamics of scientific literature. **International Classification**, Frankfurt, v. 3, a 2, p. 67-74, 1976. Disponível em: https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ic_3_1976_2_c.pdf. Acesso em: 27 maio 2022.

SOUZA, Jesse José Freire. **Como o racismo criou o Brasil** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. ISBN 9786557330111. [303 p.]

SPINAK, Ernesto. **Dicionário enciclopédico de bibliometria, cienciometria e informetria**. Caracas: UNESCO, 1996.

SUSSAKI, Romeu Kazumi. **Glossários**: terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/glossarios/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao>. Acesso em: 23 jun. 2023.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Análise das informações étnicorraciais a partir dos estudos métricos da biblioteconomia: um olhar cienciométrico. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 18, n. 1, p. 814-828, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/73595>. Acesso em: 14 jul. 2022.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sonia. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, v. 9, n. 2, p. 295-307, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11712>. Acesso em: 23 maio 2022.

VENTURINI, Ana Carolina. Políticas de inclusão na pós-graduação: os bastidores e o histórico da edição da portaria normativa 13/2016. **Novos estudos CEBRAP**, v. 40, n. 2, p. 261-279, maio 2021.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2007. ISBN 987-85-6073-10-7. p. [307]-334.

WERNECK, Jurema (org.). **Racismo institucional**: uma abordagem conceitual. [Rio de Janeiro: Geledés, 2013]. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022

**APENDICE A – LEVANTAMENTO DAS TESES E DISSERTAÇÕES EM
EDUCAÇÃO DAS IES MINEIRAS CONTIDAS NO CTD DA CAPES SOBRE
QUESTÃO RACIAL**

	COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS RETORNADAS PELO CTD	UNIVERSIDA DE	ANO	Objeto desse estudo
1	AMBROSIO, MARIA DAS MERCES BONFIM. A PEDAGOGIA DO ROSARIO - CONTEUDO EDUCATIVO DA FESTA (ESTUDO DO POTENCIAL PEDAGOGICO CONTIDO NA FESTA DENa. Sra. DO ROSARIO). 01/03/1989 220 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: undefined	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1989	Não permite edição
2	SILVA, CONSUELO DORES. A CONSTRUCAO DA IDENTIDADE NO PROCESO EDUCATIVO: UM ESTUDO DA AUTO-REPRESENTACAO DOS ALUNOS NEGROS NO UNIVERSO DA ESCOLA PUBLICA 01/08/1993 280 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: undefined	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1993	Não permite edição
3	FERREIRA, FÁTIMA CONCEIÇÃO. PAIXÃO E CONFLITO: um estudo sobre o aluno trabalhador de quinta série noturna 01/03/1997 205 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	1997	Não permite edição
4	SANTOS, ERISVALDO PEREIRA DOS. RELIGIOSIDADE, IDENTIDADE NEGRA E EDUCAÇÃO: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DE ADOLESCENTES DOS ARTUROS 01/11/1997 207 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: FAE; INEP-MEC; BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA-UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1997	Não permite edição
5	RIBEIRO, CRISTIANE MARIA. ANTI-RACISMO E EDUCAÇÃO: O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS LIDERANÇAS NEGRAS DE UBERLÂNDIA. 01/06/2000 163 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2000	Não permite edição
6	RIBEIRO, CRISTIANE MARIA. ANTI-RACISMO E EDUCAÇÃO: O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS LIDERANÇAS NEGRAS DE UBERLÂNDIA. 01/06/2000 163 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2000	Duplicida de
7	RIBEIRO, CRISTIANE MARIA. ANTI-RACISMO E EDUCAÇÃO: O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS LIDERANÇAS NEGRAS DE UBERLÂNDIA. 01/06/2000 163 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2000	Duplicida de
8	OLIVEIRA, VANESSA REGINA ELEUTÉRIO MIRANDA DE. Currículo e questão racial nas práticas escolares 01/11/2002 231 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2002	Não permite edição
9	Lopes, Eneida de Souza. " TIRANDO A CULTURA DAS TOCAS" : DA EXCLUSÃO À CIDADANIA - UMA TRAJETÓRIA AFRO-DESCENDENTE 01/06/2003 135 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, JUIZ DE FORA Biblioteca Depositária: Bibliotecas da FAGED, Central e do PPGE	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2003	Não permite edição

10	OLIVEIRA, CLEUZA MARIA DE. A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 EM PROJETOS MULTIDISCIPLINARES: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL PROFA. MARIA COUTINHO (CONTAGEM-MG)' 30/09/2021 149 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2003	SIM
11	Reis, Maria Clareth G.. ESCOLA E CONTEXTO SOCIAL: UM ESTUDO DE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE RACIAL NUMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO' 01/01/2003 85 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, JUIZ DE FORA Biblioteca Depositária: Bibliotecas da FAGED, Central e PPGE / UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2003	Não permite edição
12	SANTANA, PATRÍCIA MARIA DE SOUZA. Professores(as) negros(as) e relações raciais percursos de formação e transformação' 01/12/2003 178 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2003	SIM
13	SANTANA, PATRÍCIA MARIA DE SOUZA. Professores(as) negros(as) e relações raciais percursos de formação e transformação' 01/12/2003 178 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2003	Duplicida de
14	SANTANA, PATRÍCIA MARIA DE SOUZA. Professores(as) negros(as) e relações raciais percursos de formação e transformação' 01/12/2003 178 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2003	Duplicida de
15	Gonçalves, Luciane Ribeiro Dias. A QUESTÃO DO NEGRO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO MULTICULTURAL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES NO ÂMBITO ESCOLAR.' 01/06/2004 133 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: UFU - Universidade Federal de Uberlândia	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2004	Não permite edição
16	Gonçalves, Luciane Ribeiro Dias. A QUESTÃO DO NEGRO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO MULTICULTURAL: AVANÇOS E LIMITAÇÕES NO ÂMBITO ESCOLAR.' 01/06/2004 133 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: UFU - Universidade Federal de Uberlândia	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2004	Duplicida de
17	PINTO, LEILA MIRTES SANTOS DE MAGALHÃES. SENTIDOS E SIGNIFICADOS DE TEMPO DE LAZER NA ATUALIDADE: ESTUDO COM JOVENS BELO-HORIZONTINOS.' 01/07/2004 210 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: BIBLIOTECA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2004	SIM
18	BEZERRA, MIRIAM REGINA DE SOUSA. O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Educarado: Processos educativos resgatados pelas lembranças dos seus primeiros moradores' 01/09/2006 195 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2006	Não permite edição
19	JUNIOR, LUIZ CARLOS FELIZARDO. Educação e socialização: um estudo com jovens negros num espaço público de lazer de uma grande metropole' 01/12/2007 277 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2007	SIM
20	SILVA, MICHELE LOPES DA. Mulheres negras em movimento(s): trajetórias de vida, atuação política e construção de novas pedagogias em Belo Horizonte-MG' 01/12/2007 289 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2007	SIM

21	Laborne, Ana Amélia de Paula. Por essa porta estar fechada, outras tiveram que se abrir: identidade racial e trajetórias de docentes da Universidade Federal de Minas Gerais' 01/12/2008 239 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2008	Não permite edição
22	SANTOS, ENEIDA PEREIRA DOS. Gil Amâncio & Encontros: processos educativos, cultura negra, intervenções de mestres e convivência' 01/06/2008 290 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2008	SIM
23	Constâncio, Julimar. O NEGRO E AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO CONTEXTO DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL' 01/07/2009 113 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, JUIZ DE FORA Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2009	SIM
24	Felizardo, Marina do Nascimento Neves. NEGRAS MARIAS: MEMÓRIAS E IDENTIDADES DE PROFESSORAS DE HISTÓRIA' 01/02/2009 169 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, JUIZ DE FORA Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2009	SIM
25	Freitas, Claudia Avellar. A Escolarização dos Conteúdos Imagéticos da Biologia: um estudo das práticas de construção e execução de aulas pelo professor de biologia' 01/12/2009 373 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2009	SIM
26	Oliveira, Carolina dos Santos de. Adolescentes negras no discurso da Revista Atrévada.' 01/08/2009 206 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2009	SIM
27	Oliveira, Carolina dos Santos de. Adolescentes negras no discurso da Revista Atrévada.' 01/08/2009 206 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2009	Duplicida de
28	Pena, Adriana de Carvalho Pessato. Desigualdades e Diferenças na sala de aula: A nomeação dos diferentes na produção da inclusão/exclusão escolar' 01/08/2009 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDIA A	2009	SIM
29	Silva, Natalino Neves da. Juventude, EJA e Relações Raciais: um estudo sobre os significados e sentidos atribuídos pelos jovens negros aos processos de escolarização da EJA' 01/08/2009 263 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2009	Sim
30	Sousa, Agnaldo Afonso de. Narrativas do Negro na TV: o que dizem as crianças?' 01/08/2009 254 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2009	SIM
31	Oliveira, Fernanda Silva de. Vozes da docência: o desafio da implementação do ensino de história e cultura Africana e Afro-Brasileira na prática pedagógica' 01/12/2010 158 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2010	Não permite edição

32	Rocha, Celia Aparecida. A Re-significação da eugenia na educação entre 1946 e 1970: Um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente' 01/06/2010 210 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2010	SIM
33	Silva, Andreia Rosalina. Associação José do Patrocínio: dimensões educativas do associativismo negro entre 1950-1960 em Belo Horizonte/MG' 01/08/2010 109 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2010	Não permite edição
34	Silva, Jerry Adriani da. Um estudo sobre as especificidades dos/as educandos/as nas propostas pedagógicas de educação de jovens e adultos - EJA: tudo junto e misturado' 01/06/2010 191 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2010	SIM
35	Dias, Fernanda Vasconcelos. "Sem querer você mostra seu preconceito! Um estudo sobre as relações raciais entre jovens estudantes de uma escola de ensino médio.' 01/08/2011 359 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	SIM
36	Dias, Fernanda Vasconcelos. "Sem querer você mostra seu preconceito! Um estudo sobre as relações raciais entre jovens estudantes de uma escola de ensino médio.' 01/08/2011 359 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicidade
37	Faria, Wellington do Carmo. Entre eventos, prêmios e hinos na educação escolar: reflexões sobre a memória afro-brasileira em Belo Horizonte.' 01/08/2011 157 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	SIM
38	Faria, Wellington do Carmo. Entre eventos, prêmios e hinos na educação escolar: reflexões sobre a memória afro-brasileira em Belo Horizonte.' 01/08/2011 157 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicidade
39	Faria, Wellington do Carmo. Entre eventos, prêmios e hinos na educação escolar: reflexões sobre a memória afro-brasileira em Belo Horizonte.' 01/08/2011 157 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicidade
40	Faria, Wellington do Carmo. Entre eventos, prêmios e hinos na educação escolar: reflexões sobre a memória afro-brasileira em Belo Horizonte.' 01/08/2011 157 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicidade
41	Gomes, José Manuel Sita. Traços do Hibridismo nas Práticas, de Docentes Universitários Angolanos Egressos de Universidades Brasileiras' 01/02/2011 247 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Sim
42	Gonzaga, Yone Maria. Trabalhadores/ as técnicos- administrativos em educação na UFMG: Relações raciais e invisibilidade ativamente produzida.' 01/08/2011 210 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Não permite edição

43	Gonzaga, Yone Maria. Trabalhadores/ as técnicos- administrativos em educação na UFMG: Relações raciais e invisibilidade ativamente produzida.' 01/08/2011 210 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicida de
44	Jesus, Rodrigo Ednilson de. Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?' 01/12/2011 256 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	SIM
45	Jesus, Rodrigo Ednilson de. Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?' 01/12/2011 256 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicida de
46	Jesus, Rodrigo Ednilson de. Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?' 01/12/2011 256 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicida de
47	Jesus, Rodrigo Ednilson de. Ações afirmativas, educação e relações raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil?' 01/12/2011 256 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicida de
48	Mendonça, Ana Paula Fernandes de. Pedagogias Antirracistas: tensões e possibilidades de caminhos em construção' 01/05/2011 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2011	SIM
49	Mendonça, Ana Paula Fernandes de. Pedagogias Antirracistas: tensões e possibilidades de caminhos em construção' 01/05/2011 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2011	Duplicida de
50	Mendonça, Ana Paula Fernandes de. Pedagogias Antirracistas: tensões e possibilidades de caminhos em construção' 01/05/2011 150 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2011	Duplicida de
51	Oliveira, Cláudia Marques de. Cultura afro-brasileira e educação: significados de ser criança negra e congadeira no município de Pedro Leopoldo - MG.' 01/08/2011 148 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	SIM
52	Oliveira, Cláudia Marques de. Cultura afro-brasileira e educação: significados de ser criança negra e congadeira no município de Pedro Leopoldo - MG.' 01/08/2011 148 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2011	Duplicida de
53	Pacheco, Márcia Arantes Buiatti. Educação digital: uma perspectiva de inclusão no cotidiano da escola' 01/02/2011 172 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: SISBI - Sistema de Biblioteca da UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2011	Não aborda o tema

54	Silva, Gizelda Costa da. O Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental: Currículos, Formação e Prática Docente' 01/12/2011 212 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UBERLÂNDIA Biblioteca Depositária: SISBI - Sistema de Biblioteca da UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2011	SIM
55	Siqueira, Camila Zucon Ramos de. Os cursinhos populares: estudo comparado entre MSU e EDUCAFRO-MG' 01/03/2011 99 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2011	SIM
56	Siqueira, Camila Zucon Ramos de. Os cursinhos populares: estudo comparado entre MSU e EDUCAFRO-MG' 01/03/2011 99 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2011	Está no 97
57	Siqueira, Camila Zucon Ramos de. Os cursinhos populares: estudo comparado entre MSU e EDUCAFRO-MG' 01/03/2011 99 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, VIÇOSA Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2011	Duplicida de
58	Frade, Érica Paula. A construção da prática pedagógica: um estudo com professores iniciantes de História na EJA' 01/08/2012 149 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2012	Não aborda o tema
59	Oliveira, Heli Sabino de. Educação de Jovens e Adultos em Espaços Religiosos: escolhas, negociações e conflitos.' 01/02/2012 162 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2012	SIM
60	Oliveira, Heli Sabino de. Educação de Jovens e Adultos em Espaços Religiosos: escolhas, negociações e conflitos.' 01/02/2012 162 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2012	Duplicida de
61	Pena, Érica Dumont. A "caixa preta" do cuidado. Relações de gênero e histórias de vida de trabalhadoras técnicas de enfermagem' 01/08/2012 256 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2012	Não aborda o tema
62	Sales, Mara Marçal. À flor da pele: uma análise crítica de discursos empresariais sobre diversidade racial no trabalho.' 01/02/2012 258 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2012	SIM
63	Sales, Mara Marçal. À flor da pele: uma análise crítica de discursos empresariais sobre diversidade racial no trabalho.' 01/02/2012 258 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE Biblioteca Depositária: Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2012	Duplicida de
64	PAULA, BENJAMIN XAVIER DE. A educação para as relações etno-raciais e o estudo de história e cultura da África e afro brasileira: formação, saberes e práticas educativas' 29/08/2013 346 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2013	SIM

65	SANTOS, GILCA RIBEIRO DOS. O pensamento educacional de Francisco Lucrécio e Ironides Rodrigues' 29/05/2013 121 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2013	SIM
66	SANTOS, GILCA RIBEIRO DOS. O pensamento educacional de Francisco Lucrécio e Ironides Rodrigues' 29/05/2013 121 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2013	Duplicida de
67	SILVA, GLENIO OLIVEIRA DA. Arcabouço jurídico normativo pedagógico da lei federal 10.639/2003 na universidade federal de Uberlândia: avanços e limites' 26/03/2013 224 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2013	sim
68	SOUSA, LETICIA PEREIRA DE. RESERVA DE VAGAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL - REI: O PERFIL DOS BENEFICIADOS PELA AÇÃO AFIRMATIVA 2 EM 2010' 28/02/2013 240 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UFSJ	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL- REI	2013	Sim
69	BARCO, SILVIA NOEMI BARCO DE. Políticas de Focalización educativa en tiempos de Inclusión Educativa. El caso de las Escuelas Primarias de Jornada Extendida em La provincia de Rio Negro, República Argentina.' 31/07/2014 356 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2014	SIM
70	GEBARA, TANIA ARETUZA AMBRIZI. Gênero, família e relações étnico-raciais: um estudo sobre mulheres pardas e provedoras, e as relações que estabelecem com a educação de seus filhos e filhas' 28/02/2014 371 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2014	SIM
71	GEBARA, TANIA ARETUZA AMBRIZI. Gênero, família e relações étnico-raciais: um estudo sobre mulheres pardas e provedoras, e as relações que estabelecem com a educação de seus filhos e filhas' 28/02/2014 371 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2014	Está no 40
72	JUNIOR, ANDRE NDOQUI. Configurações socioculturais da docência no instituto médio de educação de Cabassango, Cabinda/Angola' 29/08/2014 undefined f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2014	Não aborda o tema
73	LABORNE, ANA AMELIA DE PAULA. Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil' 29/08/2014 159 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2014	Sim
74	MASSANGA, JOAQUIM PAKA. Diversidade Cultural em Cabinda: estudo sobre as identidades e práticas culturais dos Bawoio do Yabi' 28/08/2014 277 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2014	sim

75	MASSANGA, JOAQUIM PAKA. Diversidade Cultural em Cabinda: estudo sobre as identidades e práticas culturais dos Bawoio do Yabi' 28/08/2014 277 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2014	Duplicida de
76	SANTOS, MARIA CRISTINA DOS. A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 E O IDEB NO SISTEMA DE ENSINO MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS – MG.' 09/10/2014 209 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Univesidade Federal de Ouro Preto	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2014	Sim
77	ALVES, ALINE NEVES RODRIGUES. JUVENTUDE QUILOMBOLA: PROJETOS DE VIDA, SONHOS COMUNITÁRIOS E LUTA POR RECONHECIMENTO' 21/08/2015 207 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2015	SIM
78	ALVES, ALINE NEVES RODRIGUES. JUVENTUDE QUILOMBOLA: PROJETOS DE VIDA, SONHOS COMUNITÁRIOS E LUTA POR RECONHECIMENTO' 21/08/2015 207 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2015	Duplicida de
79	ARAUJO, MARLENE DE. INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS' 31/07/2015 336 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2015	SIM
80	ARAUJO, MARLENE DE. INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS' 31/07/2015 336 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2015	Duplicida de
81	ARAUJO, MARLENE DE. INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS' 31/07/2015 336 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2015	Duplicida de
82	LESSA, SANDRA CARVALHO DO NASCIMENTO. A diversidade étnico-racial e a lei 10.639/03 : práticas, discursos e desafios – um estudo de caso na Escola Municipal de Lavras Novas – MG' 20/08/2015 125 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonsus de Guimaraens	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2015	sim
83	SANTANA, PATRICIA MARIA DE SOUZA. MODOS DE SER CRIANÇA NO QUILOMBO MATO DO TIÇÃO – JOABOTICATUBAS - MG' 20/08/2015 246 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2015	SIM
84	SANTANA, PATRICIA MARIA DE SOUZA. MODOS DE SER CRIANÇA NO QUILOMBO MATO DO TIÇÃO – JOABOTICATUBAS - MG' 20/08/2015 246 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2015	Duplicida de

85	GUIMARAES, MATHEUS DE OLIVEIRA. EDUCAÇÃO, RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO: por uma análise das políticas de ação afirmativa no Ensino Superior brasileiro à luz da teoria da justiça de Nancy Fraser' 19/08/2016 102 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonsus Guimaraens	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2016	SIM
86	NEVES, JONES ANTONIO FERNANDES. O COLÉGIO DE APLICAÇÃO COLUNI: POLÍTICA DE AÇÃO AFIRMATIVA X EXCELÊNCIA NO ENSINO' 25/02/2016 102 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2016	Não aborda o tema
87	OLIVEIRA, Anandra Santos Ribeiro de. Percursos (im)prováveis: estudantes das camadas populares que chegam ao ensino superior. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2016	sim
88	RESENDE, FRANCIELE DAIANE RODRIGUES. À BORDA DO BURACO NEGRO: UMA ABORDAGEM ETNOMETODOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DO FRACASSO UNIVERSITÁRIO NO CURSO DE FÍSICA DA UFSJ' 22/02/2016 145 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UFSJ	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL- REI	2016	SIM
89	SANTOS, MARJORY ALMEIDA. EVASÃO, UM PROBLEMA COMUM, ORIGENS DIVERSAS: UM ESTUDO SOBRE A EVASÃO ENTRE OS DIFERENTES GRUPOS DE ALUNOS DA UFJF' 09/12/2016 100 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2016	SIM
90	SILVA, ISABEL CRISTINA DA COSTA. POLÍTICAS PARA O INGRESSO DE PESSOAS NEGRAS AO ENSINO SUPERIOR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (2003-2015)' 25/07/2016 171 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2016	Não permite edição
91	VIANA, ALINE NUNES. DIREITO E ALTERIDADE: a propósito do currículo e do ensino jurídico na formação dos Bacharéis em Direito - Um panorama da produção acadêmica sobre ensino jurídico e currículo do CONPEDI ' 16/08/2016 144 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonsus Guimaraens	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2016	SIM
92	ANDRADE, Fernanda Batista Moreira de. A disciplina Ensino Religioso na escola pública: uma análise sobre o debate entre as pesquisas em Educação a partir da noção de regimes de verdade em Michel Foucault. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017.	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2017	sim
93	BORGES, TULIO MARCUS TREVISAN. AÇÕES AFIRMATIVAS E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE: UMA COMPOSIÇÃO SEGUINDO MODOS DE PENSAR COM ALUNOS COTISTAS DA UFSJ' 30/05/2017 153 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UFSJ	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL- REI	2017	SIM

94	CROSARA, DANIELA DE MELO. A POLÍTICA AFIRMATIVA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: contributos e dilemas do sistema de cotas da Lei nº 12.711/2012' 09/05/2017 292 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: Universidade Federal de Uberlândia	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2017	Não permite edição
95	GONZAGA, YONE MARIA. Gestão universitária, diversidade étnico-racial e políticas afirmativas: o caso da UFMG.' 19/05/2017 225 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2017	SIM
96	GONZAGA, YONE MARIA. Gestão universitária, diversidade étnico-racial e políticas afirmativas: o caso da UFMG.' 19/05/2017 225 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG: análise e recepção do racismo e antirracismo imagético por jovens do Ensino Médio' 13/04/2021 364 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2017	SIM
97	MIRANDA, EMMANUELLA APARECIDA. A política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: análise do acesso e da permanência' 31/03/2017 224 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2017	SIM
98	MIRANDA, EMMANUELLA APARECIDA. A política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais: análise do acesso e da permanência' 31/03/2017 224 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2017	Duplicida de
99	MIZAE, NAIADÉ CRISTINA DE OLIVEIRA. A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ATRAVÉS DAS POLÍTICAS DE CULTURA NA CIDADE DE ITUIUTABA-MG' 07/08/2017 173 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: Biblioteca Depositária da Universidade Federal de Uberlândia	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2017	SIM
100	NASCIMENTO, VALERIA LUCIENE DO. Estratégias de permanência dos alunos cotistas negros nos cursos técnicos de nível médio do CEFET-MG na construção do projeto de vida profissional' 18/05/2017 134 f. Mestrado em EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca CEFET/MG- Campus II	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGI CA DE MINAS GERAIS	2017	SIM
101	ROCHA, ROOSVANY BELTRAME. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL DE GOVERNADOR VALADARES-MG: trajetórias de resistência de jovens' 28/09/2017 131 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonsus de Guimaraens	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2017	SIM
102	SANTOS, VANESKA RIBEIRO PERFEITO. MULHERES DAS CAMADAS MÉDIAS EM CURSOS SUPERIORES DE UMA FACULDADE PARTICULAR DE SÃO JOÃO DEL REI/MG' 24/03/2017 152 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UFSJ	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL- REI	2017	SIM

103	SILVA, FABIANA SIQUEIRA. O CONGADO NA EXPERIÊNCIA ESCOLAR DA APAE DE OURO PRETO: um estudo de caso sobre a cultura congadeira no contexto da educação especial' 13/07/2017 167 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonsus de Guimaraens	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2017	SIM
104	SILVA, KELLY CRISTINA DA. OS LETRAMENTOS DE EMPODERAMENTO FEMININO NEGRO: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E OS PROCESSOS DE APRENDIZADOS NA REDE SOCIAL FACEBOOK' 17/02/2017 112 f. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: undefined	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2017	SIM
105	TEIXEIRA, ANA CAROLINA DE OLIVEIRA. Um estudo de caso da implementação das cotas sociais e raciais no ensino superior do CEFET-MG (2013-2015): acesso, permanência, e trajetória de estudantes negros cotistas' 06/03/2017 210 f. Mestrado em EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca CEFET/MG- Campus II	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGI CA DE MINAS GERAIS	2017	SIM
106	VALLE, THAIS QUINTAO FERREIRA DO. A INCLUSÃO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA: DIÁLOGOS ENTRE PRINCÍPIO DA IGUALDADE, AÇÕES AFIRMATIVAS E GESTÃO DO CONHECIMENTO' 21/12/2017 144 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2017	Não aborda o tema
107	VIEIRA, ALVA ROSA LANA. TERRITÓRIO ETNOEDUCACIONAL RIO NEGRO: SIGNIFICAÇÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA' 06/11/2017 137 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2017	SIM
108	BATISTA, VANESSA SOUZA. A EDUCAÇÃO DA "BOA MOCIDADE" SUL MINEIRA: considerações sobre o perfil do alunado da instrução primária (1824-1840)' 15/02/2018 192 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonsus de Guimaraens	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2018	SIM
109	FERREIRA, ROSILAINE GERALDA DO PATROCÍNIO. "ENEGRECER A EDUCAÇÃO": SENTIDOS CONSTRUÍDOS POR PROFESSORAS DA CIDADE DE PRADOS/MG -DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE' 18/06/2018 178 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOAO DEL REI	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL- REI	2018	SIM
110	MOURA, GABRIELLA RAMOS DE. A COMUNICAÇÃO COMO INCENTIVADORA DA POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CAMPUS AVANÇADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA EM GOVERNADOR VALADARES' 26/10/2018 149 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2018	SIM
111	NONATO, BRESCIA FRANCA. Lei de Cotas e SiSU: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais.' 21/06/2018 300 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018	SIM

112	NONATO, BRESCIA FRANCA. Lei de Cotas e Sisú: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais.' 21/06/2018 300 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018	Duplicidade
113	RIBEIRO, GUSTAVO MEIRELLES. A escolha do curso de Medicina no contexto de implementação de políticas de democratização do acesso ao Ensino Superior' 26/01/2018 310 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018	Sim
114	RIBEIRO, SILVIA NAHAS. AÇÕES AFIRMATIVAS: a implementação de reserva de vagas no contexto da Universidade Federal de Ouro Preto' 26/03/2018 176 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonso de Guimaraens	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	2018	SIM
115	RIBEIRO, SILVIA NAHAS. AÇÕES AFIRMATIVAS: a implementação de reserva de vagas no contexto da Universidade Federal de Ouro Preto' 26/03/2018 176 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonso de Guimaraens	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	2018	Está no 86
116	SANTOS, ADILSON PEREIRA DOS. IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE COTAS EM TRÊS UNIVERSIDADES FEDERAIS MINEIRAS' 25/01/2018 222 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018	SIM
117	SANTOS, ADILSON PEREIRA DOS. IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE COTAS EM TRÊS UNIVERSIDADES FEDERAIS MINEIRAS' 25/01/2018 222 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018	Duplicidade
118	SANTOS, LUANA DIANA DOS. INTELECTUAIS NEGRAS INSURGENTES: o protagonismo de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Nilma Lino Gomes' 15/06/2018 110 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: Alphonso de Guimaraens	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	2018	SIM
119	SILVA, JAIRZA FERNANDES ROCHA DA. Deslocamentos identitários de gênero e raça de professoras negras na Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais' 28/06/2018 118 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018	SIM
120	SOUZA, KELLY CRISTINA CANDIDA DE. MESTRES/AS NEGROS/AS: trajetórias na pós-graduação dos/as egressos/as do curso de formação pré-acadêmica Afirmção na Pós' 05/03/2018 215 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2018	SIM
121	ALVES, PAMELLA SILVA. A VIDA LONGE DE CASA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA VIDA UNIVERSITÁRIA DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS COTISTAS DA UFSJ' 19/12/2019 237 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	2019	Não permite edição

122	ALVES, PAMELLA SILVA. A VIDA LONGE DE CASA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA VIDA UNIVERSITÁRIA DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS COTISTAS DA UFSJ' 19/12/2019 237 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL- REI	2019	Duplicida de
123	ALVES, PAMELLA SILVA. A VIDA LONGE DE CASA: LIMITES E POSSIBILIDADES DA VIDA UNIVERSITÁRIA DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS COTISTAS DA UFSJ' 19/12/2019 237 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL- REI	2019	Duplicida de
124	ARAUJO, ILZE ARDUINI DE. O negro na "cidade jardim": modernidade, educação e segregação na sociedade uberlandense/MG (1889-1960)' 23/08/2019 124 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: REPOSITÓRIO UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2019	SIM
125	ARAUJO, ILZE ARDUINI DE. O negro na "cidade jardim": modernidade, educação e segregação na sociedade uberlandense/MG (1889-1960)' 23/08/2019 124 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: REPOSITÓRIO UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2019	Duplicida de
126	COLEN, NATALIA SILVA. Uma Universidade Negra É Possível? a Criação da Ufrb no Contexto das Políticas de Ações Afirmativas no Brasil' 12/07/2019 147 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2019	Sim
127	FERREIRA, MAURA. Trabalho e Educação: a participação das mulheres negras nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia a partir da Lei de Cotas nº 12.711/2012.' 12/11/2019 120 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: REPOSITÓRIO UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2019	SIM
128	FERREIRA, MAURA. Trabalho e Educação: a participação das mulheres negras nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia a partir da Lei de Cotas nº 12.711/2012.' 12/11/2019 120 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: REPOSITÓRIO UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2019	Duplicida de
129	GOMES, IZAU VERAS. NEGRO DRAMA: Narrativas estudantis negras, Educação Física escolar e educação étnico-racial.' 20/02/2019 198 f. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2019	SIM
130	JUNIOR, JOATAN NUNES MACHADO. O negro nos manuais de História da Educação: as marcas de uma ausência' 27/06/2019 119 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2019	SIM
131	LIMA, EVANDRO NUNES DE. Teatro Negro e Atitude: Corpos Negros na Cena em Belo Horizonte' 07/06/2019 128 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2019	SIM

132	MACEDO, LILIANE DE FATIMA DIAS. MACEDO, Liliane de Fátima Dias. A implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica em escolas da comunidade de Quartel do Indaiá/MG. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.' 22/05/2019 177 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2019	Sim
133	MEIRA, Ludmila Costa. Relações étnico-raciais no âmbito das instituições municipais de educação infantil em Governador Valadares-MG. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2019	SIM
134	PIRES, DICKSON DUARTE. Por uma pedagogia dos corpos negros: o Grupo Terracotta e o projeto dançando a nossa cor no contexto da arte-educação em Uberlândia' 28/08/2019 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: undefined	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2019	SIM
135	ROCHA, MELINA SOUSA DA. Catar Folhas e Contar o Tempo: Antirracismo e Racismo Religioso nos Discursos de Mestres de Axé.' 23/08/2019 157 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2019	sim
136	SANTOS, AMANDA MELISSA DOS. O Grande Anganga Muquixe Chico Rei: a presença do mito negro no Reinado do Alto da Cruz e nas escolas de Ouro Preto/MG' 05/06/2019 217 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2019	SIM
137	SILVA, SERGIO TEIXEIRA DA. OS/AS EDUCANDOS/AS CANDOMBLECISTAS E UMBANDISTAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: SENTIDOS ATRIBUÍDOS AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO' 26/02/2019 254 f. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Repositório Institucional da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2019	SIM
138	SILVEIRA, TANIA CRISTINA DA. Vamos tirar a educação do quadro negro em que ela está: a nucleação escolar como proposta da reorganização e modernização na educação rural de Uberlândia/MG (1980 a 1990)' 11/07/2019 262 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: Repositório Institucional - Universidade Federal de Uberlândia	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDI A	2019	SIM
139	SIMÕES, ALDO GERALDO. PROJETO DE FUTURO DE JOVENS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ATENDIDOS PELA LEI N.O 12.711/2012 (LEI DAS COTAS) ' 26/06/2019 194 f. Mestrado em EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: CEFET-MG, Campus 2	CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLOGI CA DE MINAS GERAIS	2019	SIM
140	SOUZA, EDUARDO LEVI DE. Juízes(as) Negros(as) e seus Modos de Julgar: Processos Educativos, Lugar de Fala e Engrenagem Institucional' 05/07/2019 116 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2019	SIM

141	VIEIRA NETO, Tânia Danielle. Relações étnico-raciais no ensino fundamental II em escolas públicas da cidade de Manhumirim/MG. 185 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2019.	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2019	sim
142	ARAUJO, MARCIA BASILIA DE. CORPOS NEGROS DOCENTES: IDENTIFICANDO TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS NO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS' 13/02/2020 199 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFGM	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2020	Não permite edição
143	CORNELIO, BEATRIZ GOMES. Percepções e vivências de cotistas negras e negros na Universidade Federal de Viçosa: "será que esse espaço é pra mim?" 30/03/2020 86 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2020	SIM
144	CORNELIO, BEATRIZ GOMES. Percepções e vivências de cotistas negras e negros na Universidade Federal de Viçosa: "será que esse espaço é pra mim?" 30/03/2020 86 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2020	Duplicida de
145	COSTA, LETICIA SOUZA RIBEIRO DA. Trajetórias de Cineastas Negras Brasileiras' 18/12/2020 136 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFGM	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2020	SIM
146	DIAS, FELIPE DATTI. A LEI Nº. 10.639/2003 EM MARIANA-MG: UMA ANÁLISE A PARTIR DA GESTÃO MUNICIPAL NA EDUCAÇÃO' 06/04/2020 100 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2020	SIM
147	DIAS, FELIPE DATTI. A LEI Nº. 10.639/2003 EM MARIANA-MG: UMA ANÁLISE A PARTIR DA GESTÃO MUNICIPAL NA EDUCAÇÃO' 06/04/2020 100 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2020	Duplicida de
148	FAGUNDES, ISABELA PERUCCI ESTEVES. HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL PARA CONCURSOS PÚBLICOS DE PROFESSORES/AS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP' 03/04/2020 186 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2020	SIM
149	FAGUNDES, ISABELA PERUCCI ESTEVES. HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL PARA CONCURSOS PÚBLICOS DE PROFESSORES/AS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP' 03/04/2020 186 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2020	Duplicida de
150	GUIMARAES, MARIA CECILIA ALVIM. Trajetórias escolares de pessoas com deficiência e as políticas de educação inclusiva 2008-2018: da educação básica ao ingresso por cotas na UFGM' 27/03/2020 173 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFGM	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2020	Não permite edição

151	NASCIMENTO, Caroline Teixeira Alves do. Minas auríferas em Ouro Preto e a educação das relações étnico-raciais. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2020	sim
152	NASCIMENTO, Caroline Teixeira Alves do. Minas auríferas em Ouro Preto e a educação das relações étnico-raciais. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2020.	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2020	Duplicida de
153	PAULA, BRUNO HENRIQUE DE. OUTROS SABERES, OUTRA DOCÊNCIA: PROFESSORES(AS) NEGROS(AS) E A EMERGÊNCIA DA IMPEDÂNCIA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS' 22/12/2020 102 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2020	sim
154	PEREIRA, ALINE DE CARVALHO. AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: Um estudo de caso com jovens estudantes cotistas ' 06/07/2020 170 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, Alfenas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UNIFAL/MG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE ALFENAS	2020	sim
155	PEREIRA, ALINE DE CARVALHO. AÇÕES AFIRMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO: Um estudo de caso com jovens estudantes cotistas ' 06/07/2020 170 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS, Alfenas Biblioteca Depositária: Biblioteca Central - UNIFAL/MG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE ALFENAS	2020	Sim
156	RIBEIRO, LUANA FONSECA PEREIRA. O aprimoramento das políticas institucionais para a garantia do acesso e da permanência das pessoas trans na UFJF' 16/06/2020 144 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2020	Não aborda o tema
157	ROBERTO, GLADYSTON AUGUSTO. A IMPLEMENTAÇÃO DAS COTAS RACIAIS E SOCIAIS NO IFMG E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS DOS CURSOS SUPERIORES DO CAMPUS RIBEIRÃO DAS NEVES ' 30/03/2020 156 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca Raymundo Nonato Fernandes	UNIVERSIDA DE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	2020	Não permite edição
158	SANTOS, ELANDIA DOS. Corpo e Cabelo Negro: (re) Significações e Interações com e de Crianças em uma Escola de Educação Infantil de Bh' 09/12/2020 133 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2020	SIM
159	SILVA, KELLY DA. Trajetórias de professoras negras: educação, gênero e raça' 19/02/2020 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: undefined	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2020	SIM
160	SOUZA, THAIS VIEIRA SILVA DE. ESPELHO, ESPELHO MEU. EXISTE ALGUÉM MAIS ESTERIOPADO DO QUE EU?' 30/07/2020 104 f. Mestrado Profissional em EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA Instituição de Ensino: INSTITUTO FED. DE EDUC., CIÊNC. E TECN. DO TRIÂNGULO MINEIRO, Uberaba Biblioteca Depositária: https://iftm.edu.br/bdt/	INSTITUTO FED. DE EDUC., CIÊNC. E TECN. DO TRIÂNGULO MINEIRO	2020	Não permite edição

161	VIANA, MARIANA MARILACK GOMES. TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES COTISTAS NEGROS(AS): O QUE HÁ PARA SABER PARA ALÉM DO DESEMPENHO E DA EVASÃO? 04/03/2020 102 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2020	Não permite edição
162	FAGUNDES, ISABELA PERUCCI ESTEVES. HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL PARA CONCURSOS PÚBLICOS DE PROFESSORES/AS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP 03/04/2020 186 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2020	Não permite edição
163	BARROS, LEILA MARIA DE. ENCRUZILHADAS: REPRESENTAÇÕES SOBRE E ENTRE MULHERES NEGRAS NO JORNAL QUILOMBO E EM OUTROS ESCRITOS (1940-1960) 24/02/2021 232 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	2021	NÃO
164	BARROS, LEILA MARIA DE. ENCRUZILHADAS: REPRESENTAÇÕES SOBRE E ENTRE MULHERES NEGRAS NO JORNAL QUILOMBO E EM OUTROS ESCRITOS (1940-1960) 24/02/2021 232 f. Mestrado em PROCESSOS SOCIOEDUCATIVOS E PRÁTICAS ESCOLARES Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, São João del Rei Biblioteca Depositária: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI	2021	Duplicidade
165	CARVALHO, SEBASTIAO CARLOS DOS SANTOS. O IMPACTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA ESTÉTICA E NA IMAGEM CORPORAL DE JOVENS NEGROS E NEGRAS DA UNEB, CAMPUS GUANAMBI 25/05/2021 237 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2021	Sim
166	CASTRO, DANDARA TONANTZIN SILVA. ERGUER A VOZ: O CURRÍCULO DAS ESCRIVIVÊNCIAS DE CIBERFEMINISTAS NEGRAS 13/12/2021 110 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2021	Não permite edição
167	CAVALCANTE, MARIA GILVANIA BEZERRA. A baixa permanência discente no ensino médio de um centro de jovens e adultos no interior do Ceará: um estudo de caso na EJA semipresencial 19/11/2021 167 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2021	Não permite edição
168	CAVALCANTE, MARIA GILVANIA BEZERRA. A baixa permanência discente no ensino médio de um centro de jovens e adultos no interior do Ceará: um estudo de caso na EJA semipresencial 19/11/2021 167 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2021	Não permite edição
169	CAVALCANTE, MARIA GILVANIA BEZERRA. A baixa permanência discente no ensino médio de um centro de jovens e adultos no interior do Ceará: um estudo de caso na EJA semipresencial 19/11/2021 167 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2021	Duplicidade
170	COSTA, MARIVANIA XAVIER CAVALCANTI. A diretora escolar e as políticas educacionais de promoção da igualdade racial na rede municipal de ensino de Ituiutaba-MG 28/09/2021 154 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: Repositório UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	2021	SIM

171	CUNHA, MARIA DAS MERCES VIEIRA DA. "UMA COISA É A LEI NO PAPEL, OUTRA COISA É A LEI AQUI NA PRÁTICA": A TESSITURA DE PROCESSOS COLETIVOS DE GESTÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03 NO COTIDIANO ESCOLAR.' 09/12/2021 270 f. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2021	SIM
172	DUMONT, DEBORA LUCIANA. IMPLICAÇÕES DA CONCRETUDE DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR DA FACULDADE DE MEDICINA/UFMG' 30/04/2021 142 f. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2021	Sim
173	GIRALT, MAIKEL PONS. CUBANAS/OS NEGRAS/OS EN SU LABERINTO EDUCATIVO: UN ANÁLISIS PEDAGÓGICO-CRÍTICO DE AUSENCIAS/EMERGENCIAS' 19/05/2021 195 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2021	SIM
174	MELO, ANA CLAUDIA DE. A Inspeção Escolar e suas implicações político-pedagógicas e ideológicas na Rede Municipal de Ensino de Uberlândia - RME/UDI: (1991-2021)' 25/03/2022 undefined f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: Repositório UFU	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	2021	Não permite edição
175	MENDES, TARCISIO MOREIRA. Esquizoeducação II aplicada à educação: performance e contracolonialismo' 29/03/2021 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: undefined	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2021	SIM
176	METRI, CLARICE FERREIRA. Desenvolvimento profissional para os servidores técnico-administrativos em educação com deficiência na Universidade Federal de Juiz de Fora' 16/04/2021 103 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2021	Não aborda o tema
177	MODESTO, HELOISA BATISTA DOS SANTOS. QUEBRANDO O ESPELHO DO RACISMO: a construção da identidade e da imagem de meninas negras' 16/12/2021 198 f. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFMG	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2021	Não permite edição
178	NETO, SILVINO SILVIO LOBATO. Reflexões sobre a problemática da distorção idade-série na EEM José Alexandre' 19/11/2021 150 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2021	SIM
179	NETO, SILVINO SILVIO LOBATO. Reflexões sobre a problemática da distorção idade-série na EEM José Alexandre' 19/11/2021 150 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2021	Duplicida de
180	NETO, SILVINO SILVIO LOBATO. Reflexões sobre a problemática da distorção idade-série na EEM José Alexandre' 19/11/2021 150 f. Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFJF	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	2021	Duplicida de

181	OLIVEIRA, AYANA OMI AMORIM DE. RACISMO, EDUCAÇÃO E GENOCÍDIO DE JOVENS NEGROS: reflexões a partir de uma epistemologia afrocentrada' 16/08/2021 98 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFGM	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2021	SIM
182	OLIVEIRA, CLEUZA MARIA DE. A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 EM PROJETOS MULTIDISCIPLINARES: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA ESTADUAL PROFA. MARIA COUTINHO (CONTAGEM-MG)' 30/09/2021 149 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2021	SIM
183	OLIVEIRA, MILENA SOUZA. PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NOS REGISTROS DOS DOMICÍLIOS COM INDIVÍDUOS EM PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO NAS LISTAS NOMINATIVAS DE MARIANA DE 1831 E 1840' 31/03/2020 85 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE OURO PRETO	2021	SIM
184	RODRIGUES, ALEXANDRE LOPES. Perfis sociais, percursos escolares, condições de permanência e perspectivas de futuro: o caso de cotistas de cursos técnicos integrados do IF Sudeste MG - Campus Muriaé' 19/04/2021 138 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2021	SIM
185	RODRIGUES, ALEXANDRE LOPES. Perfis sociais, percursos escolares, condições de permanência e perspectivas de futuro: o caso de cotistas de cursos técnicos integrados do IF Sudeste MG - Campus Muriaé' 19/04/2021 138 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Viçosa Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Universidade Federal de Viçosa - Campus Viçosa	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE VIÇOSA	2021	Duplicida de
186	RODRIGUES, ULIANIA MARINHO. DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA AO RACISMO RELIGIOSO: POSSIBILIDADES DE PRÁTICAS NO ESPAÇO ESCOLAR' 30/11/2021 75 f. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, Lavras Biblioteca Depositária: Repositório da UFLA	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE LAVRAS	2021	Não permite edição
187	SILVA, EDSON FERNANDO DA. O ESPÍRITO DAS LEIS NOS TRÓPICOS: DEVIRES NÃO CUMPRIDOS NA EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA' 20/10/2021 125 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, Uberaba Biblioteca Depositária: UFTM	UNIVERSIDA DE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	2021	SIM
188	SILVA, LUCIANA GOMES DA LUZ. TRABALHADORAS NEGRAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS: O QUE MUDA A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 12.990/2014?' 16/07/2021 153 f. Mestrado Profissional em Educação e Docência Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Biblioteca da FaE/UFGM	UNIVERSIDA DE FEDERAL DE MINAS GERAIS	2021	SIM

APÊNDICE B – AUTORES MAIS CITADOS

	Autores	Quant
1	GOMES, Nilma Lino	336
2	MUNANGA, Kabangele	159
3	SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e	123
4	FREIRE, Paulo	104
5	SANTOS, Boaventura de Sousa	104
6	BOURDIEU, Pierre	88
7	DAYRELL, Juarez Tarcisio	82
8	ROSEMBERG, Fúlvia	81
9	GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo	80
10	NOGUEIRA, Maria Alice	69
11	HALL, Stuart	62
12	FOUCAULT, Michel	60
13	FERES JUNIOR, João	59
14	ARROYO, Miguel Gonzales 16	56
15	SILVA, Tomaz Tadeu	56
16	FONSECA, Marcus Vinícius	49
17	GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira	49
18	SCHWARCS, Lilia Moritz	47
19	HASENBALG, Carlos Alfredo	45
20	SILVÉRIO, Valter Roberto	45
21	JESUS, Rodrigo Edmilson de	43
22	CAVALLEIRO, Eliane	41
23	DOMINGUES, Petrônio José	40
24	NASCIMENTO, Abdias do	39
25	SANTOS, Sales Augusto	36
26	ZAGO, Nadir	36
27	ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de	35
28	BENTO, Maria Aparecida Silva	35
29	CARNEIRO, Sueli	33
30	FREYRE, Gilberto	31
31	SOARES, Leôncio	31
32	VEIGA, Cynthia Greive	31
33	MINAYO, Maria Cecília de Souza	30
34	CANDAU, Vera Maria Ferrão	29
35	FARIA FILHO, Luciano Mendes de	29
36	FERNANDES, Florestan	28
37	GOMES, Joaquim Benedito Barbosa	27
38	LOURO, Guacira Lopes	27
39	MARX, Karl	27
40	NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins	27

	Autores	Quant
41	OLIVEIRA, Dalila Andrade	27
42	PINTO, Regina Pahim	27
43	NASCIMENTO, Elisa Larkin	26
44	SAVIANI, Demerval	26
45	SILVA, Nelson do Valle	26
46	ZONINSEIN, Jonas	26
47	CARVALHO, Marília Pinto de	25
48	CURY, Carlos Roberto Jamil	25
49	ABRAMOWICZ, Anete	24
50	CATANI, Afrânio Mendes	24
51	FANON, Frantz	24
52	FRASER, Nancy	24
53	MIRANDA, Shirley Aparecida	24
54	CARRANO, Paulo César Rodrigues	23
55	MENESES, Maria Paula	23
56	ROMANELLI, Geraldo	23
57	SANTOS, Adilson Pereira dos	23
58	SANTOS, Milton	23
59	SOUZA, Elizeu Clementino de	23
60	DAFLON, Verônica Toste	22
61	MAIO, Marcos Chor	22
62	NOGUEIRA, Oracy	22
63	GATTI, Bernardete Angelina	21
64	MOEHLECKE, Sabrina	21
65	MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e	21
66	ALBERTI, Verena	20
67	GONZALEZ, Lélia	20
68	PAIXÃO, Marcelo Jorge de Paula	20
69	SILVA, Paulo Vinicius Baptista da	20
70	CARONE, Iray	19
71	CARVALHO, José Jorge de	19
72	HOOKS, Bell	19
73	JACCOUD, Luciana	19
74	OLIVEIRA, Iolanda de	19
75	PAULA, Benjamin Xavier de	19
76	SARMENTO, Manuel Jacinto	19
77	TEIXEIRA, Inês A. de C.	19
78	ABRAMO, Helena Wendel	18
79	APPLE, Michael W	18
80	BARROS, Surya Aaronovich Pombo de	18

	Autores	Quant
81	BRANDÃO, Carlos Rodrigues	18
82	FONSECA, Selva Guimarães	18
83	FRIGOTTO, Gaudêncio	18
84	GENTILI, Pablo	18
85	PEREIRA, Amilcar Araujo	18
86	SOUZA, R. F	18
87	TELLES, Edward Eric	18
88	BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção	17
89	GIL, Antônio Carlos	17
90	GOHN, Maria Da Glória Marcondes	17
91	MOURA, Clóvis	17
92	PORTES, Écio Antônio	17
93	QUIJANO, Aníbal	17
94	SANTANA, Patrícia Maria de Souza	17
95	SPOSITO, Marília Pontes	17
96	TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro	17
97	CHARTIER, Roger	16
98	CHAUÍ, Marilena de Souza	16
99	LAHIRE, Bernard	16
100	LÜDKE, Menga	16

APENDICE C – FONTES MAIS CITADAS

	Obra	Quant.
1	Epistemologias do Sul	35
2	Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra	30
3	Superando o racismo na escola	30
4	Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil	26
5	Escritos de Educação	25
6	Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa	24
7	Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal	24
8	A Identidade Cultural na Pós-modernidade	24
9	Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão	23
10	Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.	23
11	Pedagogia do Oprimido	22
12	Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica	21
13	A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas	20
14	Pesquisa Social: teoria, método e criatividade	20
15	Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia	20
16	O Movimento Negro Educador: saberes construídos na luta por emancipação	19
17	Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais	19
18	Ação afirmativa no ensino superior brasileiro	18
19	A mulher Negra que vi de perto	18
20	Da diáspora: identidades e mediações culturais	18
21	Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos	17
22	Pele negra, máscaras brancas	17
23	Sem perder a raiz :corpo e cabelo como símbolo da identidade negra	17
24	Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas	17
25	Racismo e anti-racismo no Brasil	16
26	Discriminação e desigualdades raciais no Brasil	16
27	História da Educação do negro e outras histórias	16
28	Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica	16
29	Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola.	15
30	A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era	15
31	Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo	15
32	Família e escola	14
33	500 anos de Educação no Brasil	14
34	O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930	14

	Obra	Quant.
35	História de vida e formação de professores	14
36	Heteroidentificação e cotas raciais: dúvidas, metodologias e procedimentos	13
37	Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC	13
38	Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas	13
39	Movimento Negro e educação	13
40	Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo	13
41	As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição	13
42	Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil	12
43	Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça	12
44	Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais	12
45	Raça, Ciência e Sociedade	12
46	Pesquisa social: teoria, método e criatividade.	12
47	Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões	12
48	O que é lugar de fala?	12
49	Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA)	11
50	Cultura negra e educação	11
51	O Jovem como Sujeito Social	10
52	Ação afirmativa e universidade: experiências nacionais comparadas	10
53	Como elaborar projetos de pesquisa	10
54	Ação Afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o Direito como instrumento de transformação social	10
55	O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes	10
56	Relações Raciais no Brasil Contemporâneo	10
57	O negro no Brasil de hoje	10
58	Família & Escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares	10
59	Saberes docentes e formação profissional	10
60	Como me fiz Professora	10
61	Atualidade do mito	9
62	Educação como Prática da diferença.	9
63	Educação e raça: perspectivas Políticas, pedagógicas e estéticas	9
64	Biologia educacional: Noções fundamentais	9
65	O que é racismo estrutural?	9
66	O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa	9
67	Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.	9
68	Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais	9
69	Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos	9
70	Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil	9
71	Microfísica do Poder	9
72	A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas	9

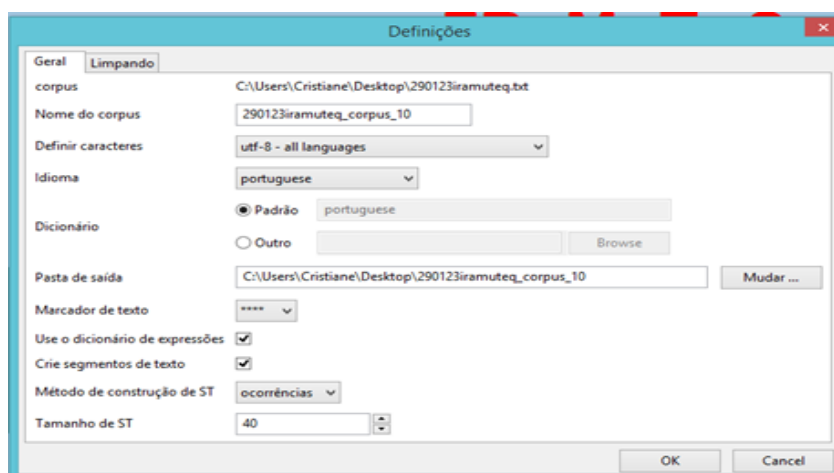
	Obra	Quant.
73	Ação afirmativa: história e debates no Brasil	9
74	Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos	9
75	O negro no Brasil de hoje	9
76	O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo declarado	9
77	Colonialidade do poder e classificação social	9
78	Um discurso sobre as ciências	9
79	Diálogos na educação de jovens e adultos.	9
80	A escola conservadora	8
81	O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978 – 1998	8
82	Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor	8
83	A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil	8
84	Múltiplos olhares sobre a educação e cultura	8
85	Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa	8
86	Brasil afro-brasileiro	8
87	Vigiar e Punir	8
88	Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos e/ou ressignificação cultural? Revista Brasileira de Educação, nº 21, p	8
89	O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos	8
90	Classes, raças e democracia	8
91	Desigualdade racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90	8
92	Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável	8
93	Acesso e permanência da população negra no ensino superior	8
94	Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista	8
95	Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo	8
96	Negritude: usos e sentidos	8
97	Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas	8
98	A sociologia da educação de Pierre Bourdieu	8
99	Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem	8
100	Pesquisa em educação: a observação	8
101	Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender com os movimentos sociais?	7
102	O Local da Cultura	7
103	O Poder Simbólico	7
104	Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de aluno	7
105	Da relação com o saber: elementos para uma teoria	7
106	Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença	7
107	Múltiplos Olhares sobre a Educação e Cultura	7
108	Racismo e discurso na América Latina	7
109	Introdução à Pesquisa Qualitativa	7
110	A história da educação dos negros no Brasil.	7

	Obra	Quant.
111	A Arqueologia do Saber	7
112	Métodos e técnicas de pesquisa social	7
113	Como trabalhar com “raça” em sociologia	7
114	Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade	7
115	O desafio da Diversidade	7
116	Lugar de negro	7
117	Como trabalhar com “raça” em sociologia	7
118	A memória coletiva	7
119	Ações Afirmativas, Educação e Relações Raciais: conservação, atualização ou reinvenção do Brasil	7
120	História e Memória	7
121	Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos.	7
122	Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas	7
123	A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições	7
124	Tanto preto quanto branco: estudos das relações raciais	7
125	Características Étnico-Raciais da População Classificação e Identidades	7
126	Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas	7
127	Introdução Crítica à Sociologia Brasileira	7
128	Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento	7
129	Relações raciais e rendimento escolar	7
130	Gênero: uma categoria útil de análise histórica	7
131	Educação das Relações Étnico-Raciais: o Estado da Arte	7
132	Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil	7
133	Pode o subalterno falar?	7

APENDICE D - PASSO A PASSO NO IRAMUTEQ

1 Importação do corpus

Após a estruturação do texto em um arquivo txt, com o software aberto, escolha a opção “arquivo / abrir um corpus textual”, selecione o arquivo a ser analisado e clique em abrir.



Fonte: Print da tela do Iramuteq, 2023.

Será aberto uma janela contendo duas abas: Geral e Limpando, para parametrizar a importação.

Aba geral

Permite configurar informações fundamentais para a análise do corpus, e sem as quais o software não irá conseguir realizar as análises:

- A) nome do corpus: que corresponde ao nome do arquivo que foi carregado no software;
- B) definir caracteres: a linguagem de programação escolhida para análise, no caso deve ser escolhido o formato UTF-8 (all languages), mas pode variar conforme o padrão de gravação do corpus utilizado. Caso haja divergência entre a codificação escolhida e a que o corpus foi gravado, o sistema acusa erro (Problème d'encodage) e não realiza a importação.
- C) idioma: deve ser escolhido o idioma no qual o corpus está escrito, O Iramuteq possui dicionários de análise para as seguintes línguas: francês, inglês, italiano, português e espanhol

- D) dicionário: o indicado é ser escolhido o padrão que o software possui;
- E) pasta de saída: qual será a pasta onde os resultados serão depositados;
- F) marcador de texto: no caso ****;
- G) use o dicionário de expressões: deve ser marcado;
- H) crie seguimentos de texto: deve ser selecionado;
- I) método de construção de ST: deve ser selecionado qual o método de seguimento de texto a ser utilizado. Pode ser utilizada as seguintes opções: caracteres, ocorrências ou parágrafos;
- J) tamanho de ST: geralmente vem padronizado em 40 palavras, mas a depender do objeto estudado e do objetivo do pesquisador, essa quantidade de palavras pode ser modificada.

Aba Limpando

Essa aba permite realizar algumas correções prévias, porém, o mais indicado é que essas correções sejam realizadas no corpus antes da importação para o software. As opções permitidas nessa aba são:

- A) Coloque o texto em letras minúsculas: o software irá transformar todo o texto em letra minúscula, ou seja, as letras que iniciam as frases, nomes e outras palavras que estejam inscritas no corpus em letras maiúsculas serão transformadas em minúsculas;
- B) Excluir caracteres fora desta lista: ele também irá realizar exclusão de todos os caracteres que estão contidos entre parênteses (9àÀâÄäÅåÄäÉëÊëËëÏïÍíÎîÍóÓòÔôÕõÖöØøÙùÚûÛúÜüÝý ÇßœŒ'ñÑ .,:;!?'_ -)
- C) Substituir apóstrofo por espaço: deve ser selecionado
- D) Substituir traço por espaço: deve ser selecionado
- E) Mantenha a pontuação: essa opção pode causar problemas, pois o software entende que cada sinal de pontuação será analisado pelo pesquisador, e isso pode impactar nos resultados, então dependendo do objetivo do pesquisador ele poderá optar por essa seleção, no caso dessa pesquisa não foi selecionado.
- F) Sem espaço entre duas formas: quando o texto possui muitos espaços entre as palavras, ele irá corrigir para um espaço apenas, como já havia sido corrigido no corpus essa opção não foi selecionada.

Clique em ok, para processar os dados. Será apresentada a tela de descrição do corpus, apresentando o nome do corpus, o idioma, definição de caracteres, qual o caminho original onde se encontra o arquivo txt, qual será a pasta de saída dos dados, o horário que foi feito o processamento dos dados, quanto tempo o software levou para processar os dados, quais eram os parâmetros de construção do segmento de texto (aquela divisão em 40 palavras), quais foram os caracteres que ele manteve (aqueles que foram mantidos foram substituídos por espaço).

As informações fundamentais dessa tela são:

- a) Número de textos: é o número de registros, no caso quantidade de teses e dissertações contidas no corpus.
- b) Número de seguimento de texto: ao tentar seguir o padrão de seguimento de 40 palavras.
- c) Número de ocorrências: é o número total de palavras contidas no corpus; dependerá se o corpus é lematizado ou não, porque quando ele é lematizado não inclui as variações das palavras.
- d) Número de formas: é o número de formas presentes no corpus (palavras ativas e suplementares), pode sofrer impacto quando o corpus é lematizado ou não.
- e) Número de hápax: número de palavras que aparecem apenas uma vez em todo o corpus.
- f) Média de ocorrências por texto: $(\text{número de ocorrências}) / (\text{número de textos})$.

Independente da análise a ser processada, será apresentada uma janela de preferências das análises contendo “Definições” para:

- a) Lematização (indicado, pois irá calcular a ocorrências de palavras pela raiz da palavra, no singular, no masculino e no infinitivo quando se tratar de verbo);
- b) Propriedades chave: permitido selecionar quais classes gramaticais serão consideradas para a análise do corpus. A maior parte das análises sobre o corpus vão diferenciar as palavras ativas, suplementares e eliminadas. As palavras ativas estão marcadas com (1), as suplementares com (2) e as eliminadas com (0). Somente as formas ativas participam em certas análises, sendo as palavras que possuem sentido para a análise.

c) A Indexação em Dicionário, também é desejável que seja selecionada, pois o software irá utilizar o dicionário padrão da língua, realizando o cruzamento entre as formas do dicionário e a do corpus em questão.

Todas as análises a serem processadas o Iramuteq apresenta essa janela de “definições”, porém caso o software não seja encerrado ele irá obedecer a programação feito anteriormente, preservando as escolhas feitas na primeira vez que a janela foi apresentada.

Será apresentado uma janela contendo 5 abas: *Resumo*, *Actives Formes*, *Supplementary Formes*, *Total*, *Hapax*.

Na aba resumo será apresentado novamente as seguintes informações:

- A) Número de textos: é o número de textos (registros) contidos no corpus.
- B) Número de ocorrências: é o número total de palavras contidas no corpus
- C) Número de formas: é o número de formas presentes no corpus
- D) Número de hapax: número de palavras que aparecem apenas uma vez em todo o corpus
- E) Média de ocorrências por texto: $(\text{número de ocorrências}) / (\text{número de textos})$.

Agora é só escolher qual grafo será solicitado ao software elaborar.